

Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Companhia aberta)

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 25 |
| Balanços patrimoniais | 30 |
| Demonstrações dos resultados | 32 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 33 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 34 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 36 |
| Demonstrações do valor adicionado | 38 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 39 |

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Em nome do Conselho de Administração, é com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Srs. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Motiva S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos clientes, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços, a todos os colaboradores da Motiva e demais *stakeholders*.

1.2. Apresentação

A Motiva é a *holding* que, com base em seu objeto social, está apta a atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além dos setores de infraestruturas metroferroviárias, aeroportuárias, telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades.

A Motiva opera rodovias no Brasil, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, controlando, individualmente ou em conjunto, 12 concessões de rodovias. Além disso, administraramos 5 concessões de mobilidade urbana localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e até a conclusão da transação anunciada em 18 de novembro, a Companhia mantém a gestão de 20 aeroportos, sendo 17 deles no Brasil, em diversos Estados, e 3 deles no exterior, em Quito (Equador), San José (Costa Rica) e em Curaçao (Curaçao), atualmente classificados como ativos mantidos para venda.

As empresas nas quais a Motiva atualmente detém participação, direta e/ou indiretamente, estão listadas nas notas explicativas n.^os 1 e 12 das Demonstrações Financeiras.

A Companhia tem como objetivo o crescimento qualificado de sua base de ativos, abrangendo as diversas concessões conquistadas nos últimos anos em todos os modais em que opera. Além disso, visando à expansão, a Motiva pretende analisar oportunidades de mercado que atendam aos critérios de retorno mínimo exigido e que gerem valor para a Companhia. Adicionalmente, será considerada a viabilidade de otimizar o atual portfólio por meio de estratégias de reciclagem.

1.3. Destaques do ano de 2025

Em 20 de janeiro de 2025, a Companhia aprovou a 1^a emissão de debêntures simples da Rota Sorocabana, no valor total de R\$ 2 bilhões, para pagamento de outorga fixa. No dia 25 de fevereiro, houve a aprovação da 2^a emissão de debêntures, no valor total de R\$ 2 bilhões para pagamento da 1^a emissão, alongando o prazo da dívida em 8 anos.

Em 7 de fevereiro de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Rota Sorocabana, cujo objeto consiste na exploração de diversas rodovias estaduais de SP, com 460 km, ligando São Paulo ao interior, via Sorocaba, pelo prazo de 30 anos. O início da operação ocorreu no dia 30 de março de 2025.

Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia comunicou que encerrou o contrato de concessão de Barcas, em razão do término do contrato de operação.

Em 17 de fevereiro, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da PRVias, no valor total de R\$ 1 bilhão, para reforço de caixa e execução de investimentos.

Em 28 de março, foi concluída a transação celebrada entre a Companhia e a Invepar para a aquisição de participação equivalente a 4,7273% do VLT Carioca. Com a consumação da transação, a participação acionária da Motiva passou a ser de 99,90%.

Em 29 de março de 2025, a Companhia comunicou que encerrou o contrato de concessão da ViaOeste, em razão do final do seu prazo de vigência.

Em 14 de abril de 2025, foi assinado o contrato de concessão da PRVias (Lote 3), cujo objeto consiste na exploração de cinco rodovias federais totalizando 569 km, ligando Maringá e Londrina a Ponta Grossa, pelo prazo de 30 anos.

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada a troca da razão social da Companhia para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A..

Em 22 de maio de 2025, a Companhia sagrou-se vencedora do Processo Competitivo do aditivo de modernização contratual da MSVia, atual Motiva Pantanal.

Em 23 de maio de 2025, a Companhia aprovou a 18ª emissão de debêntures simples da Motiva, no valor total de R\$ 1,3 bilhão, para reforço de caixa.

Em 29 de maio de 2025, a ViaMobilidade – Linhas 8 e 9 assinou o Termo Aditivo para implantação do ETCS (European Train Control System).

Em 28 de junho de 2025, a PRVias iniciou a arrecadação em 5 praças de pedágio.

Em 4 de julho de 2025, a Companhia aprovou a 16ª emissão de debêntures simples da AutoBAn, no valor total de R\$ 2,5 bilhões, para *liability management*.

Em 4 de julho de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na SPVias, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 73 dias.

Em 1º de agosto de 2025, a Companhia assinou o aditivo de modernização do contrato da Motiva Pantanal.

Em 26 de setembro de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na ViaQuatro, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 20 anos.

No dia 9 de outubro, a Companhia aprovou a 19ª emissão de debêntures simples da Motiva, no valor total de R\$ 1,8 bilhão, para reforço de caixa.

No dia 30 de outubro, a Companhia aprovou a oferta de *bonds* por sua controlada indireta em conjunto, a Corporación Quiport S.A., no valor total de US\$ 500 milhões.

Em 13 de novembro de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na SPVias, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 322 dias.

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia anunciou a celebração do contrato de compra e venda da Companhia de Participações em Concessões (CPC), com a ASUR, no montante total de R\$ 5 bilhões para a venda da Plataforma Aeroportuária.

Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia sagrou-se vencedora do Processo Competitivo da Autopista Fernão Dias S.A. ofertando 17,05% de desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Motiva Pantanal, no valor total de R\$ 1,4 bilhão, para reforço de caixa e execução de investimentos.

1.4. Perspectivas

Em 2025, a Motiva manteve seu foco na implementação dos pilares estratégicos que orientam sua atuação — Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança em Sustentabilidade. Para 2026, a companhia seguirá orientada pela sua Ambição 2035 e permanecerá atenta a oportunidades de crescimento, preservando disciplina e foco em resultados sustentáveis no longo prazo.

Na Plataforma de Rodovias, o programa de concessões rodoviárias no Brasil segue em trajetória de expansão. Ao longo de 2025, foram realizados 14 leilões, dos quais 3 estaduais, envolvendo projetos em São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais. Esse movimento ampliou a diversificação dos Poderes Concedentes e adicionou mais de 8 mil quilômetros ao conjunto de rodovias concedidas no país, somando R\$ 94 bilhões em investimentos previstos, conforme dados dos editais.

Segundo informações públicas¹, encontram-se em andamento 18 processos relacionados a novas licitações ou otimizações contratuais, envolvendo rodovias federais e estaduais, incluindo projetos com estimativa de realização de leilão em 2026. Desse conjunto, 10 projetos são federais e os demais, estaduais, totalizando 10,8 mil quilômetros de extensão e aproximadamente R\$ 125 bilhões em investimentos. Nesse universo de oportunidades, a Companhia mantém foco em ativos *premium* situados em geografias estratégicas, com destaque para regiões ligadas ao agronegócio, corredores logísticos e grandes metrópoles, em linha com a estratégia de seletividade, disciplina e foco na alocação de capital.

Na plataforma de Trilhos, a Motiva dará continuidade ao plano de investimentos voltado à expansão de seus ativos. Em 2025, a ViaQuatro celebrou aditivo contratual com o Governo do Estado de São Paulo, contemplando investimento adicional de aproximadamente R\$ 4 bilhões para a ampliação da Linha 4 da Estação Vila Sônia até Taboão da Serra e ampliando o prazo do atual Contrato de Concessão em 20 anos. A Companhia também desenvolveu estudo para extensão da Linha 5 de Capão Redondo até Estação Jardim Ângela e está em fase final de negociação junto ao Governo do Estado de São Paulo para inclusão dos investimentos adicionais no Contrato de Concessão e respectivo reequilíbrio contratual.

A Companhia segue atenta a novas oportunidades alinhadas à sua estratégia de crescimento focado e sinérgico, priorizando expansão dentro do atual *footprint* do portfólio. No curto prazo, essas iniciativas representam um universo de aproximadamente R\$ 60 bilhões em potenciais oportunidades, distribuídas notadamente nas regiões Sudeste e Nordeste, mantendo sua abordagem disciplinada e pautada pela seletividade e foco na alocação de capital.

1. Fonte: ANTT, Artesp, Hub de Projetos BNDES

2. ESG

A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança em Sustentabilidade.

Para atuar no eixo de Liderança em Sustentabilidade, a Motiva conta com uma estratégia de sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, *status* e Governança da Estratégia estão disponíveis em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções *power-to-x*; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: [Relatório Coalizão Transportes – Completo](#).

Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da *Blue Zone*, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono.

No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (Corporate Sustainability Assessment) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais.

Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas *ESG* à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas, incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes, disponíveis na seção de Governança de seu *site*. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade

elaborado conforme as referências do International Integrated Reporting Council - Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/.

2.1. Iniciativas voluntárias

A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota *frameworks* internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus objetivos de desenvolvimento sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição *Net Zero* e, em 2025, passou a integrar os movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa.

Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e a Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTi).

Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a Companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos *ESG*, com transparência e alinhamento às exigências internacionais.

Dessa forma, o Relatório de transição apresenta a estrutura, o conteúdo técnico e os arranjos de governança necessários para a futura adoção das normas emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) aprovadas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), a IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2/CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima.

2.2. Meio Ambiente – Principais ações e destaque

Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo as plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a Companhia se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado.

A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação de seus ativos críticos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros.

Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência.

No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO₂ e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável.

Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes da Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental.

Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO₂ até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa.

A Companhia também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS – *Nature-Based Solutions*) como estratégia para compensar os impactos do negócio.

No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais.

A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Outros destaques e informações podem ser consultados no *site*: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/.

2.3. Social

2.3.1 Gestão de Pessoas

A Motiva estrutura sua gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) com foco na melhoria contínua do desempenho, utilizando o Índice de Operação Segura (IOS) para monitorar resultados, identificar oportunidades e fortalecer a maturidade operacional com base em dados e revisões sistemáticas. A abordagem complementada pelo método de Gestão de Riscos por Camadas, que prioriza riscos críticos, controles de maior efetividade e define ações estratégicas considerando gravidade, recorrência e exposição real dos trabalhadores.

Para garantir ambientes seguros e saudáveis, a Companhia implementa controles técnicos, administrativos e comportamentais, promove capacitações e moderniza processos, assegurando conformidade com requisitos legais e programas como PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional). O compromisso inclui a eliminação de perigos na origem, fortalecimento de barreiras preventivas e respeito ao direito de recusa frente a riscos graves. A participação ativa dos trabalhadores é estimulada pelo programa Operar+Seguro, que mantém canais formais de escuta e coleta percepções da linha de frente, alimentando decisões gerenciais e planos de ação que reforçam a cultura de responsabilidade compartilhada.

Atualizamos no ano de 2025 a nossa Política de Segurança do Trabalho, publicada no em nosso *site*, tornando-a ainda mais aderente à ambição da Motiva, veja no link:
<https://www.motiva.com.br/esg/governanca/>

Em 2025, mantivemos ativos os Cinco Compromissos pela Vida, abrangendo os seguintes pilares fundamentais:

- Aptidão e Treinamento;
- Permissões e Autorizações para Trabalho;
- Posicionamento e Mobilidade;
- Bloqueio e Sistemas de Proteção;
- Comunicação.

Fortalecemos nosso sistema corporativo, disponível para todas as nossas unidades de negócio, que permite que todos e qualquer pessoa nos comunique condições e atitudes inseguras, trazendo simplicidade em relatos de situações de risco.

A Motiva incorporou a Gestão da Performance Proativa em Segurança do Trabalho como um pilar estratégico para fortalecer a confiabilidade operacional, com foco nos fatores humanos. Para isso, foi criado o Índice de Operação Segura (IOS), baseado no modelo Radar de Performance, que permite monitorar de forma sistemática práticas preventivas, reativas e aspectos da cultura organizacional.

O Radar de Performance acompanha mensalmente o avanço em áreas-chave como liderança ativa, engajamento dos colaboradores, aprendizagem organizacional e efetividade dos controles preventivos. Por meio do IOS, a companhia promove análise crítica e aperfeiçoamento contínuo das ferramentas de gestão e controle de riscos, apoiando decisões que asseguram ambientes de trabalho seguros, saudáveis e sustentáveis.

Os reflexos dessas iniciativas foram expressivos: registramos uma redução de 35% na taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFCA), passando de 1,83 para 1,19 em relação ao mesmo período do ano anterior. Infelizmente, no decorrer do ano ocorreram acidentes que resultaram no óbito de 2 colaboradores próprios e 7 prestadores de serviços. O resultado demonstra a consolidação de uma evolução consistente na prevenção, evitando a materialização de eventos indesejáveis, em linha com a Cultura de Acidente Zero e *upgrade* da Ambição 2035 com a inclusão da ambição do TFCA <1 para colaboradores próprios e terceiros.

2.3.2. Diversidade & Inclusão (D&I)

Em 2025, a Motiva avançou de forma consistente na consolidação da agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão, com foco no fortalecimento da governança, no desenvolvimento de pessoas e na promoção de uma cultura cada vez mais plural, segura e alinhada aos nossos valores.

Um dos principais marcos do período foi o início da revisão da Governança de D&I, com a criação do Comitê de Diversidade e Inclusão, formado por lideranças estratégicas e patrocinado pelo *C-level*, além da atuação da estrutura central de Diversidade, Equidade e Inclusão e dos Grupos de Afinidade nos pilares de gênero, raça e etnia, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, gerações e culturas. Ao longo do ano, foram iniciadas capacitações para os integrantes dessa governança, bem como discussões estruturantes sobre o posicionamento da área, sua estratégia e a construção dos *roadmaps* de 2026.

No campo do desenvolvimento e do letramento, a Motiva promoveu uma agenda ampla de ações presenciais e institucionais, alcançando diferentes públicos e negócios. Destaque para os ciclos de letramento LGBTQIAPN+ realizados na Companhia; rodas de conversa sobre longevidade e qualidade de vida de pessoas 50+; diálogos sobre violência de gênero; encontros dedicados à neurodiversidade e ao capacitismo; além de espaços de escuta e reflexão, como o Clube do Livro e o Café com Impacto. Essas iniciativas contaram com a participação de lideranças e especialistas internos e externos, ampliando o alcance e a profundidade das discussões.

A Motiva também ampliou sua atuação em espaços externos e institucionais relevantes, participando de fóruns e painéis sobre práticas inclusivas, sustentabilidade e equidade racial, como o Brasil Diverso e a Semana da Diversidade da ANTT, reforçando seu posicionamento público e seu compromisso com a transformação social.

Como reconhecimento desse trabalho, o Metrô Bahia e a Motiva foram certificados com o Selo de Diversidade Étnico-Racial e o Selo de Diversidade de Igualdade Racial, concedidos pelas Prefeituras de Salvador e São Paulo. As certificações reforçam os princípios da Cultura Motiva e reconhecem os avanços na promoção da equidade racial e na construção de ambientes mais diversos e inclusivos.

Ao longo do ano, também foi estruturado o Programa Impulsione – Mentoría Motiva, com edição dedicada a colaboradores negros, incluindo uma vivência presencial no Rio de Janeiro. A iniciativa conecta desenvolvimento profissional, identidade, pertencimento e história, e refletiu o amadurecimento da agenda de D&I em 2025, reforçando o compromisso da Motiva em ampliar oportunidades e fortalecer trajetórias.

Seguindo as melhores práticas de governança, transparência e equidade e, também, conforme a lei nº 15.177/25 que modificou a Lei 6.404/76 incluindo o § 6º ao artigo 133, a companhia informa:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da companhia;

| Colaboradores Contratados | 2024 | | | | 2025 | | | |
|---------------------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | Masculino | | Feminino | | Masculino | | Feminino | |
| | Quantidade | Proporção | Quantidade | Proporção | Quantidade | Proporção | Quantidade | Proporção |
| Analistas | 158 | 52% | 147 | 48% | 253 | 55% | 211 | 45% |
| Aprendizes | 148 | 34% | 291 | 66% | 142 | 35% | 264 | 65% |
| Assistentes | 47 | 34% | 91 | 66% | 238 | 50% | 239 | 50% |
| Conselheiros | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 2 | 100% |
| Consultores | 13 | 65% | 7 | 35% | 7 | 47% | 8 | 53% |
| Coordenadores | 27 | 63% | 16 | 37% | 42 | 67% | 21 | 33% |
| Diretores | 7 | 78% | 2 | 22% | 3 | 75% | 1 | 25% |
| Diretores Executivos | 0 | 0% | 1 | 100% | 1 | 100% | 0 | 0% |
| Engenheiros | 3 | 100% | 0 | 0% | 4 | 67% | 2 | 33% |
| Especialistas | 90 | 64% | 50 | 36% | 99 | 68% | 46 | 32% |
| Estagiários | 52 | 46% | 61 | 54% | 36 | 46% | 43 | 54% |
| Gerentes | 20 | 80% | 5 | 20% | 13 | 57% | 10 | 43% |
| Gerentes Executivos | 8 | 67% | 4 | 33% | 7 | 88% | 1 | 13% |
| Gestores | 0 | 0% | 0 | 0% | 2 | 67% | 1 | 33% |
| Líderes | 5 | 45% | 6 | 55% | 11 | 41% | 16 | 59% |
| Operação | 1.338 | 54% | 1.152 | 46% | 1.338 | 62% | 833 | 38% |
| Órgãos de Governança | 2 | 100% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% |
| Supervisores | 30 | 63% | 18 | 38% | 36 | 69% | 16 | 31% |
| Técnicos | 213 | 77% | 65 | 23% | 370 | 82% | 81 | 18% |
| Total | 2.161 | 53% | 1.916 | 47% | 2.602 | 59% | 1.795 | 41% |

II – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração da Companhia;

| | 2024 | | | | 2025 | | | |
|---------------------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|
| | MASCULINO | | FEMININO | | MASCULINO | | FEMININO | |
| | Quantidade | Proporção | Quantidade | Proporção | Quantidade | Proporção | Quantidade | Proporção |
| Diretoria Executiva | 7 | 87,5% | 1 | 12,5% | 7 | 87,5% | 1 | 12,5% |

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia:

| Categoria | MOTIVA - 2024 | | | | | |
|--|------------------------------------|--|-------------------------------------|---|--|---|
| | Homem Salário Base ¹ | Homem Remuneração Total ¹ | Mulher Salário Base ¹ | Mulher Remuneração Total ¹ | Proporção Salário Base Mulher / Homem | Proporção Remuneração Total Mulher / Homem |
| Administrativos e Operacionais ² | 4.012 | 5.150 | 3.483 | 4.148 | 87% | 81% |
| Média Liderança ³ | 20.684 | 28.857 | 19.261 | 26.430 | 93% | 92% |
| Gerentes Executivos e Acima ⁴ | 60.337 | 114.714 | 48.758 | 81.918 | 81% | 71% |

| Categoria | MOTIVA - 2025 | | | | | |
|--|------------------------------------|--|-------------------------------------|---|--|---|
| | Homem Salário Base ¹ | Homem Remuneração Total ¹ | Mulher Salário Base ¹ | Mulher Remuneração Total ¹ | Proporção Salário Base Mulher / Homem | Proporção Remuneração Total Mulher / Homem |
| Administrativos e Operacionais ² | 4.323 | 5.464 | 3.940 | 4.661 | 91% | 85% |
| Média Liderança ³ | 21.192 | 28.388 | 20.048 | 26.929 | 95% | 95% |
| Gerentes Executivos e Acima ⁴ | 57.868 | 113.582 | 51.079 | 98.725 | 88% | 87% |

1. Salário base ajustado para 220 horas + férias e 13º salário. Remuneração total = soma do salário base ajustado para 220 horas + férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados, incentivos de longo prazo e eventos variáveis.

2. Operacionais, Supervisores, Líderes, Técnicos, Assistentes e Analistas

3. Especialistas, Coordenadores, Consultores e Gerentes

4. Gerentes Executivos, Diretores e Vice-Presidentes

2.3.3. Instituto Motiva

Em 2025, o Instituto Motiva – evolução do Instituto CCR – lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R\$ 81,7 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas. A Motiva anunciou a ampliação da Ambição 2035, com protagonismo em impacto social através do Instituto Motiva e investimento social de ~R\$ 1 bilhão até 2035.

Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R\$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio Concerto.

Saiba mais em www.motiva.com.br/instituto/

2.4. Governança corporativa, Auditoria interna e Compliance

A Motiva e seu Conselho de Administração seguem comprometidos com o aprimoramento contínuo da governança corporativa, por meio de medidas como revisão integral do processo decisório, manutenção do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos (CAC) estatutário, implementação de ferramentas para rastreamento de aprovações e centralização de doações e patrocínios no Instituto Motiva. A Administração é profissional e desvinculada dos maiores acionistas. Os quatro maiores acionistas têm participações equilibradas, não havendo aprovação singular por qualquer um deles.

Entre os avanços mais relevantes, destacam-se a avaliação anual independente do Conselho, aprovação e revisão do Plano Diretor ESG, atualização da matriz de riscos e manutenção das certificações internacionais ISO 37001 (Antissuborno) e ISO 37301 (Compliance), que atestam um sistema estruturado para prevenir, detectar e responder a riscos de compliance, englobando temas integrados à agenda ESG. O detalhamento completo desse escopo está descrito no Programa de Integridade da Motiva¹.

A Motiva e suas controladas são signatárias do Pacto Global da ONU e mantêm seu compromisso com os princípios de ética, integridade e conformidade, alinhados ao Código de Conduta, à Política da Empresa Limpa e às regras do Novo Mercado da B3. Em 2025, a Diretoria de Compliance passou a integrar a Vice-Presidência Jurídico, Governança e Relações Governamentais, junto com a Auditoria Interna. No que diz respeito ao Compliance, o reporte da Vice-Presidência é direto ao Conselho de Administração. A Auditoria Interna segue reportando ao Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos.

Em 2025, a Companhia intensificou suas ações de fortalecimento do Programa de Integridade, com a divulgação de 31 comunicados corporativos sobre políticas, condutas adequadas e aprimoramentos do sistema de processos e controles de compliance. No mesmo período, foram realizados treinamentos presenciais e remotos, que alcançaram mais de 14 mil colaboradores, garantindo 95% de cobertura do público-alvo. A Companhia realizou 6.156 análises de riscos de Compliance de terceiros e parceiros comerciais, o que representa 100% da base de fornecedores cadastrados. O Canal Confidencial recebeu 2.545 relatos, aumento de 13% em relação a 2024, reforçando a confiança de colaboradores e terceiros no Programa de Integridade. Todos os relatos recebidos foram devidamente tratados pelas áreas responsáveis, com aplicação de consequências e remediações. O Programa de Integridade conta com 50 embaixadores de Compliance, distribuídos por todas as unidades do Grupo. Mais detalhes acerca do Programa de Integridade da Motiva e respectivos indicadores estão disponíveis no site institucional².

A Motiva também qualificou 209 fornecedores estratégicos via Hands On ESG e Integridade, um programa desenvolvido em parceria com a Fundação Dom Cabral, integralmente patrocinado pela Companhia. A iniciativa capacita executivos de fornecedores estratégicos em governança, riscos, compliance e sustentabilidade, fortalecendo práticas responsáveis na cadeia de valor e mitigando riscos para a Motiva. Em 2025, o trabalho foi reconhecido nacionalmente, tendo conquistado o 1º Lugar em Boas Práticas de Governança do Prêmio INAC³.

Seguindo a agenda de inovação e simplificação, a Diretoria de Compliance investiu na criação de agentes de inteligência artificial que apoiam a elaboração de pareceres, relatórios e atas de reuniões e entrevistas, com ganho significativo de eficiência de 45% a 50% e ganho imensurável de confiabilidade e qualidade nos trabalhos.

Por fim, em novembro de 2025, durante a COP30, a Motiva aderiu oficialmente ao Movimento Transparência 100%, uma iniciativa do Pacto Global da ONU – Rede Brasil, que tem como propósito promover a transparência e a integridade nas empresas, incentivando-as a ir além das obrigações legais e a combater a corrupção de forma ativa e responsável. A Motiva divulgou seus resultados para 3 das 5 metas previstas no compromisso, quais sejam, 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança, 100% de transparência sobre os canais de denúncia, 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade. O progresso pode ser acompanhado em nosso site institucional.

¹ O escopo dessas certificações está detalhadamente descrito no Programa de Integridade da Motiva, disponível em www.motiva.com.br/motiva/compliance.

² www.motiva.com.br/motiva/compliance

³ Instituto Não Aceito Corrupção.

A Motiva garante padrões elevados de governança e transparência, incluindo divulgação anual de transações com partes relacionadas no Formulário de Referência. O plano de investimentos é previamente aprovado e monitorado por terceiros especializados, assegurando rastreabilidade.

Auditoria Interna de 2025 em números

As atividades desenvolvidas em 2025, pela área de Auditoria Interna, envolveram:

- 42 processos auditados em diferentes Plataformas e Unidades de Negócio (incluindo os realizados por consultoria contratada e pela auditoria interna corporativa);
- Revisão e atualização do "Universo Auditável" conforme rotação de ênfase aprovada pelo Conselho de Administração;
- Reuniões com o Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos para os seguintes reportes: (i) *Status* do plano de auditoria; (ii) Resultados das auditorias internas executadas; e (iii) Acompanhamento do *status* de implementação dos planos de ação oriundos das auditorias internas executadas;
- Execução do Plano de Auditoria Contínua, com execução de 18 indicadores analisados.

Mais informações e detalhes sobre a atuação da Motiva no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados no *site*, por meio do endereço www.ri.motiva.com.br.

2.5. Política de Remuneração

A Motiva acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a Companhia a superar desafios e limites.

Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento dos colaboradores, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Nos termos da Política de Remuneração, os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia fazem jus a remuneração integralmente fixa e ao recebimento do benefício de seguro de vida. Exceto para os conselheiros que são membros do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, os demais membros não recebem remuneração adicional pela participação em comitês de assessoramento do Conselho de Administração. Os membros suplentes do Conselho de Administração, quando indicados, não fazem jus a qualquer remuneração.

Os membros da Diretoria Estatutária da Motiva têm sua remuneração composta pela remuneração fixa, variável e benefícios. Maiores detalhes constam no Formulário de Referência item no 8.1 Política ou prática de remuneração.

2.6. Inovação

Em 2025, a jornada de inovação da Motiva teve início com a aprovação de um modelo federado de governança, concebido para ampliar a autonomia das plataformas e unidades de negócios (UNs) na condução de iniciativas alinhadas às suas necessidades específicas, sem comprometer a aderência à estratégia corporativa. Essa abordagem fortalece a escalabilidade e a eficiência, ao reduzir redundâncias, estimular a reutilização de soluções e promover uma visão integrada do portfólio de inovação, além de acelerar os ciclos de experimentação por meio de processos mais ágeis e orientados a aprendizado.

A adoção desse modelo representou a consolidação de dois marcos relevantes ocorridos ao final de 2024: a definição dos cinco domínios estratégicos de inovação da Motiva (excelência operacional, excelência em

Capex, sustentabilidade e smart cities, experiência do cliente e novos negócios) e a criação de um fórum dedicado à pauta, o Comitê de Inovação, Digital e Inteligência Artificial (CIDIA).

A Central de Inovação, instituída no segundo semestre de 2025, passou a responder pela aplicação efetiva da governança, assumindo o papel de liderança da agenda de inovação da companhia. Compete à área definir prioridades e a Ambição da Motiva no tema, orquestrar o desenvolvimento das iniciativas e fomentar uma cultura orientada à geração de valor. Esse movimento culminou na atualização da Ambição 2035, anunciada ao mercado no mês de setembro, que posicionou a inovação como vetor central de valor e eficiência para o futuro da Motiva. Na ocasião, foram divulgados investimentos superiores a R\$ 1 bilhão até 2035, com foco em tecnologias associadas à Indústria 5.0 e projetos com Taxa Interna de Retorno (TIR) superior a 20%.

Desde sua criação, a Central de Inovação estabeleceu bases para uma atuação estruturada de acompanhamento do pipeline de inovação, desde a concepção de business cases, seguido da estruturação de mínimos produtos viáveis (MVPs), até a análise de potencial escala. A área também liderou iniciativas estruturantes voltadas à captura de valor econômico e institucional. Entre elas, destaca-se a condução do primeiro projeto de aproveitamento de benefícios fiscais via Lei do Bem, aplicado a atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizadas pela plataforma de Rodovias. Trata-se de um precedente relevante para a sistematização desse mecanismo na Motiva, com expectativa de ser estendido à plataforma de Trilhos no decorrer de 2026.

A Central de Inovação coordenou a submissão de um projeto de inovação à Chamada Pública para Investimentos Estratégicos na Região Nordeste, no âmbito da Nova Indústria Brasil, direcionado à operação do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (Metrô Bahia). A proposta, estimada em cerca de R\$ 25 milhões, foi desenvolvida em parceria com o Senai Cimatec, centro de excelência em pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico, com reconhecida atuação em projetos de inovação industrial e mobilidade. Ao final do mês de novembro, a proposta foi selecionada para a etapa seguinte do processo, em um contexto altamente competitivo, no qual 189 projetos foram aprovados, totalizando aproximadamente R\$ 113 bilhões em propostas de investimentos.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1 Desempenho

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – CONSOLIDADO (R\$ mil) | 2025 | 2024 | Var.% |
|---|---------------------|---------------------|-----------------|
| Receita Bruta sem Construção | 14.808.230 | 13.287.498 | 11,4% |
| Receita de Pedágio | 9.673.167 | 8.975.150 | 7,8% |
| Outras Receitas | 5.135.063 | 4.312.348 | 19,1% |
| Deduções da Receita | (917.698) | (876.762) | 4,7% |
| (-) Receita de Construção | 4.960.113 | 5.705.197 | -13,1% |
| Receita Líquida sem Construção (a) | 13.890.532 | 12.410.736 | 11,9% |
| Custos e Despesas Totais (b+c+d) | (11.661.947) | (13.568.088) | -14,0% |
| Custos Caixa (b) | (4.523.089) | (5.902.133) | -23,4% |
| Pessoal | (1.967.382) | (1.980.758) | -0,7% |
| Serviços de terceiros | (1.380.574) | (1.585.919) | -12,9% |
| Outorga | (134.281) | (140.121) | -4,2% |
| Outros Custos e Despesas | (1.040.852) | (2.195.335) | -52,6% |
| Custos não Caixa (c) | (2.178.745) | (1.960.758) | 11,1% |
| Depreciação, amortização e <i>impairment</i> | (1.532.081) | (1.337.001) | 14,6% |
| Provisão de Manutenção | (519.293) | (490.650) | 5,8% |
| Despesas Antecipadas da Outorga | (127.371) | (133.107) | -4,3% |
| Custo de Construção (d) | (4.960.113) | (5.705.197) | -13,1% |
| Não Recorrentes (e)¹ | (1.061.005) | 759.081 | n.m |
| EBITDA AJUSTADO (a+b+e)² | 8.306.438 | 7.267.684 | 14,3% |
| Margem EBITDA Ajustada³ | 64,2% | 54,7% | 9,5 p.p. |
| Resultado Financeiro Líquido | (3.124.084) | (2.469.069) | 26,5% |
| Despesas Financeiras: | (4.805.007) | (3.972.053) | 21,0% |
| Receitas Financeiras: | 1.680.923 | 1.502.984 | 11,8% |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 79.501 | 71.084 | 11,8% |
| Lucro Antes do IRPJ & CSLL | 4.144.115 | 2.149.860 | 92,8% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes | (1.376.346) | (1.256.506) | 9,5% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos | 378.439 | 227.089 | 66,6% |
| Resultado das operações descontinuadas | (357.289) | (191.172) | 86,9% |
| Lucro antes da participação dos acionistas não controladores | 3.503.497 | 1.311.615 | 167,1% |
| Participação dos Acionistas não Controladores | (223.912) | (62.920) | 255,9% |
| Lucro Líquido | 3.279.585 | 1.248.695 | 162,6% |

| Reconciliação do EBITDA (R\$ MM) | 2025 | 2024 | Var.% |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Lucro Líquido | 3.279.585 | 1.248.695 | 162,6% |
| (+) IR & CSLL | 997.907 | 1.029.417 | -3,1% |
| (+) Resultado Financeiro Líquido | 3.124.084 | 2.469.069 | 26,5% |
| (+) Depreciação e Amortização | 1.532.081 | 1.337.001 | 14,6% |
| EBITDA⁴ | 8.933.657 | 6.084.182 | 46,8% |
| Mg. EBITDA⁴ | 47,4% | 32,5% | 14,9 p.p. |
| (+) Despesas Antecipadas ⁵ | 127.371 | 133.107 | -4,3% |
| (+) Provisão de Manutenção ⁶ | 519.293 | 490.650 | 5,8% |
| (-) Equivalência Patrimonial | (79.501) | (71.084) | 11,8% |
| (+) Part. de Acionistas não Controladores | 223.912 | 62.920 | 256,0% |
| (-) Resultado das operações descontinuadas | (357.289) | (191.172) | 86,9% |
| (-) Não Recorrentes ¹ | (1.061.005) | 759.081 | n.m. |
| EBITDA ajustado² | 8.306.438 | 7.267.684 | 14,3% |
| Mg. EBITDA ajustada³ | 64,2% | 54,7% | 9,5 p.p. |

1. Efeitos não recorrentes: (i) Em 2024: os custos das obras que não geraram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 759.081 mil, e (ii) Em 2025 a receita de reequilíbrio da ViaQuatro de R\$ 893.818 mil, a receita do reequilíbrio da SPVias de R\$ 63.296 mil, a reversão da provisão de contingência de multas na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 68.790 mil, a baixa de pagamentos a fornecedores com a indenização em favor da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 pelo atraso na entrega do material rodante da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 122.088 mil e os custos das obras que não geram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 86.987 mil. A margem EBITDA ajustada também exclui a Receita de Construção do seu cálculo.
2. Calculado excluindo a provisão de manutenção, apropriação de despesas antecipadas da outorga, efeitos não recorrentes e excluindo operações descontinuadas.
3. A margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo os efeitos não recorrentes e a receita de construção, dado que esta receita é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais. Para cálculo da Margem EBITDA Ajustada, considerou-se a Receita Líquida Ajustada de R\$ 12.410.736 mil em 2024 e R\$ 12.933.418 mil em 2025, refletindo os efeitos não recorrentes e das Receitas de Construção na receita Líquida.
4. Cálculo realizado segundo Resolução CVM n.º 156/2022, que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela Receita Líquida com Receita de Construção.
5. Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, que é ajustada, pois se trata de item não-caixa das demonstrações financeiras.
6. A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da Motiva, e trata-se de item não-caixa das demonstrações financeiras.

| (R\$ milhares) | 2025 | 2024 | Var.% |
|-------------------------------------|------------|------------|-------|
| Endividamento bruto ¹ | 37.240.691 | 28.247.167 | 31,8% |
| Investimentos ² | 8.508.168 | 7.342.081 | 15,9% |
| Veículos equivalentes (em milhares) | 1.154.075 | 1.218.671 | -5,3% |

1. Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação). Os valores de 2024 e 2025 não incluem a Plataforma Aeroportos.

2. Inclui a Plataforma de Aeroportos

Descontinuação da plataforma de Aeroportos e reclassificação contábil

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda da totalidade das ações da Companhia de Participações em Concessões (CPC) com a ASUR, marcando a venda integral da Plataforma Aeroportuária, pelo montante de R\$ 5 bilhões (EV/EBITDA 8,8x LTM set/25 *@stake*), sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A assinatura do contrato gerou efeitos contábeis relevantes, uma vez que, a partir dessa data, todo o resultado e posição patrimonial relacionados ao segmento de aeroportos foram consolidados em uma linha específica da Demonstração do Resultado do Exercício, denominada Resultado das Operações Descontinuadas, e no Balanço Patrimonial como Ativo e Passivo Mantidos para Venda.

O resultado do exercício de 2024 foi reclassificado e reapresentado para refletir essa mudança (vide 2024 reapresentado nas Demonstrações Financeiras), e o exercício de 2025 já está apresentado sem a contribuição das operações aeroportuárias nos números consolidados da Companhia.

Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)

A receita do período foi impactada positivamente mediante (i) retomada do reconhecimento integral da receita de pedágio da Motiva Pantanal após a assinatura do termo de autocomposição; (ii) reconhecimento de R\$ 893.818 mil referente ao reequilíbrio econômico-financeiro da ViaQuatro, formalizado em setembro de 2025, em razão da frustração de receita tarifária decorrente do atraso na conclusão da Fase II; e (iii) início da operação da Rota Sorocabana em 30 de março, contribuindo para o resultado deste exercício.

Ainda na linha Receita operacional bruta, o crescimento em receitas de pedágios ocorreu pela maior tarifa média de 13,8% em relação ao ano passado, sobretudo em função do início da operação da PRVias e da retomada do reconhecimento integral da receita de pedágio na Motiva Pantanal.

Custos e despesas totais

As principais variações na rubrica de custos e despesas totais estão destacadas abaixo:

Custos Caixa:

- Custo com pessoal**

A linha permaneceu praticamente estável em relação ao período anterior. O impacto do dissídio anual médio de 4,87% somado ao início das operações na Rota Sorocabana (R\$ 46.119 mil) e PRVias (R\$ 36.901 mil) foram compensados pelos encerramentos dos contratos de concessão da ViaOeste e de Barcas, nos valores de R\$ 100.631 mil e R\$ 114.407 mil, respectivamente.

- Serviços de terceiros**

A redução de R\$ 205.345 mil decorreu, principalmente, do encerramento do contrato de concessão da ViaOeste e de Barcas que deixaram de contribuir com R\$ 87.357 mil e R\$ 42.180 mil, respectivamente. Na Motiva Pantanal, após a repactuação da concessão, os serviços de recuperação de pavimento que anteriormente eram registrados como custo operacional (*Opex*) passaram a ser contabilizados como investimento (*Capex*), resultando em redução adicional de R\$ 113.056 mil.

- **Custo da outorga**

A redução de R\$ 5.840 mil no custo de outorga decorreu, principalmente, pelo final do contrato da ViaOeste no valor de R\$ 35.594 mil, compensado em partes pelo início da operação da Rota Sorocabana no valor de R\$ 21.098 mil.

- **Outros custos**

A redução de R\$ 1.154.483 mil ocorreu principalmente em função dos investimentos na ViaOeste que totalizaram R\$ 86.987 mil em 2025 e R\$ 759.081 em 2024, em obras que não geravam benefício econômico futuro e, portanto, foram registradas como custo quando incorridas. Também contribuíram: (i) o estorno de R\$ 68.790 mil da provisão para contingências da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, referente ao Termo Aditivo do ETCS; (ii) a baixa de aproximadamente R\$ 122.088 mil na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, em pagamentos a fornecedores, indenizados à concessionária pelo atraso na entrega do material rodante; (iii) o encerramento do contrato de Barcas que deixou de contribuir com R\$ 110.025 mil; e (iv) fim da estimativa de perda na Motiva Pantanal, no montante de R\$ 71.651 mil, em função da assinatura do termo de autocomposição.

Custos não Caixa:

- **Depreciação e amortização**

O aumento de R\$ 195.080 mil na linha de depreciação e amortização ocorreu em função do acréscimo do saldo de intangível na ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, pela entrega de material rodante (novos trens), além do maior volume de obras entregues na RioSP, AutoBAn e SPVias, no período.

- **Provisão de manutenção**

O aumento de R\$ 28.643 mil na linha de provisão de manutenção ocorreu, majoritariamente, em função dos ciclos de manutenção de pavimento na SPVias, compensado em parte pelo menor volume de provisões na AutoBAn.

Custo de construção:

A linha de custo de construção apresentou redução de R\$ 745.084 mil, decorrente principalmente do impacto de R\$ 2.048.790 mil referentes à entrega de material rodante (novos trens) ao longo de 2025 na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Esses efeitos foram parcialmente compensados por maiores volumes na Motiva Pantanal, ViaSul e RioSP, bem como pelos custos associados aos ativos recém-incorporados, Rota Sorocabana e PRVias.

Resultado das operações descontinuadas

Em função da assinatura do contrato de compra e venda da plataforma de Aeroportos, seus resultados foram consolidados nesta linha específica da Demonstração do Resultado do Exercício. O desempenho positivo é explicado pelo aumento de demanda de 7,0%, o que representou expansão de receitas de 10,8%, EBITDA Ajustado de 18,1% e aumento de margem em 3,5 p.p.. A linha de depreciação e amortização foi impactada pela constituição de ativo intangível de R\$ 193.082 mil, refletindo os ajustes em função do novo prazo do contrato da Aeris. O resultado financeiro foi superior em 31,8%, principalmente, em função da dívida líquida 5,5% maior entre os períodos comparados, somado ao CDI anual médio 3,44 p.p. maior na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Resultado financeiro

A variação negativa de R\$ 655.015 mil no resultado financeiro decorreu, principalmente, do maior CDI médio anual de 2025 em comparação ao exercício anterior (14,31% vs. 10,87%), somada ao aumento de 30,1% do endividamento bruto. Houve, ainda, elevação de 27,2% no saldo das dívidas indexadas ao IPCA, parcialmente compensada pelo menor índice do período (4,26% vs. 4,83%).

Adicionalmente, os rendimentos de aplicações financeiras foram R\$ 211.235 mil superiores, impulsionados pelo CDI médio anual 3,44 p.p. maior. A Companhia segue atenta a oportunidades de *Liability Management*, apoiadas em uma gestão ativa de oportunidades, voltada à otimização do perfil de dívida da Companhia.

Endividamento Bruto

Em 2025, o endividamento bruto consolidado totalizou R\$ 37.583.145 mil, ante R\$ 28.887.312 mil em 2024 (+30,1%). No período, foram contratados aproximadamente R\$ 14,6 bilhões em novas dívidas e realizados desembolsos de cerca de R\$ 16,7 bilhões, incluindo operações de exercícios anteriores. As concessões aeroportuárias representaram cerca de R\$ 3,5 bilhões desses desembolsos e, após o anúncio da venda da Plataforma de Aeroportos, passaram a ser classificadas como Passivos Mantidos para Venda.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição líquida em moeda estrangeira das empresas com receitas em reais somava US\$ 6,1 milhões, principalmente relacionada ao fornecimento de equipamentos para a ViaQuatro, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e Rota Sorocabana.

Na mesma data, o endividamento bruto consolidado, incluindo controladas em conjunto, alcançou R\$ 38.162.411 mil, frente a R\$ 29.308.942 mil em 2024 (+30,2%).

Investimentos Caixa (incluindo ativo financeiro e manutenção)

Em 2025, os investimentos somaram R\$ 8.508 milhões. As concessionárias que mais investiram foram RioSP, ViaSul, AutoBAn e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9.

Na RioSP, os investimentos são relativos a ampliação, desapropriações, recuperação de pavimento e sistemas de diversos trechos da região metropolitana e rural de São Paulo, além da execução de obras na Serra das Araras. Na ViaSul, os desembolsos foram com duplicações, faixas adicionais e intervenções de pavimento em diversos trechos da BR-101, BR-386 e BR-290. Na AutoBAn, destaque para a intervenção de pavimento no sistema Anhanguera-Bandeirantes. Já na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, desembolsos com a construção e revitalização de subestações de energia, melhorias e empreendimentos em diversas estações e sistemas de energia.

Dividendos Pagos

Em 6 de maio de 2025, a Companhia pagou aproximadamente R\$ 319.928 mil em dividendos complementares referentes ao exercício de 2024, correspondentes a R\$ 0,15914123162 por ação, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2025.

No dia 15 de agosto de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 360.575 mil em dividendos, correspondentes a R\$ 0,179347034195 por ação, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2025.

Adicionalmente, no dia 19 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 294.244 mil em dividendos, correspondentes a R\$ 0,14635469934 por ação, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 5 de dezembro de 2025.

4. Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável da Motiva e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2025, a Companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

- **Índices ESGe D&I da B3:** pela primeira vez, a Motiva passou a compor a carteira do Índice de Diversidade (IDIVERSA) e do Índice GPTW (IGPTW), que reconhecem companhias com boas práticas em Diversidade & Inclusão (D&I).
- **Índices ESG da B3:** pelo 14º ano consecutivo, a Motiva integrou a carteira do ISE, um dos principais indicadores de desempenho ESG do mercado de capitais brasileiro, e ingressou no Índice Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3.
- **Selo Ouro do GHG Protocol:** pela 12ª vez consecutiva, a Motiva conquistou o Selo Ouro do GHG Protocol, reforçando sua liderança em sustentabilidade.
- **CDP – Mudanças Climáticas:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva obteve a nota A- no ciclo 2024 da CDP Disclosure Insight Action, reconhecimento global por boas práticas em sustentabilidade.
- **100+ Inovadoras no Uso de TI:** a Motiva foi reconhecida como uma das “100+ Inovadoras no Uso de TI”, premiação concedida pela IT Forum.
- **Merce Marsh Benefícios – Troféu Selo Azul:** a Motiva foi premiada como uma das 21 melhores empresas do Brasil na oferta de programas de saúde e bem-estar no ambiente corporativo, com a conquista do troféu Selo Azul.
- **GPTW – Jornada Flexível:** a Motiva ficou entre as 50 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil que oferecem Jornada Flexível, alcançando a 4ª posição na categoria “Supergrandes”, segundo o Great Place To Work® Brasil.
- **GPTW Mulher:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva foi reconhecida como uma das melhores empresas para mulheres trabalharem no Brasil, subindo posições no ranking de 2025 e figurando entre as 23 primeiras colocadas.

- **GPTW São Paulo 2025:** pela primeira vez, a Motiva ingressou no grupo das 20 melhores empresas para trabalhar em São Paulo, segundo o ranking GPTW São Paulo 2025.
- **GPTW Brasil 2025:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva esteve entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, entrando no TOP 15 na categoria “Gigantes” (organizações com mais de 10 mil colaboradores).
- **Prêmio INAC de Integridade 2025:** a Motiva conquistou o 1º lugar na categoria “Boas Práticas de Governança”, em premiação promovida pelo Instituto Não Aceito Corrupção (INAC).
- **Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva foi uma das vencedoras do prêmio concedido pelas plataformas Melhor RH e Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (Cecom), com reconhecimentos em cinco categorias.
- **Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas:** pelo segundo ano seguido, a Motiva foi reconhecida na categoria Logística e Transporte, em premiação organizada pela Plataforma Negócios da Comunicação em parceria com o Cecom.
- **Latin America Executive Team:** a Motiva foi eleita a melhor companhia de médio porte do setor de transporte em sete das oito categorias do prêmio, em premiação oferecida pela Extel; Miguel Setas (*CEO*) e Waldo Perez (*CFO*) conquistaram a 1ª posição em suas categorias; Flavia Godoy foi eleita a melhor profissional de RI; e a área de RI da Motiva foi reconhecida como a melhor do setor, com a Companhia também destacada como *Most Honored Company* entre as empresas de médio porte.
- **Elite InfoMoney:** pelo segundo ano consecutivo, o *CEO* Miguel Setas foi reconhecido como uma das principais lideranças do mercado no Elite InfoMoney, lista que reúne *CEOs* de empresas com forte desempenho e crescimento.
- **Programa Na Mão Certa:** a Motiva foi reconhecida no 19º Encontro Anual do Programa Na Mão Certa, pelas ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes desenvolvidas pelo Instituto Motiva e pela Motiva Rodovias em diferentes estados.
- **Prêmio ECO:** a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes foi vencedora na categoria Grandes Empresas do Prêmio ECO, oferecido pela Amcham-Brasil, que reconhece iniciativas capazes de acelerar a agenda de sustentabilidade no País.
- **Prêmio Aberje 2025:** a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes conquistou o 1º lugar na categoria Publicação Especial, na região Sudeste, no Prêmio Aberje 2025.
- **Pesquisa CNT 2025 de Rodovias:** quatro rodovias operadas pela Motiva figuraram entre as 10 melhores do Brasil; a Rodovia dos Lagos foi eleita a 2ª melhor do país; a Rodovia dos Bandeirantes ficou em 3º lugar; o trecho oeste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) ficou em 8º; e a Rodovia Raposo Tavares (SP-270) alcançou a 9ª posição.
- **Prêmio Viaja São Paulo (Datafolha):** a Rodovia dos Bandeirantes foi eleita pela terceira vez consecutiva a melhor estrada para viajar em São Paulo, segundo pesquisa do Instituto Datafolha.
- **LatinFinance Deals of the Year:** a RioSP conquistou o prêmio pelo financiamento das obras das Rodovias Presidente Dutra e da Rio-Santos (BR-101), vencendo na categoria Corporate *Local Currency Financing of the Year*, em premiação oferecida pela revista LatinFinance

- **Project & Infrastructure Finance Awards (PIFA) 2025:** a operação de financiamento da RioSP foi eleita o Financiamento Rodoviário do Ano, em premiação oferecida pela revista LatinFinance.
- **Golden Tombstone 2025:** a RioSP conquistou o prêmio oferecido pela IBEF-SP na categoria Melhor Operação de Emissão de Títulos de Dívida, pelo financiamento das obras das Rodovias Presidente Dutra e Rio-Santos.
- **Prêmio Destaques ANTT 2025:** a Motiva Rodovias foi a mais reconhecida na premiação oferecida pela ANTT, vencendo nas categorias (i) Atenção ao Usuário (PRVias); (ii) Segurança Viária (Motiva Pantanal); (iii) Sustentabilidade Ambiental (RioSP); (iv) Engenharia (RioSP); e (v) Destaque Regulatório (RioSP).
- **ASQ Airport Service Quality Awards (ACI World):** os aeroportos internacionais Juan Santamaría (Costa Rica) e de Quito (Equador), administrados pela Motiva Aeroportos, foram premiados como “Melhores da América Latina e do Caribe” na categoria de 5 a 15 milhões de passageiros.
- **Airport Carbon Accreditation (ACA):** os aeroportos de Curitiba (PR), Navegantes (SC), Foz do Iguaçu (PR), Goiânia (GO) e São Luís (MA) conquistaram a certificação Nível 1 do programa internacional de gestão e redução de emissões, promovido pelo Airports Council International (ACI).
- **Prêmio Aviação + Brasil 2025:** o Aeroporto Internacional de Curitiba (PR), administrado pela Motiva Aeroportos, foi eleito o melhor do Brasil na categoria entre 5 e 10 milhões de passageiros.
- **Priority Pass:** o Aeroporto Internacional de Confins (MG), operado pela BH Airport, teve a sala Advantage VIP Lounge eleita a melhor do mundo pelo Priority Pass.
- **Aeroportos Sustentáveis (ANAC):** o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (MG), administrado pela Motiva, conquistou pelo terceiro ano consecutivo o selo Aeroportos Sustentáveis, com destaque nas categorias Sociedade e Externalidades.
- **Selo Lilás (SPM-BA):** a Motiva conquistou o troféu Selo Lilás por suas práticas corporativas de promoção da equidade de gênero, oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo da Bahia.
- **Reconhecimento institucional ao Instituto Motiva:** o Instituto Motiva foi homenageado por vereadores da cidade de São Paulo em reconhecimento às ações sociais com impacto positivo para o público feminino em regiões de atuação da AutoBAn.

5. Considerações finais

5.1. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas investidas no Brasil não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa, em montante ou natureza que pudesse afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2. Cláusula Compromissória

A Motiva está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

5.3. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2026.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão – individuais e consolidadas

Veja as Notas 3.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principal assunto de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|--|--|
| <p>A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros em determinadas controladas, consideradas como componentes significativos. A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.</p> <p>A determinação do valor em uso das UGCs, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável das UGCs que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p> |

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – individuais e consolidadas

Veja as notas 3.14 e 9.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

| Principal assunto de auditoria | Como auditoria endereçou esse assunto |
|---|--|
| <p>A Companhia e determinadas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os</p> | <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros, |

| | |
|---|--|
| <p>prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas à aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> | <p>comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e</p> <p>(ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros;</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p> |
|---|--|

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

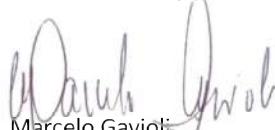
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares Reais)

| Ativo | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | | 7.690.224 | 4.413.554 | 23.927.061 | 10.441.129 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 854.588 | 463.014 | 3.651.544 | 4.187.905 |
| Aplicações financeiras | 7 | 1.437.976 | 1.438.056 | 4.015.545 | 2.204.382 |
| Aplicações financeiras - conta reserva | 7 | - | 7.727 | 271.727 | 316.583 |
| Contas a receber das operações | 8.1 | 120 | 114 | 897.911 | 1.097.331 |
| Contas a receber dos Poderes Concedentes | 8.1 | - | - | 1.309.297 | 1.134.560 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 11 | 415.729 | 330.919 | 2.503 | 13.358 |
| Mútuos com partes relacionadas | 11 | 505.919 | 1.089.421 | - | - |
| Estoques | | - | - | 443.073 | 499.822 |
| Tributos a recuperar | | 179.315 | 197.585 | 439.592 | 489.952 |
| Pagamentos antecipados relacionados à concessão | 10 | - | - | 125.459 | 127.371 |
| Contas a receber de operações com derivativos | 23.2 | - | - | 355 | 21.764 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 848 | 422 | 75.431 | 80.495 |
| Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas | 11 | - | - | 8.766 | 11.216 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 11 | 1.250.798 | 865.685 | - | - |
| Despesas antecipadas e outros créditos | | 30.528 | 20.611 | 187.968 | 256.390 |
| Ativos mantidos para venda | 26 | 3.014.403 | - | 12.497.890 | - |
| Não circulante | | 17.750.255 | 16.178.134 | 47.086.809 | 48.655.970 |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Aplicações financeiras - conta reserva | 7 | - | - | 155.437 | 214.124 |
| Contas a receber das operações | 8.1 | - | - | 48.788 | 52.046 |
| Contas a receber dos Poderes Concedentes | 8.1 | - | - | 5.529.515 | 5.555.052 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 11 | - | - | - | 52.352 |
| Mútuos com partes relacionadas | 11 | 163.884 | 255.122 | 152.585 | 241.753 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas | 11 | 42.810 | 161.039 | 2.159 | 403 |
| Estoques | | - | - | 186.506 | 105.553 |
| Tributos a recuperar | | 79.203 | 99.218 | 127.426 | 159.204 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9.2 | - | - | 1.224.189 | 1.420.872 |
| Pagamentos antecipados relacionados à concessão | 10 | - | - | 1.413.298 | 1.538.757 |
| Contas a receber de operações com derivativos | 23.2 | 217.096 | 81.507 | 234.830 | 81.507 |
| Títulos e valores mobiliários | | - | - | 20.373 | - |
| Despesas antecipadas e outros créditos | | 72 | 685 | 301.942 | 274.735 |
| Investimentos | 12 | 17.019.771 | 15.395.315 | 80.618 | 884.884 |
| Imobilizado | 13 | 143.312 | 100.378 | 1.856.342 | 1.195.723 |
| Intangível | 14 | 81.667 | 83.774 | 28.728.288 | 30.649.683 |
| Infraestrutura em construção | 14 | - | - | 6.721.759 | 5.930.178 |
| Direito de uso em arrendamento | | 2.440 | 1.096 | 25.841 | 21.783 |
| Propriedade para investimento | 15 | - | - | 276.913 | 277.361 |
| Total do Ativo | | 25.440.479 | 20.591.688 | 71.013.870 | 59.097.099 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares Reais)

| Passivo e Patrimônio Líquido | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | - | - | 273.529 | 368.923 |
| Debêntures e notas comerciais | 17 | 501.197 | 365.360 | 1.583.484 | 1.082.007 |
| Contas a pagar de operações com derivativos | 23.2 | 196.496 | 118.895 | 220.660 | 143.535 |
| Fornecedores | | 47.463 | 65.497 | 1.076.816 | 1.273.128 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 8 | 8 | 532.492 | 407.092 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 55.514 | 34.550 | 381.754 | 419.987 |
| Impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados | | - | - | 3.522 | 3.954 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 298.261 | 253.956 | 540.789 | 622.457 |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 11 | 4.048 | 3.954 | 15.334 | 42.212 |
| Mútuos com partes relacionadas | 11 | - | - | - | 226.128 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 11 | 124.369 | 283 | 398.763 | 167.002 |
| Provisão de manutenção | 19 | - | - | 363.624 | 511.472 |
| Obrigações com os Poderes Concedentes | 24.1 e 24.3 | - | - | 11.344 | 306.579 |
| Passivo de arrendamento | | 2.425 | 873 | 17.347 | 13.381 |
| Obrigações a executar | | - | - | 527.713 | 303.531 |
| Receita diferida | | - | - | - | 5.771 |
| Outras obrigações | | 5.739 | 6.240 | 103.875 | 234.706 |
| Passivos mantidos para venda | 26 | - | - | 9.458.995 | - |
| Não circulante | | 8.413.707 | 6.133.181 | 39.221.392 | 38.963.148 |
| Empréstimos e financiamentos | 16 | - | - | 6.833.896 | 7.568.193 |
| Debêntures e notas comerciais | 17 | 7.893.145 | 4.755.606 | 28.549.782 | 24.859.620 |
| Impostos e contribuições a recolher | | - | - | 5.287 | 6.657 |
| Impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados | | - | - | 10.497 | 12.356 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9.2 | 204.038 | 197.120 | 2.774.297 | 2.507.047 |
| Pis e Cofins diferidos | | - | - | 16.006 | 16.156 |
| Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias | | 1.674 | 10.198 | 1.770 | 35.376 |
| Contas a pagar a partes relacionadas | 11 | - | - | 1.860 | 3.256 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas | 11 | 1.196 | 1.196 | 1.196 | 1.196 |
| Mútuos com partes relacionadas | 11 | - | - | - | 4.463 |
| Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais | 18.1 | 1.945 | 3.374 | 205.197 | 385.742 |
| Provisão de manutenção | 19 | - | - | 426.418 | 553.935 |
| Provisão para passivo a descoberto | 12 | 260.110 | 1.119.304 | 1.823 | 235 |
| Obrigações com os Poderes Concedentes | 24.3 | - | - | - | 2.454.805 |
| Passivo de arrendamento | | 92 | 292 | 9.571 | 9.996 |
| Contas a pagar de operações com derivativos | 23.2 | 8.131 | 28.630 | 108.792 | 92.439 |
| Obrigações a executar | | - | - | 25.078 | 252.184 |
| Receita diferida | | - | - | 31.906 | 47.077 |
| Outras obrigações | | 43.376 | 17.461 | 218.016 | 152.415 |
| Patrimônio Líquido | 20 | 15.791.252 | 13.608.891 | 16.282.437 | 14.002.086 |
| Capital social | | 6.022.942 | 6.022.942 | 6.022.942 | 6.022.942 |
| Reservas de capital | | 393.771 | 199.114 | 393.771 | 199.114 |
| Reservas de lucros | | 8.431.294 | 5.930.611 | 8.431.294 | 5.930.611 |
| Dividendo adicional proposto | | - | 319.928 | - | 319.928 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | 943.245 | 1.136.296 | 943.245 | 1.136.296 |
| Participações de acionistas não controladores | | - | - | 491.185 | 393.195 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 25.440.479 | 20.591.688 | 71.013.870 | 59.097.099 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|--------------|-----------------|-------------|-----------------|
| | | 2024 | | 2024 | |
| | | 2025 | (reapresentado) | 2025 | (reapresentado) |
| Receitas operacionais líquidas | 21 | 80.999 | 61.098 | 18.850.645 | 18.115.933 |
| Custos dos serviços prestados | | - | (25) | (9.907.701) | (11.646.783) |
| Custo de construção | | - | - | (4.960.113) | (5.705.197) |
| Serviços | | - | (2) | (976.112) | (1.185.838) |
| Custo da outorga | | - | - | (261.652) | (273.228) |
| Depreciação, amortização e <i>impairment</i> | | - | - | (1.429.328) | (1.259.154) |
| Custo com pessoal | | - | (23) | (897.460) | (1.091.137) |
| Custo de obras | | - | - | (86.635) | (749.117) |
| Provisão de manutenção | 19 | - | - | (519.293) | (490.650) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | - | - | (259.804) | (334.703) |
| Outros | | - | - | (517.304) | (557.759) |
| Lucro bruto | | 80.999 | 61.073 | 8.942.944 | 6.469.150 |
| Despesas operacionais | | (388.771) | (337.642) | (1.754.246) | (1.921.305) |
| Despesas gerais e administrativas | | | | | |
| Despesas com pessoal | | (237.665) | (176.093) | (1.069.922) | (889.621) |
| Serviços | | (62.087) | (82.350) | (404.462) | (400.081) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (4.798) | (3.390) | (37.570) | (32.979) |
| Depreciação e amortização | | (37.186) | (35.200) | (102.753) | (77.847) |
| Indenizações | | (138) | - | (3.921) | (7.612) |
| Despesas, provisões e multas indevidutivas | | (760) | (1.366) | 1.249 | (11.178) |
| Provisão para perdas - Pantanal (adesão à Lei n.º 13.448/2017) | | - | - | - | (71.651) |
| Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos | | (21.701) | (9.306) | (76.856) | (54.418) |
| Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros | | - | (350) | (66.087) | (61.533) |
| (Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais | 18.1 | 1.429 | (3.343) | 146.102 | (69.667) |
| Gastos com viagens e estadias | | (6.118) | (4.456) | (24.231) | (17.646) |
| Água, luz, telefone, internet e gás | | (293) | (751) | (16.861) | (14.868) |
| Despesas legais e judiciais | | (33) | (38) | (11.610) | (7.465) |
| Contribuições a sindicatos e associações de classe | | (1.711) | (1.588) | (9.509) | (7.737) |
| Impostos, taxas e despesas com cartório | | (681) | (426) | (20.912) | (7.196) |
| Aluguéis de imóveis e condomínios | | (8.228) | (5.536) | (8.173) | (4.440) |
| (Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações | | - | - | (1.133) | (3.583) |
| Outras despesas (receitas) operacionais | | (8.801) | (13.449) | (47.597) | (181.783) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12 | 3.886.243 | 1.734.565 | 79.501 | 71.084 |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 3.578.471 | 1.457.996 | 7.268.199 | 4.618.929 |
| Resultado financeiro | 22 | (611.903) | (335.653) | (3.124.084) | (2.469.069) |
| Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social | | 2.966.568 | 1.122.343 | 4.144.115 | 2.149.860 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos | 9.1 | 43.919 | (2.015) | (997.907) | (1.029.417) |
| Resultado Líquido das operações continuadas | | 3.010.487 | 1.120.328 | 3.146.208 | 1.120.443 |
| Resultado Líquido das operações descontinuadas, líquido de impostos | 26.1 | 269.098 | 128.367 | 357.289 | 191.172 |
| Lucro líquido do exercício | | 3.279.585 | 1.248.695 | 3.503.497 | 1.311.615 |
| Atribuível a: | | | | | |
| Acionistas | | | | | |
| Resultado das operações continuadas | | 3.279.585 | 1.248.695 | 3.279.585 | 1.248.695 |
| Resultado das operações descontinuadas | | 3.010.487 | 1.120.328 | 2.904.235 | 1.024.160 |
| Acionistas não controladores | | | | | |
| Resultado das operações continuadas | | 269.098 | 128.367 | 375.350 | 224.535 |
| Resultado das operações descontinuadas | | - | - | 223.912 | 62.920 |
| Lucro líquido do exercício | | 3.279.585 | 1.248.695 | 3.503.497 | 1.311.615 |
| Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$) | 20.11 | 1.63130 | 0.61963 | 1.63130 | 0.61963 |
| Lucro líquido por ação - diluído (em reais - R\$) | 20.11 | 1.62356 | 0.61817 | 1.62356 | 0.61817 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
(Em milhares Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2024 | | 2025 | (reapresentado) |
| | 2025 | (reapresentado) | | |
| Lucro líquido do exercício | 3.279.585 | 1.248.695 | 3.503.497 | 1.311.615 |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | (1.136) | 41 | (1.136) | 41 |
| Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão | (1.136) | 41 | (1.136) | 41 |
| Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | (191.915) | 390.542 | (196.392) | 403.598 |
| Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - operações descontinuadas | (187.626) | 398.175 | (187.626) | 398.175 |
| Resultado de hedge de fluxo de caixa | (1.152) | 1.739 | (1.152) | 1.739 |
| Resultado de hedge de fluxo de caixa - operações descontinuadas | (3.528) | (8.780) | (3.528) | (8.780) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 496 | (592) | 496 | (592) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos - operações descontinuadas | (105) | - | (105) | - |
| Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - acionistas não controladores | - | - | 67 | 229 |
| Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - acionistas não controladores - operações descontinuadas | - | - | (4.544) | 12.827 |
| Total do resultado abrangente do exercício | 3.086.534 | 1.639.278 | 3.305.969 | 1.715.254 |
| Atribuível a: | | | | |
| Acionistas | 3.086.534 | 1.639.278 | 3.086.534 | 1.639.278 |
| Resultado abrangente das operações continuadas | 3.008.695 | 1.121.516 | 2.902.443 | 1.025.348 |
| Resultado abrangente das operações descontinuadas | 77.839 | 517.762 | 184.091 | 613.930 |
| Acionistas não controladores | - | - | 219.435 | 75.976 |
| Resultado abrangente das operações continuadas | - | - | 242.040 | 96.512 |
| Resultado abrangente das operações descontinuadas | - | - | (22.605) | (20.536) |
| Total do resultado abrangente do exercício | 3.086.534 | 1.639.278 | 3.305.969 | 1.715.254 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares Reais)

| | Capital social | | Reservas de capital | | Reservas de lucros | | Dividendo adicional proposto | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|--|---|------------------|---------------------|----------------------|---------------------|-----------------------------------|------------------------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| | Capital social subscrito e integralizado | Nota | Custos de captação | Transação com sócios | Ações em tesouraria | Plano de Incentivo de Longo Prazo | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | 6.126.100 | (103.158) | | 359.982 | (72.455) | 11.713 | (43.328) | 947.638 | 4.358.626 | 131.322 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos pagos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ações em reservaria - Recompensa de ações | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Entregas de ações do Plano Incentivo de Longo Prazo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição de dividendos em 30 de outubro de 2024 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva para equalização de dividendos e investimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 6.126.100 | (103.158) | | 359.982 | (72.455) | 32.078 | (120.491) | 1.910.072 | 102.186 | 4.818.553 |
| Lucro líquido do exercício | 20.11 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos pagos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aumento de participação - VLT Canoá | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Aquisição de imóvel - VLT Canoá | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Entregas de ações do Plano Incentivo de Longo Prazo | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de retenção de lucros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendo mínimo obrigatório | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva para equalização de dividendos e investimentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 6.126.100 | (103.158) | | 506.580 | (56.799) | 47.106 | (103.116) | 1.174.050 | 2.356.365 | 4.900.879 |
| | | | | | | | | | 943.245 | |
| | | | | | | | | | | 15.791.252 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Motiva S.A.

Demonastrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

| Capital social | | Reservas de capital | | Reservas de lucros | | Reservas de lucros | | Reservas de lucros | | Reservas de lucros | |
|---|------|--|--------------------|----------------------|------------------------------|--------------------------|---------------------|--|------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| Capital social | Nota | Capital social subscrito e integralizado | Custos de captação | Transação com sócios | Ágio em transação de capital | Incentivo de Longo Prazo | Ações em tesouraria | Reserva para equalização de dividendos e investimentos | Dividendo adicional proposto | Ajuste de avaliação patrimonial | Patrimônio líquido acumulado |
| Saldos em 1º de janeiro de 2024 | | 6.126.100 | (103.188) | | | | | 4.358.626 | 131.322 | | 12.462.163 |
| Distribuição de dividendos em 18 de abril de 2024 | | | | | | | | (131.322) | | | 13.077.229 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | | | (131.322) |
| Aumento de Capital - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | | | | | | | | | | | 1.311.515 |
| Aumento de Capital - IBSA/BV | | | | | | | | | | | 126.242 |
| Ações em tesouraria Recuperação de ações | | | | | | | | | | | 9 |
| Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo | | | | | | | | | | | (78.522) |
| Plano de Incentivo de Longo Prazo, Imediatamente em ações | | | | | | | | | | | 21.889 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | | | 403.639 |
| Distribuição de dividendos de minoritários - ViaQuattro | | | | | | | | | | | (37.834) |
| Distribuição de dividendos de minoritários - RodoviaOeste | | | | | | | | | | | (70) |
| Distribuição de dividendos de minoritários - ViaQuattro | | | | | | | | | | | (35.311) |
| Distribuição de dividendos de minoritários - CNA | | | | | | | | | | | (6.777) |
| Juros sobre capital próprio - ViaQuattro | | | | | | | | | | | (6.896) |
| Juros sobre capital próprio - RodoviaOeste | | | | | | | | | | | (117) |
| Juros sobre capital próprio - Valobolidade - Linhas 5 e 17 | | | | | | | | | | | (271) |
| Juros sobre capital próprio - CPA | | | | | | | | | | | (757) |
| Destinações: | | | | | | | | | | | |
| Reserva Legal | | | | | | | | | | | |
| Reserva de retenção de lucros | | | | | | | | | | | |
| Distribuição de dividendos em 30 de outubro de 2024 | | | | | | | | | | | (304.420) |
| Dividendo adicional proposto | | | | | | | | | | | - |
| Reserva para equalização de dividendos e investimentos | | | | | | | | | | | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 6.126.100 | (103.188) | | | | | 355.982 | (72.455) | 1.010.072 | 102.186 |
| Distribuição de dividendos em 18 de abril de 2025 | | | | | | | | | | | (120.949) |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | | | | | 20.11 |
| Dividendos pagos | | | | | | | | | | | - |
| Aumento de Capital - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | | | | | | | | | | | 66.424 |
| Redução de Capital - VLT Canoas | | | | | | | | | | | (23.722) |
| Adquisição de Participação S.O | | | | | | | | | | | (1.225) |
| Dividendo adicional proposto | | | | | | | | | | | (1.461) |
| Aquisição de mutuo - VLT Canoas | | | | | | | | | | | (319.928) |
| Entregas de ações do Plano Incentivo de Longo Prazo | | | | | | | | | | | 162.264 |
| Plano de Incentivo de Longo Prazo, Imediatamente em ações | | | | | | | | | | | 223 |
| Outros resultados abrangentes | | | | | | | | | | | (32.403) |
| Distribuição de dividendos de minoritários - ViaQuattro | | | | | | | | | | | (193.051) |
| Distribuição de dividendos de minoritários - RodoviaOeste | | | | | | | | | | | (137.246) |
| Distribuição de dividendos de minoritários - Valobolidade - Linhas 5 e 17 | | | | | | | | | | | (106) |
| Distribuição de dividendos de minoritários - CPA | | | | | | | | | | | (14.022) |
| Destinações: | | | | | | | | | | | (716) |
| Reserva Legal | | | | | | | | | | | (5.855) |
| Reserva de retenção de lucros | | | | | | | | | | | (74) |
| Dividendo adicional proposto | | | | | | | | | | | (2.476) |
| Reserva para equalização de dividendos e investimentos | | | | | | | | | | | (1.189) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | | 6.126.100 | (103.188) | | | | | 506.580 | (56.799) | 47.106 | 1.174.050 |
| | | | | | | | | | | | 2.356.365 |
| | | | | | | | | | | | 4.900.879 |
| | | | | | | | | | | | 943.245 |
| | | | | | | | | | | | 15.791.252 |
| | | | | | | | | | | | 491.185 |
| | | | | | | | | | | | 16.282.437 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

| Fluxos de caixa das atividades operacionais | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 2024 | | 2025 | (reapresentado) |
| | | 2025 | (reapresentado) | 2025 | (reapresentado) |
| Lucro líquido do exercício | | 3.279.585 | 1.248.695 | 3.503.497 | 1.311.615 |
| Ajustes por: | | | | | |
| Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas | | (269.098) | (128.367) | (357.289) | (191.172) |
| Resultado das operações descontinuadas | | - | - | - | 1.007.459 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9.2 | (43.919) | 2.015 | (378.439) | (227.089) |
| (Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações | 8.1 | - | - | (12.613) | 5.658 |
| Adições e remunerações do contas a receber dos Poderes Concedentes | 8.1 | - | - | (1.384.717) | (1.457.626) |
| Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017 | 8.1 | - | - | - | 71.651 |
| Depreciação, amortização e <i>impairment</i> | 13 e 14 | 35.584 | 33.847 | 1.420.306 | 1.218.189 |
| Baixa do ativo imobilizado e intangível | 13 e 14 | 1.759 | 341 | 28.730 | 59.062 |
| Baixa arrendamento | | - | - | - | 1.630 |
| Amortização do direito da concessão gerado em aquisições | 13 e 14 | - | - | 97.185 | 98.164 |
| Capitalização de custos dos empréstimos | 13 e 14 | - | - | (680.062) | (396.863) |
| Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais | 18.1 | 3.118 | 4.415 | 15.101 | 244.587 |
| Obrigações a executar | | - | - | 12.579 | 14.536 |
| Constituição da provisão de manutenção | 19 | - | - | 519.293 | 490.650 |
| Ajuste a valor presente da provisão de manutenção | 19 | - | - | 89.527 | 85.126 |
| Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais | 22 | 793.055 | 632.999 | 4.062.667 | 3.116.317 |
| Resultado com operações de derivativos | 22 | (6.971) | 318.446 | 47.354 | 370.268 |
| Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures | 22 | 84.137 | (321.388) | 163.977 | (378.271) |
| Juros e variação monetária sobre mútuos e fianças com partes relacionadas | 22 | (194.679) | (193.005) | (19.498) | 8.852 |
| Juros sobre impostos, contribuições e multas com os Poderes Concedentes parcelados | 22 | - | - | 1.637 | 1.463 |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros e Indenizações | 22 | 350 | 29 | (117.713) | 5.752 |
| Juros sobre mútuos com terceiros | 22 | - | - | - | 17.066 |
| Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento | 22 | 161 | 174 | 1.715 | 3.593 |
| Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos | 22 | - | - | (9.744) | 20.265 |
| Receita de reequilíbrio | 21 | - | - | (821.867) | - |
| Equivalência patrimonial | 12.2 | (3.886.243) | (1.734.565) | (79.501) | (71.084) |
| Apropriação de despesas antecipadas | 10 | - | - | 127.371 | 133.107 |
| Depreciação – Direito de uso em arrendamento | | 1.602 | 1.353 | 14.590 | 20.648 |
| ISS, Pis e Cofins diferidos | | - | - | 2.871 | 2.860 |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | | (85.772) | (101.159) | (358.599) | (221.761) |
| Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações | | 31.795 | 15.010 | 32.498 | 20.317 |
| Perdas (Ganhos) em alienações e aquisições de investimentos | | - | 2.212 | 3.669 | 2.212 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | |
| (Aumento) redução nos ativos | | | | | |
| Contas a receber das operações | 8.1 | (6) | (114) | 192.726 | (176.674) |
| Recebimento do contas a receber dos Poderes Concedentes | 8.1 | - | - | 1.995.657 | 1.888.167 |
| Contas a receber dos Poderes Concedentes | 8.1 | - | - | 17.129 | 327.922 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 11 e 25.1 | (74.343) | (115.640) | 10.855 | 50.731 |
| Tributos a recuperar | | 7.392 | (8.594) | 78.056 | (7.454) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | | 1.440.413 | 2.722.410 | 109.746 | 261.004 |
| Adiantamentos a fornecedores | | (426) | 2.282 | 5.064 | (4.867) |
| Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas | | - | - | 2.450 | 14.176 |
| Estoques | | - | - | (24.204) | (119.344) |
| Despesas antecipadas e outros créditos | | (9.304) | 1.735 | 42.242 | (127.195) |
| Aumento (redução) dos passivos | | | | | |
| Fornecedores | | (17.990) | 28.099 | (2.497) | 19.316 |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 11 e 25.1 | (1.229) | 1.821 | (30.499) | 24.241 |
| Realização da provisão de manutenção | 19 | - | - | (884.185) | (337.885) |
| Obrigações sociais, trabalhistas e previdênciaras | | 35.781 | 46.091 | (115.274) | 92.070 |
| Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social | | 20.964 | (5.716) | 1.420.434 | 1.289.735 |
| ISS, Pis e Cofins diferidos | | - | - | (2.099) | (2.318) |
| Pagamentos de imposto de renda e contribuição social | | - | - | (1.265.564) | (1.165.322) |
| Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdênciaras, tributários e contratuais | 18.1 | (4.547) | (1.072) | (161.203) | (174.920) |
| Obrigações a executar | | - | - | (15.503) | 16.528 |
| Obrigações com os Poderes Concedentes | 8.1 e 24.1 | - | - | (24.511) | (159.527) |
| Mútuos cedidos a terceiros | | - | - | - | (17.066) |
| Receita diferida | | - | - | (10.337) | 870 |
| Passivo de contrato | | - | - | (763) | (789) |
| Outras obrigações | | (4.977) | 18.254 | (342.100) | 93.965 |
| Operações descontinuadas - Variação nos Ativos e Passivos | | - | - | (1.172.711) | - |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 1.136.192 | 2.470.608 | 5.747.434 | 7.172.545 |

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

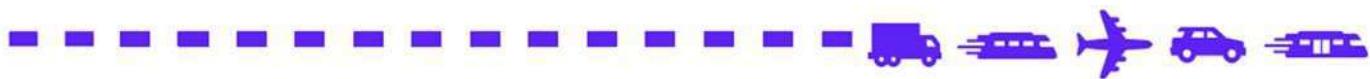
| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 2025 | (reapresentado) | 2025 | (reapresentado) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Mútuos com partes relacionadas (recebimentos) | | 123.876 | - | 123.876 | - |
| Aquisição de ativo imobilizado | 13 | (56.279) | (41.067) | (659.270) | (424.897) |
| Adições ao ativo intangível | 14 | (21.891) | (33.321) | (8.973.406) | (5.906.015) |
| Outros do ativo imobilizado e intangível | 13 e 14 | - | - | 249.913 | 21.450 |
| Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos | | (2.419.069) | (1.457.236) | (406) | (461) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas | | - | - | (1.756) | 54 |
| Aplicações financeiras líquidas de resgate | 7 | 85.852 | 390.596 | (1.452.564) | 472.817 |
| Redução de capital em investidas | 12,2 | 254.000 | 288.900 | - | - |
| Resgates / aplicações (conta reserva) | 7 | 7.727 | 275 | 103.543 | (248.364) |
| Ativos e passivos mantidos para venda | | - | - | (2.681.606) | - |
| Títulos patrimoniais | | - | - | (24.042) | - |
| Propriedade para investimento | | - | - | 448 | - |
| Compra de participação do VLT Carioca / Alienação de investimentos | | (67.000) | 100.000 | (67.000) | 100.000 |
| Operações descontinuadas - Caixa Líquido Atividades de Investimento | | - | - | 9.032.166 | - |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | | (2.092.784) | (751.853) | (4.350.104) | (5.985.416) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | |
| Ações em tesouraria - Recompra de ações | | - | (77.163) | - | (77.163) |
| Liquidação de operações com derivativos | 23.2 | (71.516) | (46.858) | (87.132) | (72.584) |
| Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais: | | | | - | - |
| Captações (líquidas de custos de transação) | 25,2 | 3.100.580 | 2.242.891 | 13.142.161 | 12.032.957 |
| Pagamentos de principal | 25,2 | (151.624) | (2.652.192) | (5.664.427) | (9.421.366) |
| Pagamentos de juros | 25,2 | (552.772) | (461.657) | (2.701.109) | (2.952.897) |
| Dividendos pagos a acionistas da controladora | 11 e 12,2 | (974.747) | (840.639) | (974.747) | (748.651) |
| Dividendos pagos a acionistas não controladores | 11 e 12,2 | - | - | (54.005) | (424.273) |
| Passivo de arrendamento (pagamentos principal e juros) | | (1.755) | (1.477) | (16.790) | (27.303) |
| Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores | | - | - | 63.962 | 126.416 |
| Operações descontinuadas - Caixa Líquido Atividades de Financiamento | | - | - | (5.641.604) | - |
| Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento | | 1.348.166 | (1.837.095) | (1.933.691) | (1.564.864) |
| Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa | | - | - | - | 16.923 |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | | 391.574 | (118.340) | (536.361) | (360.812) |
| Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| No início do exercício | | 463.014 | 581.354 | 4.187.905 | 4.548.717 |
| No final do exercício | | 854.588 | 463.014 | 3.651.544 | 4.187.905 |
| | | 391.574 | (118.340) | (536.361) | (360.812) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
(Em milhares Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|------------------|-------------------------|-------------------|-------------------------|
| | | 2025 | 2024 (reapresentado) | 2024 | 2024 (reapresentado) |
| | | | | 2025 | |
| Receitas | | | | | |
| Receitas operacionais | 21 | 92.926 | 77.167 | 19.768.343 | 18.992.695 |
| Outras Receitas | | 4.631 | 6.245 | 116.979 | 15.830 |
| Provisão para perda esperada - contas a receber | | - | - | (1.133) | (3.583) |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | | |
| Custos dos serviços prestados | | - | - | (1.849.928) | (2.754.937) |
| Custos de construção | | - | - | (4.960.113) | (5.705.197) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | (106.892) | (127.528) | (615.969) | (965.222) |
| Outorga | | - | - | (261.652) | (273.228) |
| Provisão de manutenção | 19 | - | - | (519.293) | (490.650) |
| Valor adicionado bruto | | (9.335) | (44.116) | 11.677.234 | 8.815.708 |
| Depreciação, amortização e impairment | 14 e 15 | (37.186) | (35.200) | (1.532.081) | (1.337.001) |
| Valor adicionado líquido gerado pela Companhia | | (46.521) | (79.316) | 10.145.153 | 7.478.707 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12 | 3.886.243 | 1.734.565 | 79.501 | 71.084 |
| Receitas financeiras | 22 | 643.590 | 1.065.646 | 1.680.923 | 1.502.984 |
| Outras transferências recebidas | | 269.098 | 128.367 | 357.289 | 191.172 |
| Valor adicionado total a distribuir | | 4.752.410 | 2.849.262 | 12.262.866 | 9.243.947 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | | |
| Empregados | | | | | |
| Remuneração direta | | 173.366 | 132.955 | 1.165.169 | 1.194.536 |
| Benefícios | | 21.075 | 13.823 | 447.958 | 445.328 |
| FGTS | | 7.373 | 5.416 | 74.111 | 71.521 |
| Tributos | | | | | |
| Federais | | (1.765) | 31.941 | 1.653.573 | 1.639.502 |
| Municipais | | 4.650 | 3.497 | 505.833 | 494.656 |
| Estaduais | | 11 | 18 | 2.785 | 7.331 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | | | |
| Juros | | 1.251.238 | 1.398.159 | 4.788.817 | 3.956.999 |
| Aluguéis | | 16.877 | 14.758 | 121.123 | 122.459 |
| Remuneração de capitais próprios | | | | | |
| Dividendos | 20.9 | 124.083 | 304.420 | 124.083 | 304.420 |
| Lucros retidos do exercício | | 3.155.502 | 944.275 | 2.780.152 | 719.740 |
| Participação dos não controladores | | - | - | 241.973 | 96.283 |
| Participação dos não controladores - operação descontinuada | | - | - | (18.061) | (33.363) |
| Valor adicionado total distribuído das operações descontinuadas | | - | - | 375.350 | 224.535 |
| Valor adicionado total a distribuir | | 4.752.410 | 2.849.262 | 12.262.866 | 9.243.947 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A Motiva é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da Motiva permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (B3) sob a sigla "MOTV3".

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia de CCR S.A. para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, a Motiva é responsável por 4.475 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional.

No segmento de trilhos, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrôs, trens, veículos leves sobre trilhos, que somam aproximadamente 189 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia.

No segmento de concessões aeroportuárias, atualmente classificado como ativo mantido para venda (vide tópico 1.1.2. item g), é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano.

A seguir estão demonstradas as empresas que a Motiva possui participação e os percentuais de participação pertinentes à Motiva de forma direta ou indireta:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Holding e Serviços

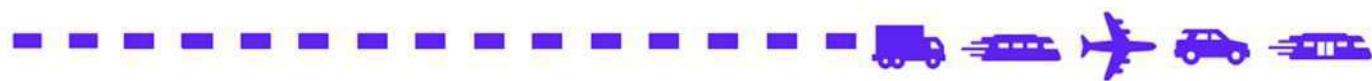
| Empresas | País | Investidoras | % de participação |
|---------------------------|--------|--------------|-------------------|
| Controlar (em liquidação) | Brasil | SIP | 49,57 |
| CPC (a) | Brasil | Motiva | 100 |
| Inovap 5 (b) | Brasil | Motiva | 50 |
| Lam Vias | Brasil | Motiva | 100 |
| RS Holding (c) | Brasil | Motiva | 100 |
| SIP | Brasil | Motiva | 100 |
| SPCP | Brasil | Motiva | 100 |

- (a) Classificado como ativo mantido para venda.
- (b) Operação conjunta de plataforma digital para gestão e processamento de pagamentos de pedágios.
- (c) Troca do objeto social para comercializadora de energia.

Rodovias

| Concessões | País | Investidoras | % de participação | Km | Fim da concessão |
|-------------------------|--------|--------------|-------------------|-------|-------------------|
| AutoBAn | Brasil | Motiva | 100 | 317 | Dezembro de 2037 |
| Pantanal | Brasil | Motiva | 100 | 845,4 | Abril de 2044 |
| ND (a) | Brasil | Motiva | 100 | - | - |
| PRN (em liquidação) (a) | Brasil | Motiva | 100 | - | - |
| PRVias | Brasil | Motiva | 100 | 569 | Abril de 2055 |
| RDN (a) | Brasil | Motiva | 100 | - | - |
| Renovias | Brasil | Motiva | 40 | 345,6 | Abril de 2026 |
| RioSP | Brasil | Motiva | 100 | 625,8 | Fevereiro de 2052 |
| RodoAnel Oeste | Brasil | Motiva | 99,59 | 32 | Maio de 2038 |
| Rota Sorocabana | Brasil | Motiva | 100 | 460 | Fevereiro de 2055 |
| SPVias | Brasil | Motiva | 100 | 516 | Outubro de 2030 |
| ViaCosteira | Brasil | Motiva | 100 | 220,4 | Agosto de 2050 |
| ViaLagos | Brasil | Motiva | 100 | 57 | Janeiro de 2047 |
| VOE (a) | Brasil | Motiva | 100 | - | - |
| ViaRio | Brasil | Motiva | 66,66 | 13 | Abril de 2047 |
| ViaSul | Brasil | Motiva | 100 | 473,4 | Fevereiro de 2049 |

- (a) As concessões foram encerradas, porém as empresas permanecerão ativas até que os assuntos do contrato de concessão sejam解决ados.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trilhos

| Concessões | País | Investidoras | % de participação | Km | Fim da concessão |
|-------------------------------|--------|--------------|-------------------|------|------------------|
| BC Concessões (a) | Brasil | Motiva | 100 | - | - |
| Linha 15 (b) | Brasil | Motiva | 80 | - | - |
| Metrô Bahia | Brasil | Motiva | 100 | 41 | Outubro de 2043 |
| ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 | Brasil | Motiva | 83,34 | 27,8 | Agosto de 2038 |
| ViaMobilidade – Linhas 8 e 9 | Brasil | Motiva | 80 | 79 | Janeiro de 2052 |
| ViaQuatro | Brasil | Motiva | 75 | 12,8 | Junho de 2040 |
| VLT Carioca | Brasil | Motiva | 99,95 | 28 | Dezembro de 2038 |

| Empresas relacionadas | País | Investidoras | % de participação |
|-----------------------|--------|-------------------------------|-------------------|
| Five Trilhos | Brasil | ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 | 100 |
| Four Trilhos | Brasil | ViaQuatro | 100 |
| ON Trilhos | Brasil | ViaMobilidade – Linhas 8 e 9 | 100 |

- (a) A concessão foi encerrada, porém a empresa permanece ativa até que os assuntos do contrato de concessão sejam solucionados.
- (b) A licitação estava suspensa, aguardando a adjudicação da concessão da Linha 15 - Prata. Entretanto, em 23 de julho de 2024, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo revogou a referida licitação por meio de decisão publicada no Diário Oficial naquela data. Apesar da revogação da licitação a empresa permanece ativa, porém sem operações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aeroportos (*)

| Concessões | País | Investidoras | % de participação | Aeroportos | Fim da concessão |
|---------------|------------|--|------------------------|------------|-------------------|
| Aeris | Costa Rica | Aeropuertos Desarrollos Terminal | 42,50 52,40 2,60 | 1 | Maio de 2036 |
| BH Airport | Brasil | SPAC | 51 | 1 | Maio de 2044 |
| Bloco Central | Brasil | CPC | 100 | 6 | Novembro de 2051 |
| Bloco Sul | Brasil | CPC | 100 | 9 | Novembro de 2051 |
| CAP | Curaçao | CAI | 100 | 1 | Agosto de 2033 |
| Pampulha | Brasil | CPC | 100 | 1 | Fevereiro de 2052 |
| Quiport | Equador | Quiport Holdings | 46,50 | 1 | Janeiro de 2041 |

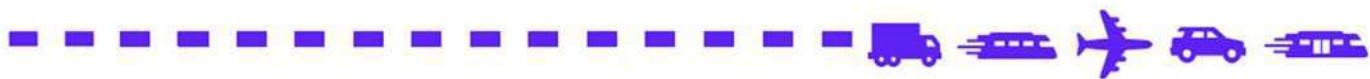
| Empresas relacionadas | País | Investidoras | % de participação |
|--------------------------------|--------------------------|--|-------------------|
| Aeropuertos | Costa Rica | CCR Costa Rica Empreendimentos CCR Costa Rica Concesiones | 48,77 51,23 |
| CAI | Curaçao | CCR España Concesiones CPA | 39 51 |
| CARE | Curaçao | CAI | 100 |
| CCR Costa Rica Concesiones | Costa Rica | SJO | 99,29 |
| CCR Costa Rica Empreendimentos | Costa Rica | CCR España Concesiones | 100 |
| CCR España Concesiones | Espanha | CPC | 100 |
| CCR España Empreendimentos | Espanha | CPC | 100 |
| CPA | Brasil | CCR España Concesiones | 80 |
| Desarrollos | Costa Rica | CCR Costa Rica Empreendimentos CCR Costa Rica Concesiones | 51 49 |
| Green Airports | Ilhas Virgens Britânicas | CPC | 100 |
| IAF | Espanha | CPC | 47 |
| IBSA BVI | USA | Green Airports SJO | 50 50 |
| IBSA Finance | Barbados | IBSA BVI | 100 |
| Icaros | Equador | Quiport Holdings | 100 |
| Quiama | USA | CCR España Empreendimentos | 50 |
| Quiama Ecuador | Equador | Quiama | 100 |
| Quiport Holdings | Uruguai | CCR España Empreendimentos | 100 |
| SJO Holding | Ilhas Virgens Britânicas | CCR España Concesiones | 99,29 |
| SPAC | Brasil | CPC | 75 |
| Terminal | Costa Rica | CCR Costa Rica Empreendimentos CCR Costa Rica Concesiones | 50 50 |

(*) Classificado como ativo mantido para venda.

A CPC é a *holding* que concentra, direta e indiretamente, os ativos aeroportuários no Brasil e no exterior.

Outras informações

As concessões da Motiva consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar,



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

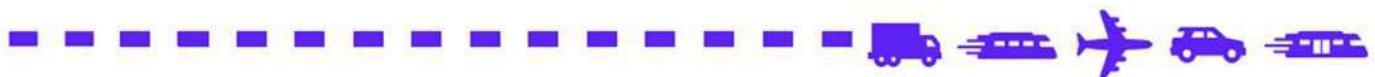
Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao resarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar dos contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão do Grupo incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

Os contratos de concessão do Grupo poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias do Grupo não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Termo Aditivo n.º 1 - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9

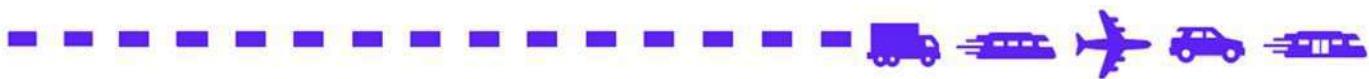
Em 29 de maio de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 1 ao contrato de concessão n.º 02/2021 entre a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (ViaMobilidade - Linhas 8 e 9) e o Estado de São Paulo, com interveniência da CPTM.

O aditivo estabelece a substituição do sistema de sinalização das Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda pela tecnologia *European Train Control System – Nível 2* (ETCS-N2), com investimento adicional no valor de R\$ 846.155, compensado parcialmente por quitação não litigiosa de multas, no montante de R\$ 179.060, e supressão de obrigações de investimentos, no montante de R\$ 364.187. O saldo residual do investimento adicional, no montante de R\$ 302.908, líquido de impostos, será reequilibrado por meio de pagamento em dinheiro pelo Poder Concedente, conforme cronograma estabelecido no Termo Aditivo. Os valores acima estão apresentados a valor presente na data-base de setembro/2024.

Adicionalmente, a Concessionária deverá elaborar estudos e projetos para implantação de viaduto ferroviário entre as Estações CEASA (Linha 9) e Imperatriz Leopoldina (Linha 8), cujo valor será resarcido e poderá futuramente integrar o contrato de concessão.

b. Termo Aditivo n.º 12 - BH Airport

Em 17 de junho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 12 ao contrato de concessão entre BH Airport e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com o objetivo de permitir a reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 24.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Termos Aditivos n.^{os} 22 e 23 - SPVias

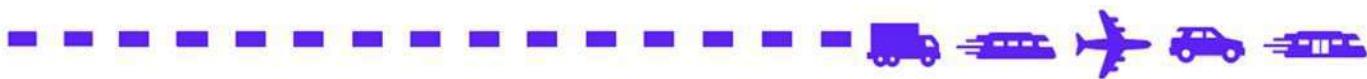
Em 4 de julho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.^º 22 ao contrato de concessão da SPVias, formalizando a incorporação de investimentos já realizados ao escopo contratual e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 73 dias, permitindo o reconhecimento da Receita de Reequilíbrio no montante de R\$ 63.296, com a contrapartida no Ativo Intangível.

Em 13 de novembro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.^º 23 ao contrato de concessão da SPVias, formalizando a incorporação de investimentos adicionais não contemplados no contrato original e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 322 dias.

d. Termo Aditivo n.^º 10 - ViaQuatro

Em 26 de setembro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.^º 10 ao contrato de concessão da ViaQuatro, que formaliza a assunção dos investimentos necessários para a extensão da Linha 4 até Taboão da Serra, totalizando R\$ 3.897.964 (data-base fev/2025), que serão realizados por meio de: (i) prorrogação do prazo de concessão por 20 anos; (ii) acréscimo de R\$ 0,4230 na tarifa referente ao período entre às 13:59:20 horas de 7 de agosto de 2036 até às 23:59:59 horas de 20 de junho de 2060; (iii) receita tarifária da demanda adicional de passageiros gerada pela operação comercial da extensão; e (iv) aporte de recursos pelo Estado, no montante de R\$ 2.982.399 (data-base fev/2025).

Adicionalmente, o Termo Aditivo também reconheceu o reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II, no valor bruto de R\$ 893.818 (data-base de set/2025), reconhecido como Receita de Reequilíbrio, tendo como contrapartida o contas a receber com o Poder Concedente. Esse valor será realizado por meio de acréscimo de R\$ 0,4230 na tarifa referente ao período entre às 00:00:00 horas de 1º de setembro de 2025 até às 13:59:19 horas de 7 de agosto de 2036, e pelo recebimento da mitigação de demanda até 2028.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1.2. Demais eventos relevantes

a. Início da operação - Rota Sorocabana

Em 7 de fevereiro de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Concessionária Rota Sorocabana S.A. (Rota Sorocabana) com objetivo da exploração do sistema rodoviário do lote Rota Sorocabana. O valor atualizado pago pela outorga fixa foi de R\$ 1.654.923.

A operação e gestão da concessão teve início em 30 de março de 2025.

b. Encerramento do contrato de concessão - BC Concessões (nova razão social de Barcas)

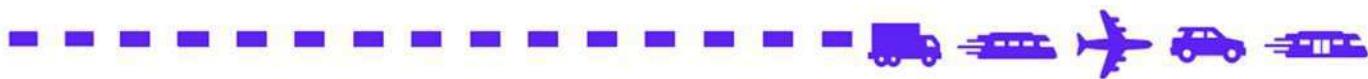
Em 11 de fevereiro de 2025, foi encerrado o contrato de concessão da Barcas S.A. Transportes Marítimos (Barcas) e as operações passaram a ser conduzidas por novo operador. Após o término do prazo da concessão, a empresa entrou em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão sejam solucionados.

Foi deferida a transformação do tipo societário da companhia de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, sob a denominação social de BC Concessões e Participações Ltda..

c. Aquisição de participação - VLT Carioca

Em 28 de março de 2025, foi concluída a transação celebrada entre a Companhia e a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar (Invepar), para a aquisição de participação equivalente a 4,7273% na Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca) e cessão da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Invepar em relação à Concessionária.

A Companhia pagou à Invepar a parcela no valor de R\$ 67.000, na data de fechamento da transação, e a parcela adicional no valor de R\$ 30.000, atualizada pelo IPCA, foi condicionada ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em favor da Concessionária.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconheceu o ganho de R\$ 161.946, no patrimônio líquido, e o valor de R\$ 30.000 a pagar à Invepar foi registrado na rubrica Outras obrigações.

d. Encerramento do contrato de concessão – VOE Concessões (nova razão social da ViaOeste)

Em 29 de março de 2025, foi encerrado o contrato de concessão da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste), em virtude do término do prazo de concessão.

Foi deferida a transformação do tipo societário da companhia de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, sob a denominação social de VOE Concessões e Participações Ltda..

e. Início da operação - PRVias

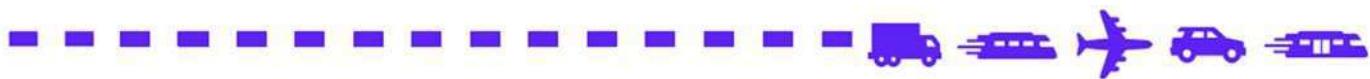
Em 14 de abril de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Concessionária de Rodovias PRVias S.A. (PRVias) com objetivo da exploração do sistema rodoviário – Lote PR3. O valor atualizado pago pela outorga fixa foi de R\$ 1.114.899.

A operação e gestão da concessão teve início a partir da zero hora de 16 de maio de 2025.

f. Leilão - Motiva Pantanal (nova razão social da MSVia)

Em 22 de maio de 2025, foi declarada a manutenção da Motiva no controle acionário da MSVia, em decorrência do não recebimento de propostas econômicas ao leilão promovido por meio da ANTT. A partir da repactuação do contrato, a Companhia revisou as projeções de realização dos impostos diferidos com impactos evidenciados na nota explicativa n.º 9.

Em 1º de agosto de 2025, foi celebrado o Aditivo de Modernização do Contrato de Concessão entre sua controlada direta, a Concessionária de Rodovias Sul-Matogrossense S.A., antes denominada “CCR MSVia” agora “Motiva Pantanal” (Pantanal), e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O referido aditivo assegura a continuidade da prestação do serviço público na BR-163/MS pelo prazo de 29 anos, em conformidade com o Acórdão Plenário – TCU n.º 2.434/2024 do Tribunal de Contas da União.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Celebração do contrato de compra e venda de ações da controlada Companhia de Participações em Concessões (CPC)

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a ASUR, pelo qual a Companhia obrigou-se a vender, e a ASUR obrigou-se a adquirir, a totalidade das ações da CPC, *holding* que concentra as participações da Companhia em ativos aeroportuários no Brasil e no exterior. O valor do patrimônio líquido da CPC foi avaliado em R\$ 5.000.000, sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A efetivação da operação depende do cumprimento de condições suspensivas, incluindo aprovações regulatórias no Brasil (ANAC) e no exterior, além de autoridades concorrenenciais. Para maiores informações, vide nota explicativa n.º 26.

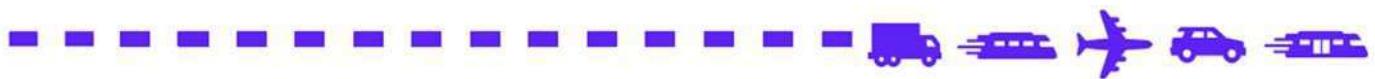
h. Leilão – Fernão Dias

Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia foi declarada vencedora do Processo Competitivo n.º 04/2025, promovido pela ANTT, para aquisição de 100% das ações da Autopista Fernão Dias S.A., atual concessionária da Rodovia BR-381/MG/SP. A proposta vencedora apresentou desconto de 17,05% sobre a tarifa básica de pedágio, além do pagamento no montante de R\$ 295.158, conforme critérios estabelecidos no Edital. A consumação da operação está condicionada à assinatura do Contrato de Compra e Venda, do Termo Aditivo de modernização ao Contrato de Concessão e ao cumprimento das condições previstas no Edital. Com a assinatura do Termo Aditivo, o prazo da concessão será estendido por 15 anos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 6 de fevereiro de 2026, o Comitê de Auditoria e *Compliance* e o Conselho Fiscal analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas demonstrações financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 9 de fevereiro de 2026.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

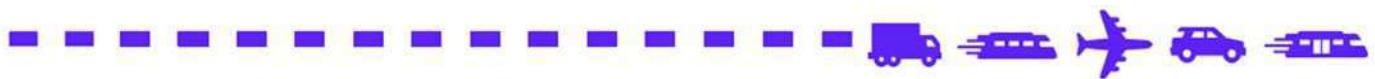
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente; e
- Remensuração a valor justo de participação anteriormente detida, quando da aquisição de controle de investidas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

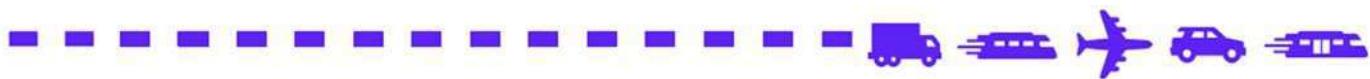
As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

15. **Propriedade para investimento:** determinação se um ativo deve ser classificado como propriedade para investimento; e
26. **Ativos e passivos mantidos para venda:** determinação se um ativo deve ser classificado como mantido para venda.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.9. **Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 8.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 9.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
14. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
19. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
23. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

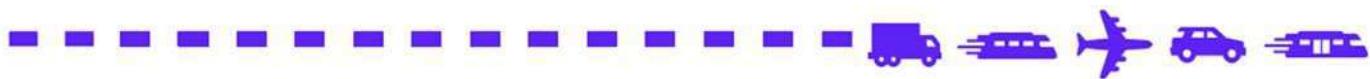
3.1. Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e controle é transferido para o grupo.

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na empresa adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

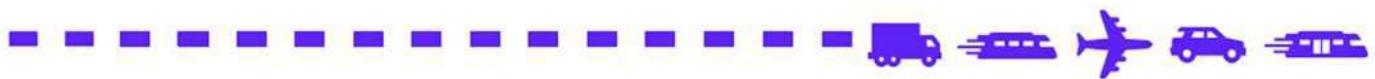
Controladas e controladas em conjunto

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores, caso a participação nas controladas não seja integral.

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer participações de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

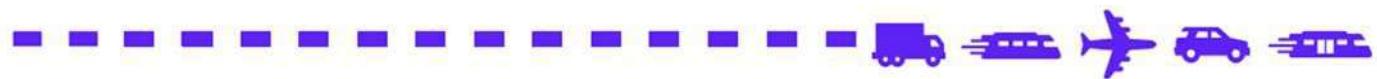
Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na nota explicativa n.º 12.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação;
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado. A eliminação é demonstrada como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida; e
- As participações de acionistas não controladores, no patrimônio líquido e no resultado do exercício nas controladas, foram destacadas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

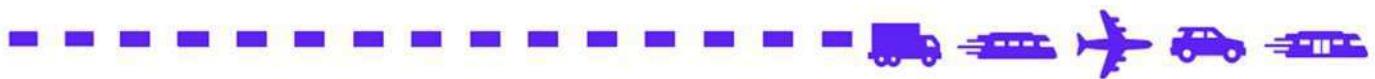
Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real à taxa de câmbio média mensal.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

3.3. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, metrô, aeroportos e barcas.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

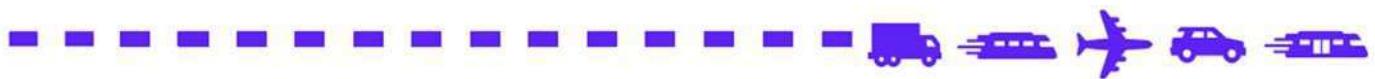
Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes são reconhecidas como complemento da receita das concessionárias, à medida que as concessionárias têm o direito de serem remuneradas pelos Poderes Concedentes em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

Receitas de mitigação de demanda são créditos a receber dos Poderes Concedentes, oriundos de demanda real inferior à demanda projetada nos Contratos de Concessão e são reconhecidos à medida de sua apuração, conforme períodos previstos contratualmente.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 21.

3.4. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

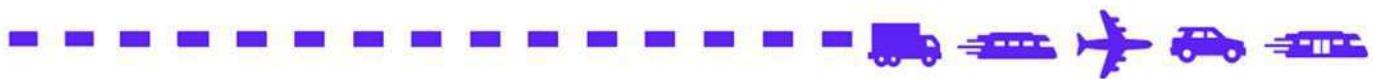
Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

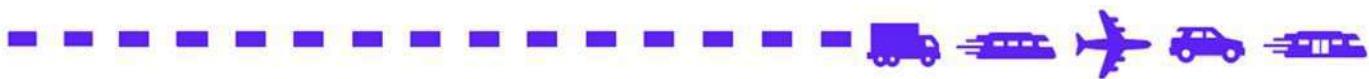
No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

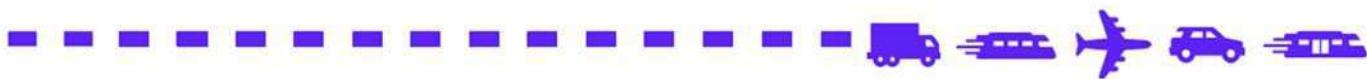
As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

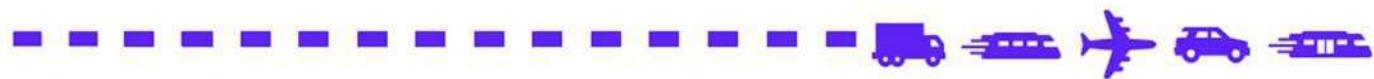
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

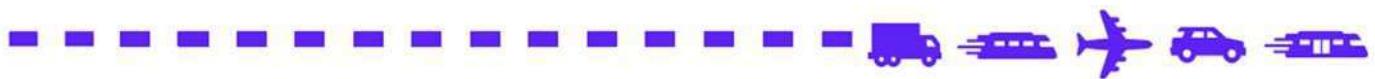
Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

O Grupo despreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também despreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No despreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de hedge (hedge accounting)

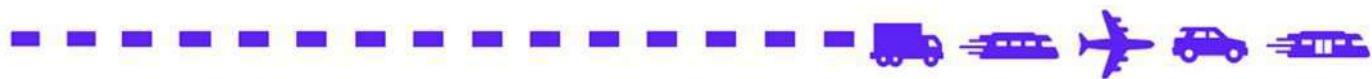
A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 23 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

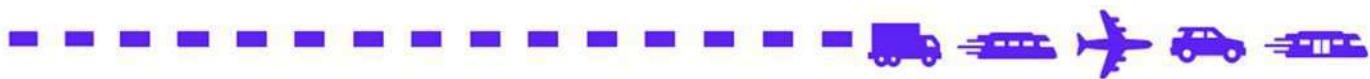
A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

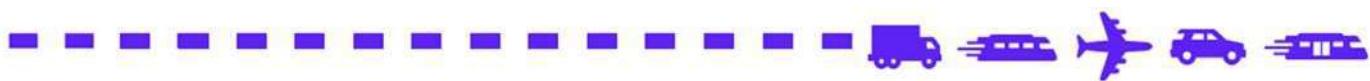
Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

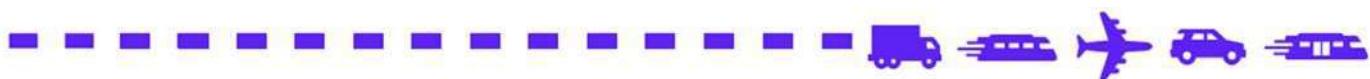
Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.8. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

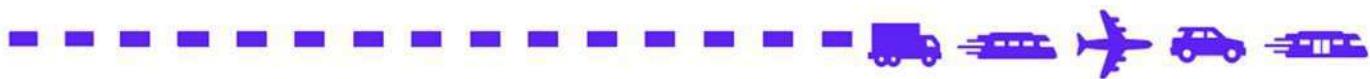
- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.16.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

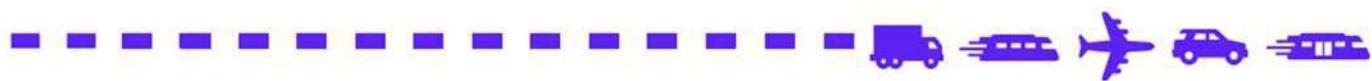
As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

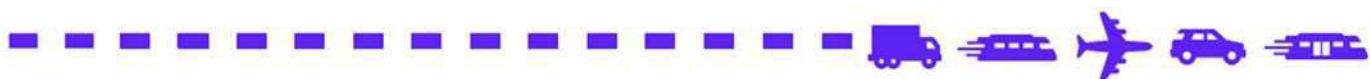
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

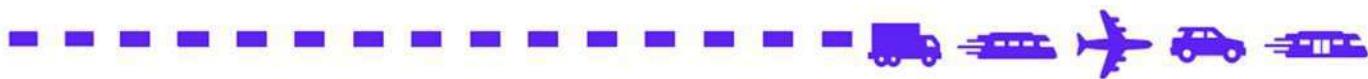
Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.12. Receitas e despesas financeiras

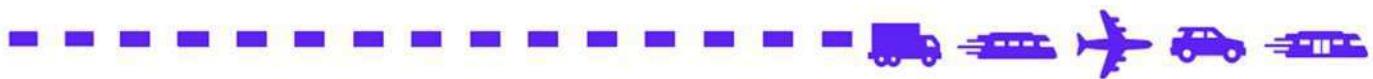
Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.13. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

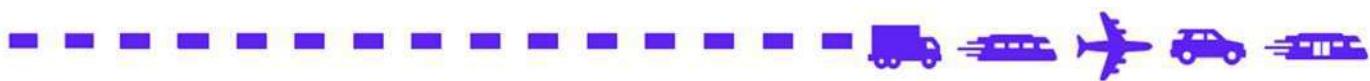
O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

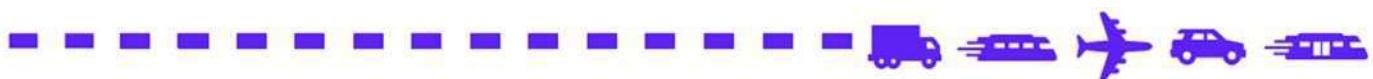
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

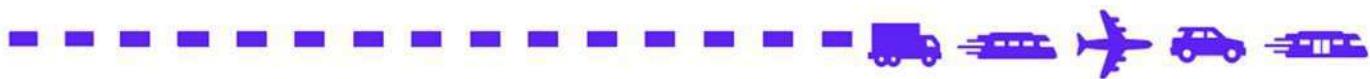
O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.16. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

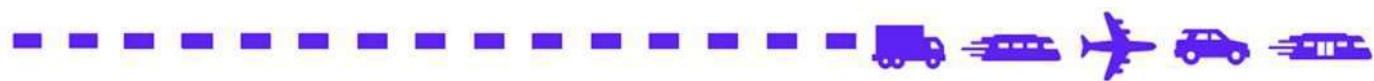
O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura, a exemplo do existente nas concessões da BH Airport, ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, Bloco Sul, Bloco Central, Pampulha e RioSP.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego para o segmento de rodovias e a curva estimada de passageiros para os demais segmentos como base para a amortização.

3.17. Informação por segmento

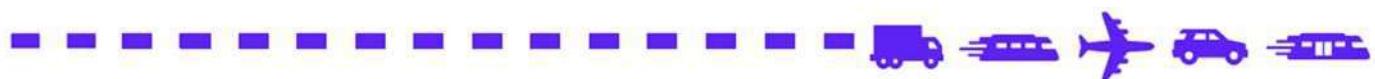
As informações por segmento são apresentadas de acordo com o IFRS 8 / CPC 22 - Informações por Segmento em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento e itens que possam ser alocados em bases razoáveis. As informações por segmento são elaboradas com base nos números contábeis e sem ajustes extracontábeis.

3.18. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19. Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente registrada pelo seu custo, compreendendo qualquer dispêndio diretamente atribuível, e subsequentemente mensurada pelo método de custo.

3.20. Pagamento baseado em ações

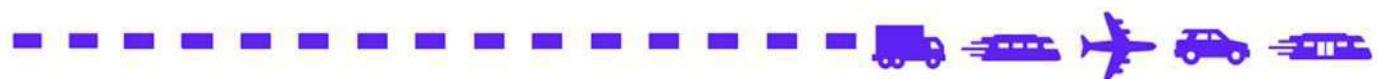
Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.21. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros e ativos fiscais diferidos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.22. Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- são parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- são de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

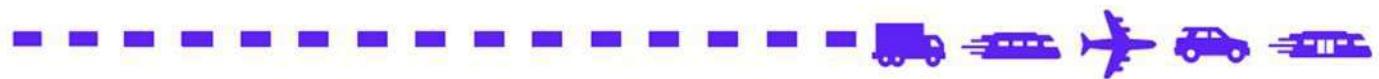
A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

3.23. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Motiva adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos materiais nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.24. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

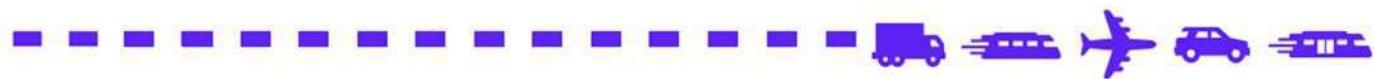
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da Demonstração do Resultado do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Motiva:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.25. Reforma tributária

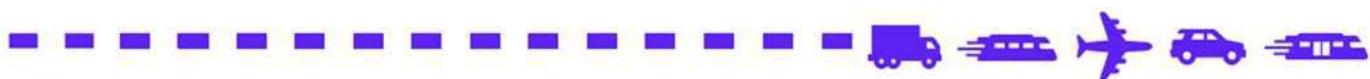
Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que os contratos de concessão operados pela Companhia preveem cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

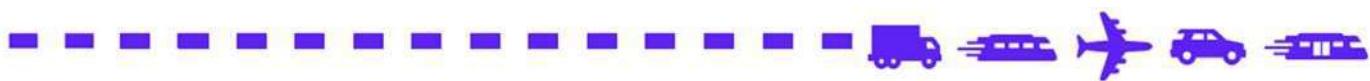
- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swap de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de swap de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

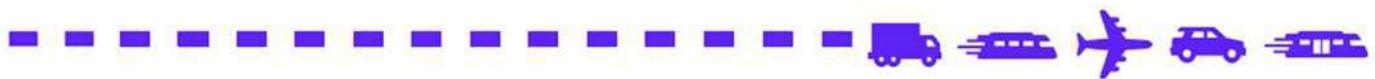
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.^{os} 7, 8, 11, 16, 17 e 23.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.^{os} 7, 11, 16, 17 e 23.

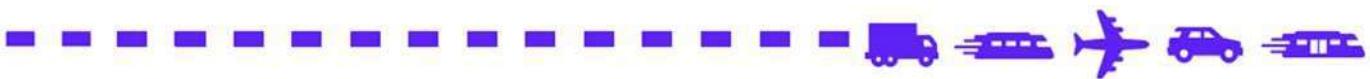
As tarifas das concessões da Motiva são reajustadas por índices de inflação.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As investidas financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) equivalentes, em 31 de dezembro de 2025, estes saldos foram transferidos para passivos associados a ativos mantidos para venda (R\$ 613.921 em 31 de dezembro de 2024).

Para maiores detalhes, vide notas explicativas n.^{os} 16 e 23.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Risco financeiro e liquidez

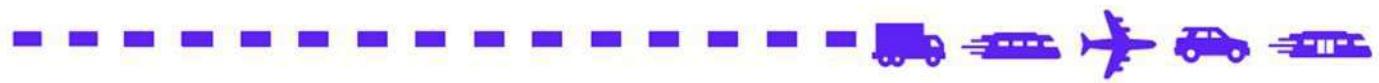
Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

| | Controladora | | | | |
|---|----------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 3 anos | Entre 3 e 4 anos | Acima de 4 anos |
| Debêntures (a) | 1.008.945 | 1.755.138 | 1.750.900 | 1.487.564 | 6.974.268 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 53.202 | 43.376 | - | - | - |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 4.048 | - | - | - | - |
| AFAC - partes relacionadas | - | - | - | - | 1.196 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 124.369 | - | - | - | - |
| Contas a pagar de operação com derivativos | 196.496 | - | - | - | 8.131 |

| | Consolidado | | | | |
|---|----------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 3 anos | Entre 3 e 4 anos | Acima de 4 anos |
| Empréstimos e financiamentos (a) | 936.195 | 860.171 | 844.016 | 834.499 | 9.979.367 |
| Debêntures e notas comerciais (a) | 3.355.540 | 4.818.968 | 4.595.951 | 4.974.073 | 31.149.859 |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 1.179.927 | 198.414 | - | - | 370 |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 15.334 | 1.860 | - | - | - |
| AFAC - partes relacionadas | - | - | - | - | 1.196 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 398.763 | - | - | - | - |
| Contas a pagar de operações com derivativos | 220.660 | - | - | - | 108.792 |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Segmentos operacionais

6.1. Resultados dos segmentos operacionais

A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto as participações em aeroportos, classificadas como operações descontinuadas, e suas respectivas *holdings*, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

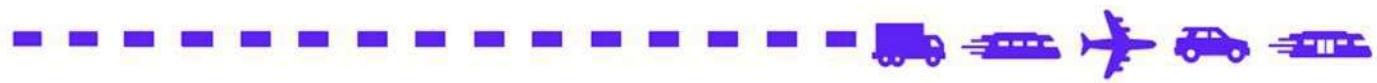
A seguir estão apresentados os resultados dos segmentos operacionais, com base nos números contábeis sem ajustes gerenciais:

| | 2025 | | | | | 2024 (representado) | | | | |
|---|-------------|-------------|------------------|--------------------------|--------------------|------------------------|-------------|------------------|--------------------------|--------------------|
| | Rodovias | Trilhos (a) | Não alocados (b) | Operações descontinuadas | Consolidado | Rodovias | Trilhos (a) | Não alocados (b) | Operações descontinuadas | Consolidado |
| Receitas brutas | 13.737.017 | 6.026.567 | 3.012.636 | (3.007.877) | 19.768.343 | 11.774.547 | 7.213.531 | 3.848.246 | (3.843.629) | 18.992.695 |
| Receitas financeiras | 977.219 | 226.296 | 589.718 | (112.310) | 1.680.923 | 363.890 | 235.755 | 987.818 | (84.479) | 1.502.984 |
| Despesas financeiras | (2.098.303) | (1.466.790) | (2.177.709) | 937.795 | (4.805.007) | (1.381.146) | (1.189.595) | (2.109.112) | 707.800 | (3.972.053) |
| Depreciação, amortização e <i>impairment</i> | (977.328) | (486.140) | (304.224) | 235.611 | (1.532.081) | (886.141) | (386.036) | (444.250) | 379.426 | (1.337.001) |
| Imposto de renda e contribuição social | (625.381) | (410.802) | 3.799 | 34.477 | (987.907) | (864.239) | (174.799) | 14.154 | (4.533) | (1.029.417) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 81.494 | - | 169.336 | (171.329) | 79.501 | 71.487 | - | 175.179 | (175.562) | 71.084 |
| Resultados dos segmentos divulgáveis após IR e CSLL | 3.744.448 | 1.367.066 | (1.608.017) | (357.289) | 3.146.208 | 2.086.705 | 597.827 | (1.372.917) | (191.172) | 1.120.443 |

6.2. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

| | 2025 | | | | | 2024 | | | | |
|---|--------------|--------------|------------------|---------------------------------------|---------------------|--------------|--------------|-------------|------------------|---------------------|
| | Rodovias | Trilhos (a) | Não alocados (b) | Ativos e Passivos mantidos para venda | Consolidado | Rodovias | Trilhos (a) | Aeroportos | Não alocados (b) | Consolidado |
| Ativos dos segmentos divulgáveis | 33.332.098 | 21.150.597 | 4.033.285 | 12.497.890 | 71.013.870 | 23.491.770 | 20.081.091 | 10.249.931 | 5.294.307 | 59.097.099 |
| Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto | (19.787) | (5.304) | 103.886 | - | 78.795 | 108.564 | - | 776.320 | (235) | 884.649 |
| CAPEX | 8.627.138 | 1.391.200 | 94.400 | - | 10.312.738 | 3.299.298 | 1.708.962 | 1.809.055 | 82.158 | 6.899.473 |
| Passivos dos segmentos divulgáveis | (21.646.486) | (14.231.223) | (9.394.729) | (9.458.995) | (54.731.433) | (15.836.862) | (14.492.820) | (8.902.103) | (5.863.228) | (45.095.013) |

- a) A denominação do segmento “Mobilidade” foi alterada para “Trilhos”. A BC Concessões manteve-se nesse segmento até 11 de fevereiro de 2025, quando encerrou suas operações; e
- b) Os valores incluem a Motiva, a SPCP e eliminações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| Caixa e bancos | 354 | 457 | 60.200 | 405.619 |
| Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a) | 854.234 | 462.557 | 3.591.344 | 3.782.286 |
| Total | 854.588 | 463.014 | 3.651.544 | 4.187.905 |
| | | | | |
| Aplicações financeiras | Controladora | | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | 1.437.976 | 1.445.783 | 4.287.272 | 2.520.965 |
| Aplicações financeiras (a) | 1.437.976 | 1.438.056 | 4.015.545 | 2.204.382 |
| Conta reserva (b) | - | 7.727 | 271.727 | 316.583 |
| Não circulante | - | - | 155.437 | 214.124 |
| Conta reserva (b) | - | - | 155.437 | 214.124 |
| Total | 1.437.976 | 1.445.783 | 4.442.709 | 2.735.089 |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,30% do CDI, equivalente a 14,50% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,75% do CDI, equivalente a 10,85% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

- a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos e debêntures (notas explicativas n.ºs 16 e 17).

8. Contas a receber - Consolidado

8.1. Contas a receber líquidas

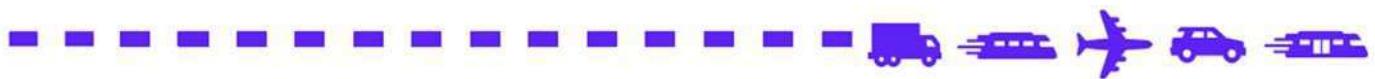
| | 2025 | 2024 |
|--|------------------|------------------|
| Circulante | 2.207.208 | 2.231.891 |
| Contas a receber das operações (a) | 905.922 | 1.117.955 |
| Provisão para perda esperada (b) | (8.011) | (20.624) |
| Contas a receber dos Poderes Concedentes (c) | 1.309.297 | 1.134.560 |
| Não circulante | 5.578.303 | 5.607.098 |
| Contas a receber das operações (a) | 48.788 | 52.046 |
| Contas a receber dos Poderes Concedentes (c) | 5.529.515 | 5.555.052 |
| Total | 7.785.511 | 7.838.989 |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

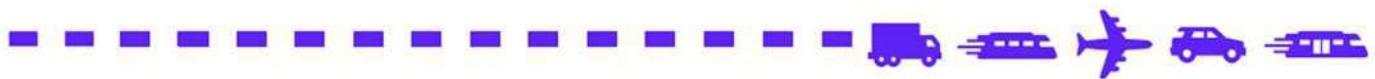
- (a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas aeroportuárias, acessórias, de pedágio, aquaviárias e metroviárias;
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos dos Poderes Concedentes, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber dos Poderes Concedentes, em função da ausência de histórico de não recebimento; e
- (c) Créditos a receber dos Poderes Concedentes referentes a aporte, reequilíbrios, contraprestações pecuniárias fixas e variáveis, mitigação de demanda, indenizações de custos operacionais e bens reversíveis e indenizáveis para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

| | 2024 | | 2025 | | Outros | Saldo final |
|---|----------------------|------------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|
| | Saldo inicial | Adições | Recebimento | Remuneração (g) | | |
| Circulante | 1.134.560 | 408.528 | (1.995.657) | 7.147 | 1.753.150 | 1.569 |
| Aporte (a) | 17.832 | - | - | - | - | 17.832 |
| VLT Carioca | 17.832 | - | - | - | - | 17.832 |
| Reequilibrio (b) | 203.974 | 47.043 | (980.581) | 4.837 | 1.066.700 | - |
| ViaQuatro | 184.808 | 47.043 | (826.856) | 4.837 | 932.141 | - |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 19.166 | - | (153.725) | - | 134.559 | - |
| Contraprestação pecuniária fixa (a) | 613.345 | 1.255 | (470.808) | 2.310 | 506.771 | (12.272) |
| VLT Carioca | 330.468 | 43 | (172.207) | - | 224.842 | (5.284) |
| Metrô Bahia | 282.877 | 1.212 | (298.601) | 2.310 | 281.929 | (6.988) |
| Contraprestação pecuniária variável (a) | 28.562 | 144.369 | (130.382) | - | - | (1.991) |
| VLT Carioca | 20.818 | 45.023 | (33.578) | - | - | 32.263 |
| Metrô Bahia | 7.744 | 99.346 | (96.804) | - | - | (1.991) |
| Mitigação de demanda | 220.985 | 182.537 | (375.169) | - | 179.679 | (3.591) |
| Metrô Bahia (c) | 140.860 | - | (161.117) | - | 179.679 | (3.591) |
| ViaQuatro (d) | 29.152 | 43.319 | (72.471) | - | - | - |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (d) | 26.533 | 121.008 | (119.849) | - | - | 27.692 |
| ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (d) | 5.336 | 18.210 | (21.732) | - | - | 1.814 |
| VLT Carioca (d) | 19.104 | - | - | - | - | 19.104 |
| Reajuste tarifário (e) | 4.261 | - | - | - | - | 4.261 |
| BC Concessões | 4.261 | - | - | - | - | 4.261 |
| Reequilibrio por ajuste tarifário (h) | - | 33.324 | (21.237) | - | - | (558) |
| Rota Sorocabana | - | 33.324 | (21.237) | - | - | (558) |
| Estudos de viabilidade (f) | 45.601 | - | (17.480) | - | - | 19.981 |
| ViaQuatro | 26.388 | - | (17.480) | - | - | 8.408 |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 19.213 | - | - | - | - | 11.573 |
| Não circulante | 5.555.052 | 945.385 | - | 782.228 | (1.753.150) | - |
| Reequilibrio (b) | 1.827.446 | 758.571 | - | 264.981 | (1.066.700) | - |
| ViaQuatro | 1.690.351 | 758.571 | - | 267.517 | (932.141) | - |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 137.095 | - | - | (2.536) | (134.559) | - |
| Contraprestação pecuniária fixa (a) | 3.695.990 | - | - | 517.247 | (506.771) | - |
| VLT Carioca | 1.550.476 | - | - | 214.698 | (224.842) | - |
| Metrô Bahia | 2.145.514 | - | - | 302.549 | (281.929) | - |
| Mitigação de demanda (c) | 31.616 | 186.814 | - | - | (179.679) | - |
| Metrô Bahia | 31.616 | 186.814 | - | - | (179.679) | - |
| Total | 6.689.612 | 1.353.913 | (1.995.657) | 789.375 | - | 1.569 |
| | | | | | | 6.838.812 |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Direito contratual de receber aporte público e/ou contraprestação pecuniária dos Poderes Concedentes, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pelas controladas, sendo que os valores são registrados pelos seus valores presentes, os quais são calculados pelas taxas internas de retorno de cada um dos contratos de concessão, à medida da evolução física das melhorias efetuadas;
- (b) Reequilíbrios aos contratos de concessão por (i) perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros advinda da pandemia da COVID-19 para ViaQuatro (Termo Aditivo n.º 8) e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (Termo Aditivo n.º 2); (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU, que será recebido pela ViaQuatro através de adicional à tarifa de remuneração, conforme Termo Aditivo n.º 6; e (iii) reequilíbrio decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II, com acréscimo de R\$ 0,4230 na tarifa por passageiro transportado, a partir de 1º de setembro de 2025 até 7 de agosto de 2036, para a ViaQuatro, conforme Termo Aditivo n.º 10;
- (c) Créditos a receber do Poder Concedente, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda, em razão da demanda realizada ser menor em comparação à projetada, conforme anexo n.º 8 do contrato de concessão. Do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2025, R\$ 39.575 é relativo ao 6º ano de operação plena (período de 1º de março de 2024 a 28 de fevereiro de 2025) e R\$ 155.007 é relativo aos 10 primeiros meses de apuração do 7º ano de operação plena (período de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026);
- (d) Créditos a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de cláusula de mitigação de risco de demanda: (i) ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, os créditos possuem recebimentos ao longo do período subsequente ao do fato gerador; e (ii) ViaQuatro teve os valores de mitigação a partir de julho de 2025, incluídos no reequilíbrio da fase II, contido no Termo Aditivo n.º 10;
- (e) Indenização a receber do Poder Concedente relativa ao 4º quinquênio da BC Concessões, decorrente do Termo de Acordo homologado em 2 de março de 2023;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (f) Créditos a receber do Poder Concedente pelo resarcimento de custos diretos e de gerenciamento incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da inclusão de investimentos adicionais da ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, conforme Termos Aditivos n.os 9 e 3, respectivamente;
- (g) Remuneração dos créditos a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de juros e atualização monetária previstos nos contratos de concessão ou termos aditivos; e
- (h) Reequilíbrio a receber do Poder Concedente em virtude de alteração de cobrança, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo n.º 01.

8.2. Aging do contas a receber líquidas

| Idade de vencimentos dos títulos | 2025 | 2024 |
|---|------------------|------------------|
| Créditos a vencer | 7.781.780 | 7.786.967 |
| Créditos vencidos até 60 dias | 3.100 | 28.635 |
| Créditos vencidos de 61 até 90 dias | 631 | 23.387 |
| Créditos vencidos de 91 até 180 dias | 1.419 | 5.794 |
| Créditos vencidos há mais de 180 dias | 6.592 | 14.830 |
| Total | 7.793.522 | 7.859.613 |

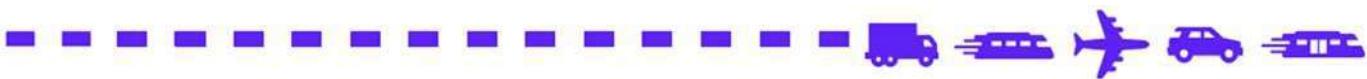
8.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

| Cronograma de recebimento (não circulante) | 2025 | 2024 |
|---|------------------|------------------|
| 2027 | 899.795 | 748.990 |
| 2028 | 630.916 | 562.988 |
| 2029 | 543.882 | 521.805 |
| 2030 | 503.274 | 489.021 |
| 2031 em diante | 3.000.436 | 3.284.294 |
| Total | 5.578.303 | 5.607.098 |

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|----------------|------------------|--------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Conciliação do imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 3.178.549 | 1.250.710 | 4.144.115 | 2.149.860 |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%) | (1.080.707) | (425.241) | (1.408.999) | (730.952) |
| Efeito tributário das adições e exclusões permanentes | | | | |
| Equivalência patrimonial (a) | 1.401.112 | 641.105 | 27.030 | 24.169 |
| Despesas indeuditíveis | (1.742) | (3.083) | (22.315) | (29.550) |
| Remuneração variável de dirigentes estatutários | (11.308) | (5.639) | (14.763) | (9.025) |
| Juros sobre capital próprio | (216.605) | (136.965) | (792) | (2.134) |
| Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda | - | (30) | 50.978 | 46.134 |
| Lucros auferidos no exterior | 25 | 396 | 25 | 396 |
| IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias | (52.832) | (77.535) | (79.518) | (331.434) |
| Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic) | 5.976 | 4.977 | 11.396 | 9.905 |
| Constituição de imposto diferido em decorrência da repactuação - Pantanal | - | - | 486.476 | - |
| Outros ajustes tributários (b) | - | - | (47.425) | (6.926) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | 43.919 | (2.015) | (997.907) | (1.029.417) |
| Impostos correntes | - | - | (1.376.346) | (1.256.506) |
| Impostos diferidos | 43.919 | (2.015) | 378.439 | 227.089 |
| Alíquota efetiva de impostos | -1,38% | 0,16% | 24,08% | 47,88% |

- (a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado nas aquisições de participação adicional na ViaQuatro e VLT Carioca; e
- (b) Refere-se, principalmente, à diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que as investidas estão localizadas.

9.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:


Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | |
| Ativo | | | | |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a) | 75.358 | 80.446 | 3.060.276 | 3.404.789 |
| Provisões (b) | 64.370 | 64.370 | 2.575.617 | 2.530.246 |
| Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017 - Pantanal | 9.896 | 15.083 | 390.882 | 539.170 |
| Ressarcimento de custos - BC Concessões | - | - | 4.964 | 4.755 |
| Ajuste a valor presente | - | - | 328 | 122.174 |
| Operação assistida | - | - | 4.732 | 5.696 |
| Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins | 1.061 | 963 | 25.330 | 19.540 |
| Receita de construção (extrapolação de tributos sobre contraprestação pecuniária) | - | - | 4.149 | 3.172 |
| Variação cambial | 4 | - | 312 | 7.920 |
| Provisão TAC - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | - | - | 37.563 | 50.858 |
| Lucro não realizado - Empresas do exterior | - | - | 16.399 | 27.485 |
| Diferença critério de amortização fiscal versus contábil | - | - | - | 20.383 |
| Outros | 27 | 30 | - | - |
| Compensação de imposto ativo | (75.358) | (80.446) | (1.836.087) | (1.983.917) |
| Impostos ativos após compensação | | | 1.224.189 | 1.420.872 |
| Passivo | | | | |
| Receita de reequilíbrio - AutoBAn (c) | (279.396) | (277.566) | (4.610.384) | (4.490.964) |
| Receita de remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes | - | - | (1.434.106) | (1.518.320) |
| Capitalização de juros | - | - | (1.403.299) | (1.030.584) |
| Receita de reequilíbrio - ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | - | - | (889.533) | (786.902) |
| Direito de concessão gerado na remensuração de participação societária | (107.055) | (114.776) | (107.055) | (114.776) |
| Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (d) | - | - | (80.012) | (87.390) |
| Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação societária | (74.141) | (67.634) | (74.141) | (67.634) |
| Custo de transação de empréstimos | (16.412) | (11.447) | (113.384) | (127.755) |
| Resultado de operações com derivativos | (73.671) | (76.457) | (18.844) | (61.182) |
| Ganho na remensuração a valor justo na aquisição de participação societária | (4.894) | (4.894) | (4.894) | (4.894) |
| Valor justo com operações de hedge e debêntures | (3.223) | (2.358) | (5.846) | (2.685) |
| Outros | - | - | (33.325) | - |
| Compensação de imposto passivo | 75.358 | 80.446 | 1.836.087 | 1.983.917 |
| Impostos passivos após compensação | (204.038) | (197.120) | (2.774.297) | (2.507.047) |
| Imposto diferido líquido | (204.038) | (197.120) | (1.550.108) | (1.086.175) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Movimentação do imposto diferido | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro | (197.120) | (195.105) | (1.086.175) | (1.378.227) |
| Reconhecimento no resultado | 43.919 | (2.015) | 378.439 | 282.600 |
| Reconhecimento no patrimônio líquido | (50.837) | - | (44.173) | 13.312 |
| Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa | - | - | 456 | (710) |
| Ajuste acumulado de conversão | (42.771) | - | 6.208 | 14.022 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - SPVias | (8.066) | - | (42.771) | - |
| Ágio/Deságio em Transações de Capital | - | - | (8.066) | - |
| Movimentações patrimoniais | | | | |
| Alienação Samm | - | - | - | (3.132) |
| Compensação de parcelamentos com prejuízos fiscais e base negativas | - | - | - | (728) |
| Reclassificado para ativos e passivos mantidos para venda | | | (798.199) | - |
| Saldo em 31 de dezembro | (204.038) | (197.120) | (1.550.108) | (1.086.175) |

- (a) Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | Consolidado |
|-----------------------|---------------|------------------|
| 2026 | - | 40.939 |
| 2027 | - | 66.554 |
| 2028 | - | 151.034 |
| 2029 | - | 196.009 |
| 2030 | - | 217.730 |
| 2031 em diante | 64.370 | 1.903.351 |
| Total | 64.370 | 2.575.617 |

- (b) Provisões: de manutenção, para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais, para participação nos resultados (PLR), para perda esperada – contas a receber e para programa de gratificação de longo prazo;
- (c) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e
- (d) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil).

Em 31 de dezembro de 2025, foram concluídas as avaliações de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

A Motiva e algumas investidas, principalmente CPC, RDN e VOE, não registraram ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 3.707.578 e R\$ 3.917.669, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 1.279.485 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.477.364 em 31 de dezembro de 2024).

10. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------|------------------|------------------|
| Circulante | 125.459 | 127.371 |
| ViaLagos | 286 | 286 |
| AutoBAn | 51.595 | 51.595 |
| VOE | - | 1.912 |
| RodoAnel Oeste | 73.578 | 73.578 |
| Não circulante | 1.413.298 | 1.538.757 |
| ViaLagos | 5.740 | 6.026 |
| AutoBAn | 567.543 | 619.138 |
| RodoAnel Oeste | 840.015 | 913.593 |
| Total | 1.538.757 | 1.666.128 |

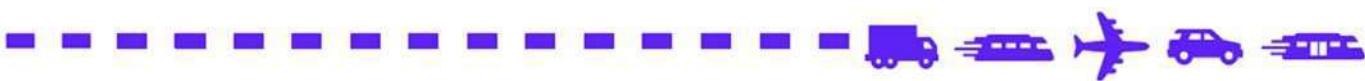
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 127.371 (R\$ 133.107 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nesse período, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

11.1. Controladora

| Saldo | 2025 | | | | 2024 | | | |
|---|---------------|----------------------------|-------------------------------|----------------|----------------|----------------------------|-------------------------------|----------|
| | Controladoras | Controladas em conjunto | Outras partes relacionadas | Total | Controladoras | Controladas em conjunto | Outras partes relacionadas | Total |
| Ativo | | | | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 2.224.116 | 155.024 | 258.655 | 2.637.795 | - | 2.447.408 | 254.778 |
| Aplicações financeiras | - | 42.810 | - | - | 42.810 | - | 161.039 | - |
| Bancos conta movimento | - | - | - | 258.428 | 258.428 | - | - | 27.895 |
| Contas a receber | - | - | 91 | 91 | - | - | - | 66 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | - | 413.291 | 2.438 | - | 415.729 | - | 317.891 | 13.028 |
| Mutuos | - | 1.250.798 | - | - | 1.250.798 | - | 865.685 | - |
| Outros créditos | - | 517.217 | 152.586 | - | 669.803 | - | 1.102.793 | 241.750 |
| Passivo | 50.850 | 2.589 | 45 | 267.924 | 321.408 | 909 | 2.846 | 1 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 909 | - | - | 287 | 1.196 | 909 | - | 287 |
| Fornecedores e contas a pagar | 12 | 2.589 | 45 | 1.402 | 4.048 | - | 2.846 | 1.107 |
| Debêntures | - | - | - | 146.175 | 146.175 | - | - | 252.938 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 49.929 | - | - | 74.440 | 124.369 | - | - | 283 |
| Outros débitos | - | - | - | 45.620 | 45.620 | - | - | 20.099 |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Transações | 2025 | | | | 2024 | | | |
|---|-------------|-------------------------|----------------------------|----------|-------------|-------------------------|----------------------------|----------|
| | Controladas | Controladas em conjunto | Outras partes relacionadas | Total | Controladas | Controladas em conjunto | Outras partes relacionadas | Total |
| Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores | - | - | (10.909) | (10.909) | - | - | (3.839) | (3.839) |
| Custos / despesas / repasses - serviços especializados e consultorias | 4.441 | - | (226) | 4.215 | - | - | (506) | (506) |
| Custos / despesas de serviços de transmissão de dados | - | - | - | - | - | - | (32) | (32) |
| Custos / despesas de infraestrutura utilizada | (4.443) | - | - | (4.443) | (4.962) | - | - | (4.962) |
| Custos / despesas - benefício a colaboradores | - | - | (34.388) | (34.388) | - | - | (26.710) | (26.710) |
| Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais | - | - | (14) | (14) | - | - | (14) | (14) |
| Despesas e repasses de prestação de garantias em emissões de dívidas | 646 | - | (19.342) | (18.696) | - | - | (1.293) | (1.293) |
| Ressarcimento de gastos gerais | 1.981 | - | - | 1.981 | - | - | - | - |
| Receita de múltua cooperação | - | - | 4.479 | 4.479 | - | - | 2.586 | 2.586 |
| Receita de venda de ativo imobilizado | 26 | - | - | 26 | 273 | 7 | - | 280 |
| Receitas de aplicações financeiras | - | - | 27.096 | 27.096 | - | - | 15.258 | 15.258 |
| Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas | - | - | - | - | - | - | 74 | 74 |
| Receitas de comissão de fianças na emissões de dívidas | 88.166 | 3.341 | - | 91.507 | 72.549 | 3.302 | - | 75.851 |
| Receitas financeiras - mútuos | 163.502 | 28.923 | - | 192.425 | 158.739 | 30.143 | 1.369 | 190.251 |
| Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais | 3.578 | - | - | 3.578 | 3.105 | - | - | 3.105 |
| Repasso de custos e despesas - CSC | 891.914 | 6.193 | - | 898.107 | 766.898 | 6.144 | 1.177 | 774.219 |
| Repasso de custos e despesas de colaboradores | 2.606 | - | 218 | 2.824 | 11.722 | 69 | - | 11.791 |
| Imobilizado | 221 | - | - | 221 | 35 | - | - | 35 |

11.2. Consolidado

| Saldos | 2025 | | | | 2024 | | | |
|---|--------------------------|-------------------------|----------------------------|------------------|--------------------------|-------------------------|----------------------------|------------------|
| | Controladoras da holding | Controladas em conjunto | Outras partes relacionadas | Total | Controladoras da holding | Controladas em conjunto | Outras partes relacionadas | Total |
| Ativo | | | | | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 157.214 | 758.062 | 915.276 | - | 255.325 | 762.142 | 1.017.467 |
| Aplicações financeiras | - | 2.159 | - | 2.159 | - | 403 | - | 403 |
| Bancos conta movimento | - | - | 29.135 | 29.135 | - | - | 26.460 | 26.460 |
| Adiantamento a fornecedor | - | - | 8.766 | 8.766 | - | - | 11.216 | 11.216 |
| Contas a receber | - | 2.470 | 33 | 2.503 | - | 13.167 | 52.543 | 65.710 |
| Derivativos | - | - | - | - | - | - | 430 | 430 |
| Mútuos | - | 152.585 | - | 152.585 | - | 241.753 | - | 241.753 |
| Outros créditos | - | - | 926 | 926 | - | 2 | 970 | 972 |
| Passivo | 50.850 | 48 | 1.267.316 | 1.318.214 | 921 | 67 | 1.500.467 | 1.501.455 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 909 | - | 287 | 1.196 | 909 | - | 287 | 1.196 |
| Fornecedores e contas a pagar | 12 | 48 | 17.134 | 17.194 | 12 | 67 | 45.389 | 45.468 |
| Debêntures e notas comerciais | - | - | 671.909 | 671.909 | - | - | 940.573 | 940.573 |
| Derivativos | - | - | 177.569 | 177.569 | - | - | 88.352 | 88.352 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | 49.929 | - | 348.834 | 398.763 | - | - | 167.002 | 167.002 |
| Mútuos | - | - | - | - | - | - | 230.591 | 230.591 |
| Outros débitos | - | - | 51.583 | 51.583 | - | - | 28.273 | 28.273 |



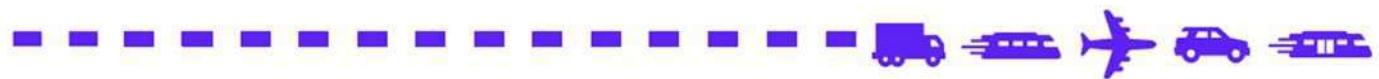
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladas em conjunto | Outras partes relacionadas | 2025 | | 2024 | |
|---|-------------------------|----------------------------|-----------|-------------------------|----------------------------|-----------|
| | | | Total | Controladas em conjunto | Outras partes relacionadas | Total |
| Transações | | | | | | |
| Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores | - | (16.549) | (16.549) | - | (13.382) | (13.382) |
| Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia | - | - | - | - | (1.670) | (1.670) |
| Custos / despesas - serviços de transmissão de dados | - | - | - | (408) | - | (408) |
| Custos / despesas de infraestrutura utilizada | - | (104.799) | (104.799) | - | (8.022) | (8.022) |
| Custos / despesas - serviços de transporte de valores | - | (1.069) | (1.069) | - | (1.255) | (1.255) |
| Custos / despesas - serviços especializados e consultorias | - | (19.005) | (19.005) | - | (4.710) | (4.710) |
| Custos / despesas - seguros | - | (2.097) | (2.097) | - | - | - |
| Custos / despesas - doações | - | (18.414) | (18.414) | - | (20.652) | (20.652) |
| Custos / despesas - outros gastos gerais | - | (2.877) | (2.877) | (220) | (1.264) | (1.484) |
| Custos / despesas - benefício a colaboradores | - | (179.696) | (179.696) | - | (196.907) | (196.907) |
| Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal | - | - | - | - | (3) | (3) |
| Custos / despesas - estoque | - | (55) | (55) | - | (393) | (393) |
| Despesas de comissão de fianças na emissões de dívidas | - | (57.048) | (57.048) | - | (10.835) | (10.835) |
| Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais | - | (1.680) | (1.680) | - | (2.744) | (2.744) |
| Resultado líquido com derivativos | - | 7.486 | 7.486 | - | (69.477) | (69.477) |
| Despesas financeiras - mútuos | - | (7.200) | (7.200) | - | (35.823) | (35.823) |
| Receita de mútua cooperação | - | 6.189 | 6.189 | - | 3.599 | 3.599 |
| Receitas de aplicações financeiras | - | 94.266 | 94.266 | - | 114.526 | 114.526 |
| Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais | - | - | - | - | (3.122) | (3.122) |
| Receitas de serviços de transmissão de dados | - | - | - | 43 | 684 | 727 |
| Receitas de comissão de fianças na emissões de dívidas | 3.340 | - | 3.340 | 3.301 | - | 3.301 |
| Receitas financeiras - mútuos | 28.923 | - | 28.923 | 30.143 | - | 30.143 |
| Receitas com venda de imobilizado | - | - | - | 7 | - | 7 |
| Receita de prestação de serviço de partes relacionadas | - | 233 | 233 | - | 2.510 | 2.510 |
| Repasso de custos e despesas - CSC | 6.193 | - | 6.193 | 6.142 | - | 6.142 |
| Repasso de custos e despesas de colaboradores | (479) | 219 | (260) | (543) | - | (543) |
| Imobilizado / intangível | 1.243 | 68.422 | 69.665 | - | 284.967 | 284.967 |

11.3. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

| | Diretores - Não estatutários | | | |
|--|------------------------------|--------|-------------|---------|
| | Controladora (a) (c) | | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Remuneração | 84.616 | 87.893 | 85.860 | 101.591 |
| Benefícios de curto prazo - remuneração fixa | 47.086 | 47.445 | 47.849 | 54.069 |
| Outros benefícios: | 37.530 | 40.448 | 38.011 | 47.522 |
| Incentivo de longo prazo | 7.226 | 3.090 | 7.226 | 3.090 |
| Provisão para remuneração variável do ano | 26.632 | 25.583 | 27.325 | 28.864 |
| Complemento de provisão de PPR do ano anterior (b) | 1.734 | 9.649 | 1.502 | 13.132 |
| Previdência privada | 1.838 | 2.037 | 1.857 | 2.335 |
| Seguro de vida | 100 | 89 | 101 | 101 |
| Diretores - Estatutários | | | | |
| | Controladora (a) (c) | | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| | 64.240 | 55.053 | 80.928 | 76.988 |
| Remuneração | 28.914 | 30.383 | 38.536 | 45.975 |
| Benefícios de curto prazo - remuneração fixa | 35.326 | 24.670 | 42.392 | 31.013 |
| Outros benefícios: | 15.525 | 7.275 | 15.525 | 7.275 |
| Incentivo de longo prazo | 17.414 | 15.061 | 23.107 | 21.737 |
| Provisão para remuneração variável do ano | 1.201 | 1.498 | 2.173 | 629 |
| Complemento de provisão de PPR do ano anterior (b) | 1.110 | 817 | 1.488 | 1.329 |
| Previdência privada | 76 | 19 | 99 | 43 |
| Seguro de vida | | | | |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

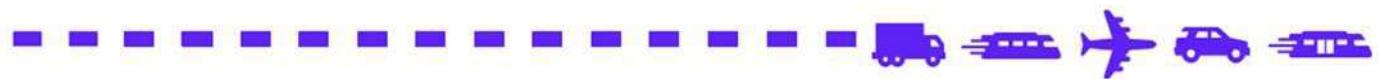
| | Conselheiros | | | |
|--|------------------|--------|-------------|--------|
| | Controladora (a) | | Consolidado | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Remuneração | 11.701 | 11.089 | 11.701 | 11.297 |
| Benefícios de curto prazo - remuneração fixa | 11.665 | 11.021 | 11.665 | 11.229 |
| Outros benefícios: | 36 | 68 | 36 | 68 |
| Seguro de vida | 36 | 68 | 36 | 68 |

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 23 de abril de 2025, foi aprovada a remuneração anual e global para os Administradores (estatutários) e Conselho de Administração da Controladora no exercício social de 2025, no valor de até R\$ 72.073.

Saldos a pagar aos profissionais-chave

| | Controladora (a) | | Consolidado | |
|---------------------------------|------------------|--------|-------------|--------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Remuneração dos administradores | 51.385 | 56.517 | 58.620 | 71.619 |

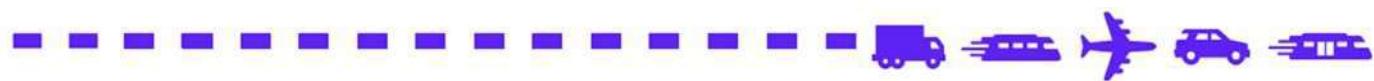
- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa atribuível aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e o valor da remuneração fixa e variável da diretoria estatutária e não estatutária, compreendendo no total 25 membros, em 31 de dezembro de 2025;
- (b) Refere-se a complemento de provisão de PPR em decorrência da apuração final do atendimento de metas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados pagamentos de PPR na controladora e consolidado, respectivamente, no montante de R\$ 18.305 e R\$ 25.553 (estatutários) e de R\$ 16.262 R\$ 21.640 (não estatutários); e
- (c) Do montante de R\$ 148.856 das remunerações da Diretoria estatutária e não estatutária da controladora, R\$ 117.458 foram rateados para as investidas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.4. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

| Taxas contratuais - mútuos | Vencimento final | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Mútuo - Ativo | | 669.803 | 1.344.543 | 152.585 | 241.753 |
| De CDI + 1,94% a.a. a CDI + 5% a.a. | Junho de 2028 | 517.218 | 1.209.906 | - | 107.116 |
| TR + 9,89% a.a. | Janeiro de 2034 | 99.173 | 89.264 | 99.173 | 89.264 |
| 130% CDI | Janeiro de 2034 | 53.412 | 45.373 | 53.412 | 45.373 |
| Mútuo - Passivo | | - | - | - | 230.591 |
| CDI + 5% a.a. | Dezembro de 2027 | - | - | - | 230.591 |
| Total | | 669.803 | 1.344.543 | 152.585 | 11.162 |
| <hr/> | | | | | |
| Mútuo - Ativo | | Controladora | | Consolidado | |
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | | 669.803 | 1.344.543 | 152.585 | 241.753 |
| Não circulante | | 505.919 | 1.089.421 | - | - |
| | | 163.884 | 255.122 | 152.585 | 241.753 |
| Mútuo - Passivo | | - | - | - | 230.591 |
| Circulante | | - | - | - | 226.128 |
| Não circulante | | - | - | - | 4.463 |
| <hr/> | | | | | |
| Taxas remuneração - garantias em emissão de dívidas | | Controladora | | Consolidado | |
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| De 0,60% a.a. a 2% a.a. | | 91.507 | 75.851 | 3.340 | 3.301 |
| Total | | 91.507 | 75.851 | 3.340 | 3.301 |

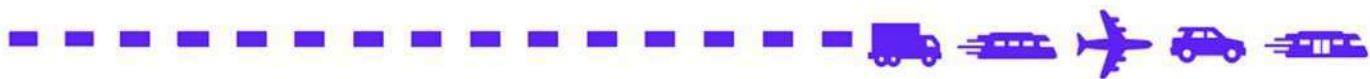


Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

12.1. Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto

| Controladas e controladas em conjunto | Controladora | | Resultado de participações societárias | |
|---|-------------------|-------------------|--|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| No Brasil | | | | |
| ATP | - | (1) | 1 | - |
| AutoBAn | 877.849 | 533.077 | 1.205.552 | 1.113.647 |
| BC Concessões | 22.757 | (373.218) | (64.481) | (244.845) |
| CPC | - | 3.210.552 | - | - |
| Inovap 5 | 1.122 | 863 | 259 | 191 |
| Lam Vias | 462 | 403 | 59 | 32 |
| Linha 15 | 1.893 | 1.860 | 33 | 11 |
| Metrô Bahia | 1.528.905 | 1.456.185 | 92.620 | 115.989 |
| ND | 2.932 | (2.800) | 9.046 | (1.792) |
| Pantanal | 609.837 | (316.911) | 558.247 | (375.701) |
| PRN | 1.728 | 610 | 1.118 | (1.142) |
| PRVias | 954.512 | - | 171.661 | - |
| RDN | (260.110) | (381.944) | (48.166) | (45.494) |
| Renovias | 43.624 | 68.268 | 85.100 | 78.116 |
| RioSP | 3.753.535 | 3.158.523 | 634.368 | 537.556 |
| RodoAnel Oeste | 1.317.046 | 1.320.694 | 39.941 | 42.765 |
| Rota Sorocabana | 176.064 | - | 81.155 | (1) |
| RS Holding (b) | 97.990 | 1.440.936 | 48.341 | 83.904 |
| Samm (a) | - | - | - | (8.044) |
| SIP | 516 | 334 | (1.978) | (391) |
| SPCP | 280.871 | 280.438 | 433 | 248 |
| SPVias | 257.488 | 255.631 | 168.507 | 173.219 |
| ViaCosteira | 1.001.299 | 1.004.445 | 20.271 | 62.211 |
| ViaLagos | 44.637 | 33.788 | 69.449 | 68.140 |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 219.857 | 205.935 | 97.754 | 77.671 |
| ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | 1.177.511 | 1.002.196 | (91.161) | (105.387) |
| ViaQuatro | 760.835 | 453.074 | 736.591 | 327.425 |
| ViaRio | 36.988 | 40.690 | (3.607) | (6.629) |
| ViaSul (b) | 1.679.780 | - | 137.670 | - |
| VOE | 746.871 | (44.430) | 29.785 | (75.988) |
| VLT Carioca | 1.004.515 | 477.039 | (60.898) | (44.385) |
| No exterior | | | | |
| MTH | - | - | - | (4.606) |
| Direito de concessão gerado na aquisição de negócios | 418.347 | 449.774 | (31.427) | (32.155) |
| Total | 16.759.661 | 14.276.011 | 3.886.243 | 1.734.565 |
| Investimentos | 17.019.771 | 15.395.315 | | |
| Provisão para passivo a descoberto | (260.110) | (1.119.304) | | |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

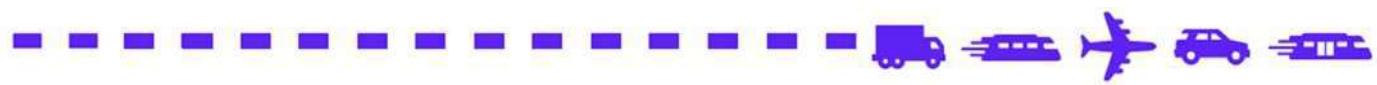
- (a) Em 28 de maio de 2024, foi concluída a alienação da totalidade da participação da Motiva no capital social da Samm; e
- (b) Em 30 de abril de 2025, houve redução do capital social da RS Holding no montante de R\$ 1.428.041. A redução foi efetuada com a transferência de 100% da participação da RS Holding no capital da ViaSul para a Motiva.

| Controladas em conjunto | Consolidado | | | |
|---|--|----------------|--|-----------------|
| | Investimentos (provisão para passivo a descoberto) | | Resultado de participações societárias | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | (reapresentado) |
| No Brasil | | | | 2024 |
| Controlar | (1.823) | (235) | (1.994) | (403) |
| Renovias | 43.635 | 68.266 | 85.115 | 78.116 |
| ViaRio | 36.983 | 40.298 | (3.620) | (6.629) |
| No exterior (*) | | | | |
| Corporación Quiport | - | 634.027 | - | - |
| IAF | - | 1.581 | - | - |
| Quiama | - | 28.426 | - | - |
| Direito de concessão gerado na aquisição de negócios | | | | |
| Total | 78.795 | 884.649 | 79.501 | 71.084 |

(*) Classificado como ativo mantido para venda.

12.2. Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------------------|-------------------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Saldo em 1º de janeiro | 14.276.011 | 13.963.736 | 884.649 | 706.089 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 3.886.243 | 1.734.565 | 79.501 | 71.084 |
| Transação com sócios e aquisição de participação | 23.722 | - | - | - |
| Aumento de capital | 3.235.032 | 1.128.707 | 406 | 461 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | (2.336.489) | (3.078.081) | (109.746) | (254.096) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (193.051) | 390.583 | - | 185.481 |
| Absorção de prejuízo com mútuo - BC Concessões | 460.800 | - | - | - |
| Absorção de prejuízo com mútuo - VLT Carioca | 152.090 | - | - | - |
| Transferência para ativos mantidos para venda | (2.745.305) | 128.367 | (775.918) | 175.582 |
| Outras movimentações | 608 | 8.134 | (97) | 48 |
| Saldo em 31 de dezembro | 16.759.661 | 14.276.011 | 78.795 | 884.649 |

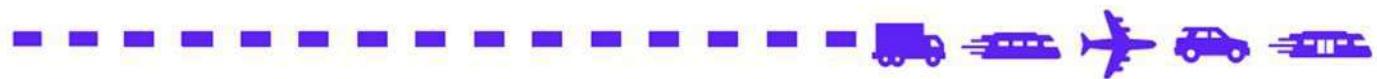


Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Informações financeiras resumidas das controladas

| Controladas | 2025 | | | 2024 | | | 2025 | | 2024 | |
|--|-----------------------------------|-------------------------------------|---|-----------------------------------|-------------------------------------|---|--|---------------------------------------|--|---------------------------------------|
| | Ativo Circulante e Não Circulante | Passivo Circulante e Não Circulante | Patrimônio líquido (passivo a descoberto) | Ativo Circulante e Não Circulante | Passivo Circulante e Não Circulante | Patrimônio líquido (passivo a descoberto) | Total das receitas brutas do exercício | Lucro (prejuízo) líquido do exercício | Total das receitas brutas do exercício | Lucro (prejuízo) líquido do exercício |
| No Brasil | | | | | | | | | | |
| ATP | - | - | - | 2.251 | 31.604 | (29.353) | - | - | 6.584 | (9.001) |
| AutoBAn | 7.456.959 | 6.577.449 | 879.510 | 7.488.651 | 6.953.845 | 534.806 | 4.141.501 | 1.205.488 | 3.807.042 | 1.113.612 |
| BC Concessões | 66.588 | 43.831 | 22.757 | 199.325 | 572.542 | (373.217) | 12.085 | (64.481) | 107.775 | (244.845) |
| BH Airport | 3.055.111 | 3.316.830 | (261.719) | 2.988.118 | 3.199.106 | (200.988) | 617.174 | (60.731) | 513.449 | (65.265) |
| Bloco Sul | 4.772.269 | 3.848.988 | 923.281 | 4.637.421 | 3.675.577 | 961.844 | 855.579 | (83.110) | 1.615.756 | (35.023) |
| Bloco Central | 1.783.310 | 1.181.862 | 601.448 | 1.648.111 | 1.139.273 | 508.838 | 503.525 | (12.678) | 795.167 | 30.100 |
| CPA | 131.804 | 10.123 | 121.681 | 141.826 | 12.276 | 129.950 | - | 21.716 | - | 13.637 |
| CPC | 3.183.413 | 229.541 | 2.963.872 | 3.317.089 | 103.265 | 3.218.324 | 26.587 | 208.603 | 19.814 | 128.228 |
| Five Trilhos | 38.378 | 19.568 | 18.810 | 37.057 | 20.533 | 16.524 | 42.656 | 36.290 | 36.888 | 26.004 |
| Four Trilhos | 116.919 | 51.501 | 65.418 | 66.376 | 29.339 | 37.037 | 97.705 | 79.391 | 73.514 | 58.667 |
| Inovap 5 | 1.214 | 92 | 1.122 | 1.052 | 189 | 863 | - | 259 | - | 191 |
| Lam Vias | 463 | 1 | 462 | 404 | 1 | 403 | - | 59 | - | 32 |
| Linha 15 | 2.369 | 4 | 2.365 | 2.325 | 1 | 2.324 | - | 41 | - | 13 |
| Metrô Bahia | 5.482.161 | 3.949.144 | 1.533.017 | 5.455.121 | 3.994.538 | 1.460.583 | 1.109.490 | 92.333 | 1.064.837 | 115.651 |
| ND | 42.596 | 36.349 | 6.247 | 58.306 | 61.105 | (2.799) | - | 9.046 | - | (1.792) |
| ON Trilhos | 27.526 | 10.328 | 17.198 | 9.590 | 4.622 | 4.968 | 20.615 | 16.307 | 10.421 | 6.623 |
| Pantanal | 1.460.068 | 850.233 | 609.835 | 466.529 | 783.441 | (316.912) | 769.399 | 558.246 | 302.928 | (376.536) |
| Pampulha | 269.757 | 202.990 | 66.767 | 125.118 | 62.654 | 62.464 | 90.678 | 8.703 | 67.114 | 9.353 |
| PRN | 2.264 | 536 | 1.728 | 2.733 | 2.123 | 610 | - | 1.118 | - | (1.142) |
| RON | 69.342 | 329.450 | (260.108) | 38.874 | 420.817 | (381.943) | - | (48.165) | - | (45.494) |
| RioSP | 8.592.974 | 4.819.386 | 3.773.588 | 6.042.517 | 2.863.387 | 3.179.130 | 2.978.931 | 633.815 | 2.653.238 | 537.083 |
| PRVias | 2.195.983 | 1.241.462 | 954.521 | - | - | - | 683.521 | 171.661 | - | - |
| RodoAnel Oeste | 2.012.495 | 689.614 | 1.322.881 | 1.979.080 | 652.507 | 1.326.573 | 554.826 | 40.078 | 507.705 | 42.909 |
| Rota Sorocabana | 2.610.267 | 2.434.199 | 176.068 | 14.516 | 14.516 | - | 711.762 | 81.159 | - | (1) |
| RS Holding | 135.718 | 31.974 | 103.744 | 1.520.222 | 73.372 | 1.446.850 | - | 48.180 | - | 83.806 |
| SIP | 2.339 | 1.823 | 516 | 568 | 234 | 334 | - | (1.978) | - | (391) |
| SPAC | 205 | 133.476 | (133.271) | 260 | 102.504 | (102.244) | - | (31.027) | - | (33.357) |
| SPCP | 283.518 | 2.647 | 280.871 | 282.995 | 2.557 | 280.438 | - | 433 | - | 248 |
| SPVias | 1.825.335 | 1.566.613 | 258.722 | 1.817.521 | 1.560.267 | 257.254 | 1.271.637 | 168.118 | 1.219.702 | 172.609 |
| ViaCosteira | 1.874.316 | 867.179 | 1.007.137 | 1.446.851 | 436.296 | 1.010.555 | 565.837 | 19.999 | 536.346 | 62.050 |
| ViaLagos | 281.908 | 237.019 | 44.889 | 359.965 | 325.873 | 34.092 | 238.913 | 69.398 | 221.710 | 68.079 |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 1.250.797 | 986.971 | 263.826 | 1.266.008 | 1.018.889 | 247.719 | 641.950 | 117.296 | 695.360 | 93.215 |
| ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | 7.063.106 | 5.590.533 | 1.472.573 | 6.688.583 | 5.435.129 | 1.253.454 | 1.612.405 | (113.975) | 3.598.944 | (131.967) |
| ViaQuatro | 4.565.156 | 3.550.396 | 1.014.760 | 3.801.206 | 3.196.752 | 604.454 | 2.112.115 | 982.077 | 1.148.575 | 436.509 |
| ViaSul | 3.987.992 | 2.318.921 | 1.669.071 | 3.207.597 | 1.825.144 | 1.382.453 | 1.518.491 | 172.433 | 1.250.257 | 139.799 |
| VOE | 973.614 | 226.747 | 746.867 | 387.357 | 431.787 | (44.430) | 303.562 | 29.781 | 1.247.375 | (75.997) |
| VLT Carioca | 2.693.404 | 1.688.885 | 1.004.519 | 2.623.150 | 2.121.892 | 501.258 | 382.469 | (61.390) | 475.688 | (46.639) |
| No Exterior (*) | | | | | | | | | | |
| Aeris Holding Costa Rica | 1.242.526 | 1.224.266 | 18.260 | 1.004.088 | 1.167.068 | (162.980) | 520.378 | 166.185 | 429.156 | 3.368 |
| Aeropuertos | - | 10.935 | (10.935) | - | 90.321 | (90.321) | - | 70.629 | - | 1.431 |
| CAI | 241.630 | 12.249 | 229.381 | 232.524 | 13.785 | 218.739 | - | 38.234 | - | 40.590 |
| CAP | 515.953 | 274.323 | 241.630 | 578.954 | 346.430 | 232.524 | 416.437 | 38.234 | 422.987 | 40.590 |
| CARE | 5 | 6.716 | (6.711) | 6 | 7.558 | (7.552) | - | - | - | - |
| CCR Costa Rica | 22.008 | 12.542 | 9.466 | 24.769 | 103.603 | (78.834) | - | 81.015 | - | 1.642 |
| CCR Costa Rica Concessões y Participaciones | 23.963 | 12.543 | 11.420 | 29.397 | 103.604 | (74.207) | - | 78.824 | - | (663) |
| CCR España Concesiones | 598.134 | 13.316 | 584.818 | 589.831 | 104.315 | 485.516 | - | 169.072 | - | 6.581 |
| CCR España Emprendimientos | 498.632 | 26.213 | 472.419 | 849.727 | 28.895 | 820.832 | - | 160.718 | - | 144.514 |
| CCR USA | 19.334 | - | 19.334 | 21.394 | - | 21.394 | - | 331 | - | (75) |
| Desarrollos | 1 | 13.481 | (13.480) | - | 111.360 | (111.360) | - | 87.081 | - | 1.765 |
| Green Airports | 310.801 | 1.328 | 309.473 | 332.266 | 1.053 | 331.213 | - | 15.396 | - | 14.738 |
| IBSA | 1 | 148 | (147) | 666 | 811 | (145) | - | (2) | - | 3 |
| IBSA Finance | - | - | - | (1) | 668 | (669) | - | - | - | - |
| Icaros | 56 | 16 | 40 | 15 | 82 | (67) | - | (463) | - | (399) |
| Quiport Holdings | 332.118 | 69 | 332.049 | 647.335 | 213 | 647.122 | - | 148.968 | - | 157.519 |
| MTI | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.013 | (4.805) |
| SJO Holding | 338.737 | 11.918 | 326.819 | 382.240 | 100.474 | 281.766 | - | 77.894 | - | (1.576) |
| Terminal | 44.021 | 670 | 43.351 | 49.540 | 5.527 | 44.013 | - | 4.321 | - | 88 |
| Subtotal | 72.499.558 | 48.667.398 | 23.832.160 | 62.877.424 | 43.313.724 | 19.563.700 | 22.800.228 | 5.430.930 | 22.829.345 | 2.476.479 |
| Controladora | 25.440.479 | 9.649.227 | 15.791.252 | 20.591.688 | 6.982.797 | 13.608.891 | 92.926 | 3.279.585 | 77.167 | 1.248.695 |
| Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas | 12.497.890 | 9.458.995 | 3.038.895 | - | - | - | (3.007.877) | (357.289) | 33.129 | (191.172) |
| Eliminações | (39.424.057) | (13.044.187) | (26.379.870) | (24.372.013) | (5.201.508) | (19.170.505) | (116.534) | (4.849.729) | (103.317) | (2.222.387) |
| Consolidado | 71.013.870 | 54.731.433 | 16.282.437 | 59.097.099 | 45.095.013 | 14.002.086 | 19.768.343 | 3.503.497 | 22.836.324 | 1.311.615 |

(*) Classificado como ativo mantido para venda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

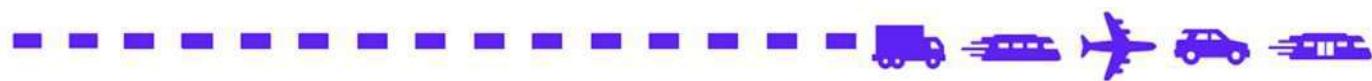
12.4. Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

Os valores apresentados a seguir não consideram o percentual de participação da Motiva, ou seja, referem-se a 100% das informações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto.

| 2025 | | | |
|--|----------------|-----------------|------------------|
| Balanço patrimonial resumido | ViaRio | Renovias | Controlar |
| Ativo circulante | 138.975 | 191.389 | 254 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 61.575 | 52.897 | 199 |
| Outros ativos | 77.400 | 138.492 | 55 |
| Ativo não circulante | 840.973 | 39.126 | 215 |
| Total Ativo | 979.948 | 230.515 | 469 |
| Passivo circulante | 100.691 | 113.700 | 20 |
| Passivos financeiros (a) | 77.411 | - | - |
| Outros passivos | 23.280 | 113.700 | 20 |
| Passivo não circulante | 823.122 | 7.755 | 4.133 |
| Passivos financeiros (a) | 560.664 | - | - |
| Outros passivos | 262.458 | 7.755 | 4.133 |
| Patrimônio líquido | 56.135 | 109.060 | (3.684) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 979.948 | 230.515 | 469 |

| 2024 | | | | | | | |
|--|----------------------------|---------------|-----------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|
| Balanço patrimonial resumido | Corporación Quiport | Quiama | Quiama Ecuador | IAF | ViaRio | Renovias | Controlar |
| Ativo circulante | 648.570 | 55.342 | 31.998 | 127.418 | 269.675 | 229.553 | 209 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 258.570 | 28.914 | 4.210 | 2.951 | 55.296 | 65.185 | 91 |
| Outros ativos | 390.000 | 26.428 | 27.788 | 124.467 | 214.379 | 164.368 | 118 |
| Ativo não circulante | 4.450.488 | 1.894 | - | 2.361.828 | 862.614 | 52.290 | 217 |
| Total Ativo | 5.099.058 | 57.236 | 31.998 | 2.489.246 | 1.132.289 | 281.843 | 426 |
| Passivo circulante | 479.659 | 370 | 13.754 | 333.670 | 66.436 | 103.433 | 23 |
| Passivos financeiros (a) | 9.308 | - | - | 209.681 | 31.270 | - | - |
| Outros passivos | 470.351 | 370 | 13.754 | 123.989 | 35.166 | 103.433 | 23 |
| Passivo não circulante | 3.255.375 | - | 16.348 | 2.152.189 | 1.004.246 | 7.735 | 871 |
| Passivos financeiros (a) | 73.077 | - | - | 2.152.189 | 595.715 | - | - |
| Outros passivos | 3.182.298 | - | 16.348 | - | 408.531 | 7.735 | 871 |
| Patrimônio líquido | 1.364.024 | 56.866 | 1.896 | 3.387 | 61.607 | 170.675 | (468) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 5.099.058 | 57.236 | 31.998 | 2.489.246 | 1.132.289 | 281.843 | 426 |

(a) Saldo de empréstimos e debêntures.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

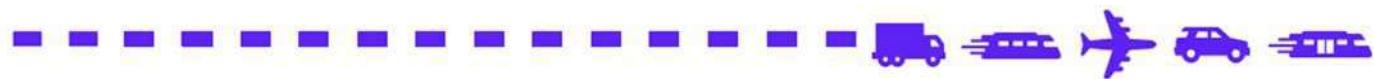
| 2025 | | | |
|--|----------------|-----------------|------------------|
| Demonstração do resultado resumida | ViaRio | Renovias | Controlar |
| Receitas | 216.403 | 749.230 | - |
| Depreciação e amortização | (34.591) | (39.707) | - |
| Receitas financeiras | 22.386 | 26.155 | 28 |
| Despesas financeiras | (150.913) | (1.415) | - |
| Resultado de operações antes dos impostos | (8.093) | 317.050 | (4.045) |
| IR e CS | 2.765 | (104.300) | 6 |
| Resultado de operações | (5.328) | 212.750 | (4.039) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | (5.328) | 212.750 | (4.039) |

| 2024 | | | |
|--|-----------------|-----------------|------------------|
| Demonstração do resultado resumida | ViaRio | Renovias | Controlar |
| Receitas | 193.731 | 232.567 | - |
| Depreciação e amortização | (34.331) | (56.613) | - |
| Receitas financeiras | 21.920 | 3.619 | 14 |
| Despesas financeiras | (132.884) | (167) | - |
| Resultado de operações antes dos impostos | (15.038) | 225.574 | (815) |
| IR e CS | 5.034 | (30.279) | - |
| Resultado de operações | (10.004) | 195.295 | (815) |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | (10.004) | 195.295 | (815) |

12.5. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões dos contratos de concessão.

No contexto das concessões em geral, processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre as concessionárias e os Poderes Concedentes (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

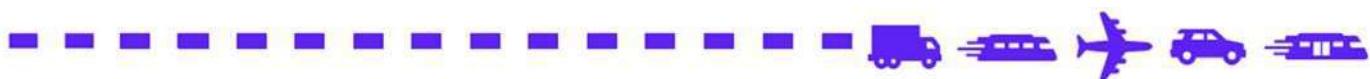
qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e., pandemia da COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, e (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

12.5.1. Processos em andamento

12.5.1.1 RDN

a. Processo administrativo de responsabilização – CGE/PR

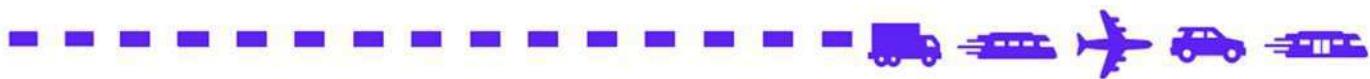
Por meio da Resolução n.º 35, de 2 de outubro de 2019, a Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) instaurou processo administrativo de responsabilização (PAR), previsto no artigo 8º da Lei n.º 12.846/2013, com o objetivo de apurar eventuais responsabilidades administrativas em desfavor da concessionária. A concessionária se manifestou acerca do processo em 9 de dezembro de 2019.

Após tramitação administrativa, em 27 de outubro de 2021, o Controlador-Geral do Estado do Paraná proferiu decisão impondo penalidades à RDN, consistentes de multa, no valor histórico de R\$ 75.582 (na data-base outubro de 2021), suspensão do direito de contratar e licitar com o Estado do Paraná pelo prazo de 2 anos e publicação extraordinária da decisão. Contra essa decisão, em 8 de novembro de 2021, a RDN interpôs recurso administrativo, com efeito suspensivo.

Em 22 de outubro de 2025, a RDN foi intimada da decisão proferida pelo Controlador-Geral do Estado, que determinou o arquivamento processo, sem o pagamento da multa indicada acima. Em razão disso, o processo não será mais reportado nas futuras demonstrações financeiras.

b. Ação de Procedimento Comum n.º 1050217-49.2020.4.01.3400 – Invalidade da metodologia de fiscalização estabelecida pela Portaria DER/PR n.º 03/2019

Em 4 de setembro de 2020, a RDN ajuizou a ação de procedimento comum contra o DER/PR, Estado do Paraná, União Federal, ANTT, tendo por objeto a anulação de diversas autuações formalizadas com base na Portaria DER/PR n.º 03/2019, que promoveu a mudança de metodologia de fiscalização estabelecida pelo DER/PR, subtraindo uma etapa prévia à formalização consistente em notificação à



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concessionária para correção de não-conformidades operacionais, em violação ao que está previsto no contrato de concessão.

Em 29 de abril de 2024, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos da RDN. Em face da sentença, foram interpostos recursos de apelação pelo DER, pelo Estado do Paraná, pelo DNIT, pela União e pela ANTT. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação.

c. Ação Popular n.º 5056317-95.2021.4.04.7000 – Degrau Tarifário

Em 17 de março de 2006, foi proposta a Ação Popular em face do Estado do Paraná, da União Federal, do DER/PR, da AGEPAR, do DNIT, da ANTT, da RDN e de outras concessionárias paranaenses, requerendo o ressarcimento do erário em razão dos prejuízos causados pela cobrança de tarifas calculadas com base em degrau tarifário sem que tenha havido a conclusão das obras de duplicação.

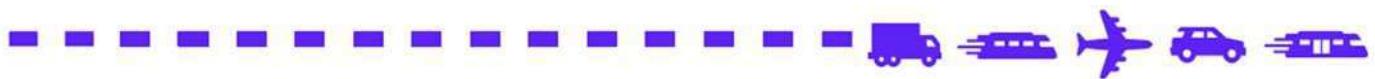
Em relação à RDN, a controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado pela RDN e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 7 de dezembro de 2022.

Em 25 de novembro de 2023, foi proferida sentença reconhecendo a perda superveniente de interesse em relação à RDN, extinguindo o processo, bem como determinando a remessa necessária. Em 13 de junho de 2024, os autores populares interpuseram recurso de apelação no tocante a honorários de sucumbência. Aguarda-se a análise da remessa necessária e do recurso de apelação.

12.5.1.2 VOE Concessões (nova razão social da ViaOeste)

a. Marginais Castello – ampliações por nível de serviço SP-280 – km 23 a 32 – Processo ARTESP-PRC-2021/04123

O contrato de concessão estabelece que é obrigação da concessionária realizar ampliações da infraestrutura às suas custas para solucionar aumento do nível de serviço de tráfego, exceto quando se verifique a ocorrência de interferência urbana, hipótese em que será obrigação do Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desde 2004, o segmento da rodovia, entre os km 23 e 32, tem demonstrado saturação, gerando assim discussão ainda não finalizada entre a concessionária e o Poder Concedente sobre o impacto da interferência urbana no nível de serviço, bem como, pelo Poder Concedente, a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em seu favor, decorrente de suposto atraso da concessionária na execução das obras de melhorias relacionadas ao nível de serviço. O processo segue em fase administrativa.

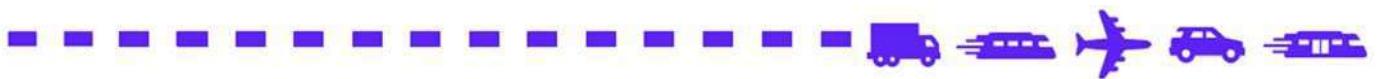
b. Sistema semiautomático de pedágio – Processo SEI 134.00005070/2023-98

O contrato de concessão estabelecia a obrigação das concessionárias VOE, AutoBAn, Renovias e RodoAnel Oeste implantarem a modalidade de pagamento semiautomático (com cartão sem contato) no 1º ano de concessão (em 1998).

Embora a implementação do sistema dependesse de regulamentação, que só foi editada em 2018, o Poder Concedente sustenta haver um desequilíbrio em seu favor, entendimento que é contestado pelas concessionárias.

No entanto, no decorrer de 2025, a diretoria de operações da ARTESP proferiu despacho que reconheceu: (i) ausência de parâmetros técnicos da ARTESP para implementação do Sistema de Arrecadação Semiautomático (SAS); e (ii) obsolescência da tecnologia, propondo equivalência de funcionalidade com pagamento por meio de cartão bancário por aproximação.

Esse despacho foi confirmado em deliberação colegiada da ARTESP, publicada em 28 de janeiro de 2026, que reconheceu a inexistência de reequilíbrio em favor do Poder Concedente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.3 RodoAnel Oeste

- a. Ação Popular n.º 0617139-73.2008.8.26.0053 – Lei Estadual n.º 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de Ação Popular em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, Motiva e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos.

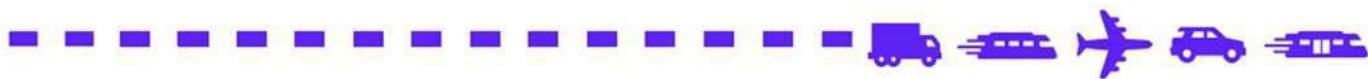
Em 24 de janeiro de 2024, foi proferido despacho determinando que o autor emende a inicial, sob pena de extinção.

Em 27 de maio de 2025, foi determinada a publicação dos editais previstos na lei da ação popular, a fim de que, no prazo de 90 dias, qualquer cidadão ou representante do Ministério Público possa promover o seu prosseguimento. Transcorrido o prazo estipulado, aguarde-se a extinção do feito.

- b. Processo n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 – Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor.

O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT n.^º 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) autorização do Conselho Diretor da ARTESP, em 27 de julho de 2013, para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) decisão do Conselho Diretor da ARTESP, em 14 de dezembro de 2013, para prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, o RodoAnel Oeste, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário n.^º 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido do RodoAnel Oeste a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014.

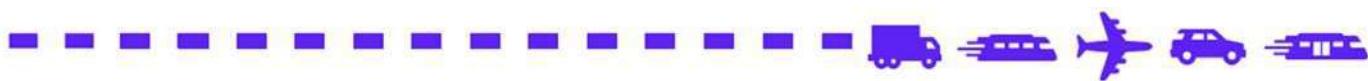
Em 1º de outubro de 2024, foi proferido acórdão convertendo o julgamento da apelação do Estado em diligência para complementação da prova pericial em 1º grau.

Em 28 de agosto de 2025, o perito apresentou os esclarecimentos complementares. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

12.5.1.4 AutoBAn

a. **Ação de Improbidade Administrativa n.^º 0022800-92.2002.8.26.0053**

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) visando à declaração de nulidade da concorrência n.^º 07/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação, ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019, para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1^a instância, para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

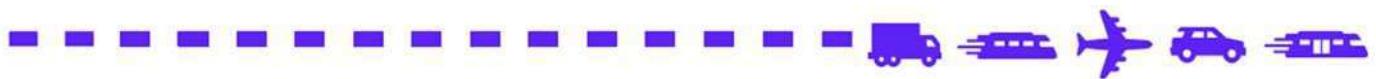
Tendo o processo retornado à 1^a Instância em 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo para as empresas réis se manifestarem acerca de petições do MP/SP, o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal, bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas réis se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Tanto o Ministério Público como a concessionária se manifestaram, tendo o Ministério Público juntado aos autos, cópia dos acordos celebrados com representantes legais de outras empresas. Em 7 de novembro de 2023, os Requeridos se manifestaram acerca dos documentos apresentados pelo Ministério Público nos autos.

Em 8 de outubro de 2024, foi proferida decisão determinando que o Ministério Público seja intimado a se manifestar quanto ao interesse em firmar acordo de não persecução civil.

Em 7 de novembro de 2024, o Ministério Público informou que não tem interesse em firmar acordo e, na oportunidade, requereu o prosseguimento com a definição das provas que deverão ser realizadas do processo.

Em 22 de abril de 2025, foi proferida decisão determinando o início da fase de provas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.5 BC Concessões (nova razão social de Barcas)

a. Ação de rescisão de contrato de concessão n.º 0431063-14.2016.8.19.0001

Ajuizada pela BC Concessões, pretende ver declarada a rescisão do contrato de concessão firmado originariamente entre a BC Concessões e o Estado do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1998 e cujo objeto consiste na exploração, por 25 anos, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos.

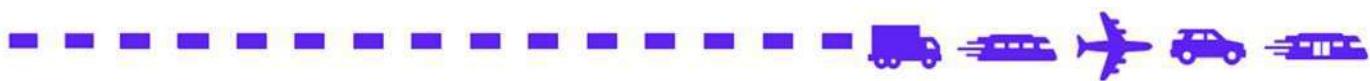
A ação tramitou em 1^a Instância, com desdobramentos diversos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até que, em 2 de fevereiro de 2023, a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro celebraram acordo para encerrar diversos litígios entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante do dia 3 de fevereiro de 2023.

Esse acordo foi homologado em 2 de março de 2023, com a consequente extinção do processo. O Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual foi desprovido, em 6 de junho de 2024. Em 29 de novembro de 2024, o Ministério Público interpôs recurso especial, que aguarda julgamento.

b. Ação Civil Pública n.º 0000838-96.2004.8.19.0001

Proposta pelo Ministério Público em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da BC Concessões, em trâmite na 4^a Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, requerendo a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a BC Concessões, e a realização de novo procedimento licitatório. Após tramitação em 1^a Instância, em 9 de maio de 2017, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro dando provimento ao recurso de apelação do Ministério Público e decretando a anulação do contrato de concessão.

Os Recursos Especiais interpostos por BC Concessões e pelo Estado do Rio de Janeiro ficaram pendentes de apreciação no Superior Tribunal de Justiça até a formalização, em 2 de fevereiro de 2023, de acordo entre BC Concessões e o Estado do Rio de Janeiro para encerrar diversos litígios



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário no Estado do Rio de Janeiro até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante divulgado em 3 de fevereiro de 2023.

Em razão do acordo, a BC e o Estado de Rio de Janeiro apresentaram pedido de desistência dos recursos especiais, tendo havido a homologação e trânsito em julgado do acórdão. Em 22 de março de 2024, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até o encerramento da ação de rescisão do contrato de concessão.

c. **Ação Popular n.º 0120322-27.2012.8.19.0001**

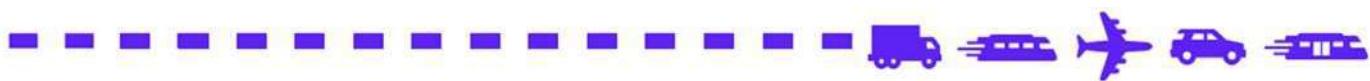
Em 28 de março de 2012, foi ajuizada em face do Estado do Rio de Janeiro, BC Concessões, Motiva, CPC e outros, requerendo: i) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; ii) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS; iii) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da concessionária e abertura de nova licitação; iv) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao do reajuste.

Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos.

As réis BC Concessões, Motiva e CPC interpuseram recursos de apelação, os quais foram providos, em 29 de janeiro de 2025, tendo sido reconhecida a improcedência da ação popular.

Em 17 de julho de 2025, o autor popular interpôs recursos especial e extraordinário, os quais não foram admitidos em 4 de setembro de 2025.

Em 3 de outubro de 2025, foram interpostos agravos pelo autor popular aos Tribunais Superiores, que aguardam julgamento.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.6 ND

a. Processo n.º 5026377-67.2019.4.03.6100 – Remuneração de Projetos Executivos

Em 13 de dezembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória perante a Justiça Federal de São Paulo contra a União Federal e a ANTT visando ao reequilíbrio parcial do contrato de concessão para afastar suposta ilegalidade enfrentada desde a edição, pela ANTT, da Portaria n.º 161/17, que autorizou a antecipação de 50% da remuneração devida com os custos de elaboração dos projetos executivos pendentes de aprovação pela ANTT.

Após tramitação judicial, em 8 de abril de 2022, a ND protocolou junto à ANTT um pedido formal de proposta de acordo no processo judicial, posteriormente celebrado, mas ainda pendente de homologação judicial.

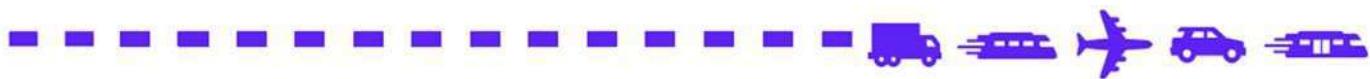
Em 1º de outubro de 2024, o acordo assinado pelas partes foi juntado aos autos pela ANTT.

Em 25 de abril de 2025, foi proferida sentença homologando o acordo firmado com a ANTT e extinguindo o processo. Em razão disso, o processo não será mais reportado nas futuras demonstrações financeiras.

b. Processo n.º 5016911-49.2019.4.03.6100 – Tolerância de peso

Em 13 de setembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória contra a União Federal e a ANTT perante a Justiça Federal de São Paulo visando à recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do seu contrato de concessão, em razão de alterações ocorridas na legislação desde 1999, que majoraram os custos com a manutenção do pavimento.

Desde o ajuizamento, o processo tramitou regularmente, tendo sido apresentadas as contestações pelas Rés, e a réplica pela ND. Foi proferida a decisão saneadora em 30 de agosto de 2022, (i) deferindo a produção de provas periciais contábeis e de engenharia requeridas pela ND; (ii) nomeando os peritos para cada especialidade e determinando a intimação dos mesmos para que informem se



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aceitam o encargo; e (iii) determinando a posterior intimação das partes para que nomeiem assistentes técnicos e apresentem quesitos. Aguarda-se a realização das perícias.

Em 3 de junho de 2025, foi protocolizada petição solicitando a suspensão do feito por 180 dias para tentativa de acordo entre as partes.

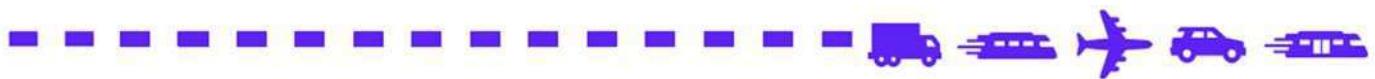
c. Processo n.º 50500.016099/2021-31 – Haveres e Deveres

Em 25 de fevereiro de 2021, a ANTT instaurou o Processo SEI n.º 50500.016099/2021-31 para apurar haveres e deveres do contrato de concessão PG-137/95-00, firmado com a ND.

A instrução processual foi concluída por meio da Deliberação n.º 162, de 14 de junho de 2024, resultando na apuração de haveres e deveres em desfavor da ND, no valor de R\$ 128.263 (na data-base setembro de 2024).

A ND manifestou discordância quanto ao caráter definitivo do acerto de contas resultante do Processo SEI 50500.016099/2021-31, especialmente sob o fundamento de que, além de não concordar com as decisões exaradas pela Agência Reguladora na totalidade dos processos administrativos apreciados, as ações judiciais cuja controvérsia gira em torno da discussão de créditos regulatórios e que ainda não transitaram em julgado deveriam fazer parte da apuração de haveres e deveres da concessão, a saber: (i) Reequilíbrio de 9 obras de arte especiais - Ação n.º 102.9060-88.2018.4.01.3400 – TRF1; (ii) OAE – Divergência contratual (fundação) – Ação n.º 1029030-53.2018.4.01.3400 – TRF1; (iii) Manutenção do Pavimento, Lei n.º 13.103/2015 – Ação n.º 5016911-49.2019.4.03.6100 - TRF3; e (iv) Radiovias – Custos Operacionais e Investimentos – Ação n.º 5006757-35.2020.4.03.6100 – TRF3. Dessa forma, seria necessário aguardar o trâmite judicial dos processos para que sejam considerados os seus eventuais efeitos na apuração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Diante da conclusão do processo de haveres e deveres e da divergência sobre o valor final apurado, a ND protocolou, em 27 de dezembro de 2024, pedido para instauração de mecanismo de solução consensual disponibilizado pela ANTT.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 4 de fevereiro de 2025, houve o recebimento de ofício por parte da ANTT contendo as diretrizes sobre a continuidade do processo, de modo que, guardado o sigilo obrigatório inerente a ele, a ND seguirá privilegiando a obtenção de solução consensual e administrativa para conclusão dos haveres e deveres.

12.5.1.7 ViaQuatro

- a. Ações Populares n.^{os} 0107038-05.2006.8.26.0053 e 0117119-13.2006.8.26.0053 – Anulação da Licitação

Tramitam no Poder Judiciário as ações populares em referência que objetivam a decretação da anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional n.^º 42325212, relativa à concessão da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Ambas as ações são conexas.

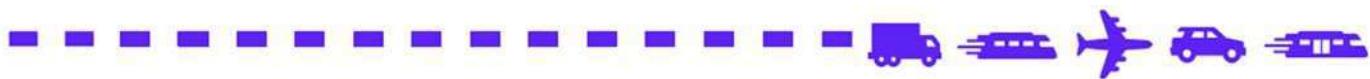
O mérito das ações ainda não foi apreciado pelo Poder Judiciário, tendo havido discussão acerca da inclusão, ou não, das pessoas físicas signatárias do contrato de concessão no polo passivo das ações. No momento, aguarda-se citação de novos réus, pessoas físicas. Após concluída a referida citação, deverá ser aberto prazo para a contestação por parte dos réus.

12.5.1.8 Controlar

- a. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa n.^º 0044586-80.2011.8.26.0053

Ajuizada pelo MP/SP em 25 de novembro de 2011, perante a 11^a Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar, sequestro de bens dos requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito.

Após a discussão de questões processuais diversas, incluindo a apresentação de defesa prévia e contestação por todos os Réus, em 25 de março de 2022, a Controlar apresentou sua manifestação acerca das alterações trazidas pela Lei n.^º 8.249/1995 e requereu a extinção da ação por falta de elementos materiais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 5 de dezembro de 2022, foi proferida decisão que, em linhas gerais, manteve as mesmas questões suscitadas anteriormente no processo. Face a esta decisão, a Motiva e outros réus apresentaram embargos de declaração e, posteriormente, agravos de instrumento perante o Tribunal de Justiça, requerendo nova decisão acerca da imediata aplicabilidade das alterações da lei de Improbidade Administrativa.

Em 4 de abril de 2025, foi proferido acórdão dando provimento aos agravos de instrumento para extinguir a ação em relação aos recorrentes da CCR (atual Motiva), CPC e pessoas físicas (ex-executivos do Grupo).

Em 6 de junho de 2025, o Ministério Pùblico interpôs recurso especial, que foi inadmitido em 22 de agosto de 2025.

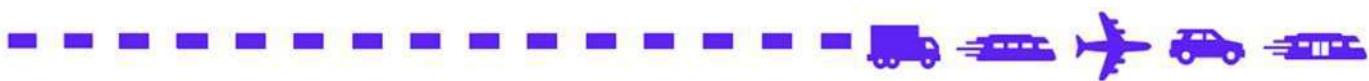
Em 13 de outubro de 2025, foi interposto agravo pelo Ministério Pùblico, que aguarda julgamento.

b. Ação Cautelar n.º 1006718-80.2013.8.26.0053

Ajuizada em 11 de outubro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pùblica da Capital-SP. A medida foi proposta pela Controlar contra a Municipalidade de São Paulo, em vista da decretação de encerramento do contrato de concessão, por parte da Administração. A ordem cautelar foi concedida liminarmente, autorizando-se a continuidade da prestação dos serviços até o final do exercício de 2013 (31 de janeiro de 2014). Por determinação do Juízo, a ação será julgada em conjunto com o processo principal n.º 1011663-13.2013.8.26.0053 (abaixo).

c. Ação Ordinária n.º 1011663-13.2013.8.26.0053 – Indenização pelo encerramento antecipado do Contrato

A ação foi proposta pela Controlar em 14 de novembro de 2013, contra a Municipalidade de São Paulo, tendo por objetivo o reconhecimento da extinção do Contrato n.º 34/SVMA/95 por culpa exclusiva da Municipalidade, condenando-a a indenizar a Controlar pelos prejuízos causados com o rompimento antecipado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Realizada a perícia, a Controlar apresentou as razões finais, em 23 de junho de 2021. Aguarda-se prolação da sentença.

- d. Ação Civil Pública n.º 0424291-45.1997.8.26.0053 – Nulidade de Convênio de Cooperação para a utilização do Centro Integrado de Taxi

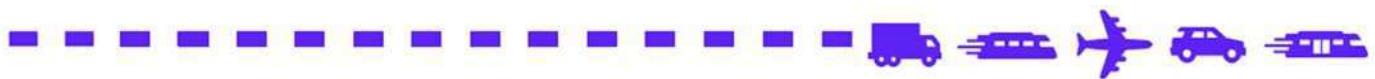
Em 4 de dezembro de 1997, foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) contra a Controlar, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réis para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso.

A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período.

O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 8 de abril de 2003, razão pela qual foram interpostos recursos especial e extraordinário pela Controlar, os quais foram inadmitidos. A Controlar interpôs agravo em 3 de junho de 2015.

Em 3 de junho de 2025, o STJ deu provimento parcial ao agravo da Controlar e demais réus para afastar a condenação por improbidade administrativa.

Em 27 de junho de 2025, foi interposto agravo interno pela Controlar apenas em face de parte da decisão que manteve a nulidade do convênio e a consequente condenação ao pagamento de indenização.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.9 Renovias

a. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (processo n.º 1060269-33.2017.8.26.0053). Em 12 de junho de 2023, a Renovias apresentou suas alegações finais.

Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo o qual foi deferido pelo juízo.

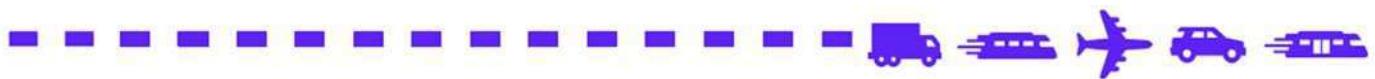
b. Termo Aditivo Modificativo n.º 13/06

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM n.º 13/06. A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM n.º 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Renovias.

Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação, pendente de julgamento. Desde 27 de março de 2023 a tramitação do processo está suspensa para tratativas de eventual acordo.

A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário n.º 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; e (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente, tendo ambas as partes interposto recurso de apelação, já julgados.

Em 27 de junho de 2022, a Renovias interpôs recurso especial e recurso extraordinário. As partes requereram a suspensão do processo para tratativas de eventual acordo.

Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo, que foi deferido pelo juízo.

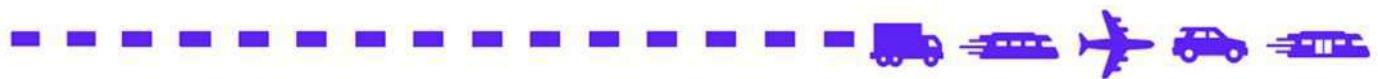
12.5.1.10 ViaMobilidade – Linhas 5 e 17

- a. Ação Popular n.º 1012890-62.2018.8.26.0053 – Nulidade da Concorrência Internacional n.º 02/2016 e do contrato de concessão n.º 03/2018

A ação popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Transportes Metropolitanos. Posteriormente, foi determinada a inclusão da Motiva no polo passivo do processo, o que ocorreu em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a Motiva ou a ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 não são Parte, inclusive a ação popular n.º 1000694-60.2018.8.26.0053.

Os autores populares pretendem ver declarado nulo o contrato de concessão n.º 03/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão; (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois “empresas sócias majoritárias da CCR” (antiga razão social de Motiva) estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão.

A Motiva foi citada nos autos da ação popular em 12 de novembro 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegítima para



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados.

Após manifestação dos autores populares acerca da contestação da Motiva, foi determinado o sobrerestamento até que a ação popular n.º 1000694-60.2018.8.26.0053, alcance a fase de saneamento e/ou sentença. Atualmente, o processo se encontra suspenso.

12.5.1.11 ViaRio

a. Ação Popular n.º 0189152-64.2020.8.19.0001 - nulidade do contrato de concessão

Em 30 de setembro de 2020, foi distribuída Ação Popular em face do Município do Rio de Janeiro e da ViaRio, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão n.º 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da ViaRio à reparação de supostos danos ao Erário.

Após tramitação em 1^a Instância, em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Em 24 de março de 2022, a ViaRio apresentou contrarrazões ao recurso de apelação.

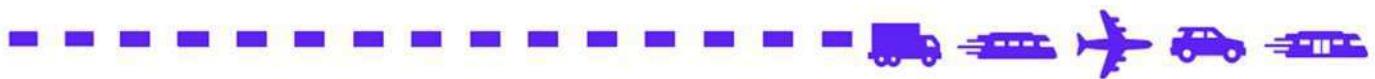
Em 30 de janeiro de 2024, foi negado provimento aos recursos do autor e do Município. Em 25 de junho de 2024, o autor popular interpôs recursos especial e extraordinário e, na mesma data, o Município interpôs recurso especial.

Em 2 de outubro de 2025, os recursos especial e extraordinário do autor popular foram inadmitidos.

Em 17 de novembro de 2025, foi interposto agravo pelo autor popular, que aguarda julgamento.

b. Reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025

A concessionária tem enfrentado obstáculos por parte do Poder Público Municipal para aplicar os reajustes tarifários anuais previstos em seu contrato de concessão, tendo recorrido ao Poder Judiciário



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

todos os anos visando o reconhecimento de seu direito ao reajuste tarifário. Os processos seguem em tramitação em diferentes instâncias.

Em 26 de junho de 2024, houve a designação de perícia conjunta para todos os processos que tratam do reajuste da tarifa.

Em 5 de fevereiro de 2025, foi provido o recurso da ViaRio interposto em face do indeferimento da liminar na ação de reajuste de 2022. A tarifa atualmente praticada é a tarifa reajustada para o ano de 2022, com base em decisão liminar.

Em 27 de maio de 2025, foi anexado o laudo pericial que reconhece a legitimidade dos reajustes tarifários pleiteados.

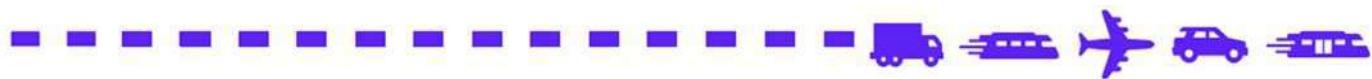
Em 4 de dezembro de 2025, foram proferidas sentenças julgando procedentes as ações de 2020 a 2025. Aguarda-se recursos da Prefeitura.

12.5.1.12 ViaLagos

a. **Processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012 – 8º e 10 Aditivos Contratuais**

Tramita procedimento administrativo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema. Após controvérsia sobre a possibilidade, ou não, de extensão do prazo do contrato de concessão da ViaLagos, em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da ViaLagos, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, porém, entendeu necessário remeter essa análise para auditoria extraordinária governamental (processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012).

Em 3 de maio de 2023, o Plenário proferiu acórdão nos autos da auditoria governamental, onde acolheu, em parte, as conclusões da instância técnica do TCE/RJ, entendendo (i) pela ausência de estudos demonstrando a vantagem da prorrogação da concessão da ViaLagos em detrimento da realização de um novo certame; (ii) pelo desequilíbrio econômico-financeiro da avença em favor da



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ViaLagos; e (iii) pelo uso de premissas e parâmetros inadequados para a prorrogação contratual realizada. Contudo, o Colegiado do TCE/RJ entendeu que ainda seria necessário ouvir os esclarecimentos da AGETRANSP e do DER-RJ sobre o caso, a fim de proferir uma decisão final de mérito sobre a legalidade da prorrogação do contrato de concessão.

Após os citados esclarecimentos (AGETRANSP e DER-RJ), houve esclarecimentos complementares pela CAD do TCE/RJ. Em 9 de outubro de 2024, o TCE/RJ decidiu suspender o julgamento do caso e conferir prazo de 180 dias para conclusão das tratativas entre as partes.

b. Ações Populares n.ºs 0014659-83.2017.8.19.0011 e 0253634-55.2019.8.19.0001

Foram distribuídas ações populares (n.ºs 0014659-83.2017.8.19.0011 e 0253634-55.2019.8.19.0001) questionando a validade dos 8º e 10º Aditivos Contratuais, em 8 de agosto de 2017 e 10 de outubro de 2019, respectivamente.

Após a apresentação de contestação pelos Réus, foi determinada a prova pericial. Aguarda-se início das perícias.

A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

12.5.2. Processos anteriormente reportados que foram encerrados

Os processos listados abaixo foram encerrados, não se verificando, na data de publicação destas demonstrações financeiras, qualquer risco, efeito material adverso, ou impacto contábil em relação a eles.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.2.1. AutoBAn

- a. Inquérito Civil n.º 14.0699.0000364/2021-5

12.5.2.2. Pantanal

- a. Relicitação

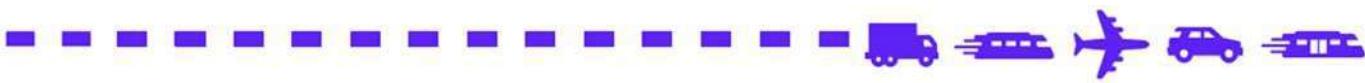
12.5.2.3. Linha 15

- a. Ações Populares n.os 1010888-85.2019.8.26.0053 e 1010621-16.2019.8.26.0053 – Nulidade da licitação da Linha 15 – Prata

13. Ativo imobilizado e immobilizações em andamento - Consolidado

| | Imobilizado | | | | | | | | Total em operação | Imobilizações em andamento | Total imobilizado |
|---|---------------------|-------------------------|---------------|---------------------------|---------------|---------------------------|--------------|--------------|-------------------|----------------------------|-------------------|
| | Móveis e utensílios | Máquinas e equipamentos | Veículos | Instalações e edificações | Terrenos | Equipamentos operacionais | Embarcações | Fibra óptica | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | 22.345 | 149.571 | 72.523 | 35.580 | 20.692 | 106.964 | 3.989 | - | 411.664 | 442.129 | 853.793 |
| Adições | | | | | | | | | | | |
| Baixas | (252) | (8.205) | (1.907) | (2) | - | (395) | (3.234) | - | (13.995) | 466.140 | 466.140 |
| Transferências | 8.966 | 141.035 | 49.542 | 40.203 | - | 106.131 | - | 3.045 | 348.922 | (348.922) | (13.995) |
| Reclassificação entre imobilizado e intangível | - | - | - | - | - | 12.721 | - | - | 12.721 | - | 12.721 |
| Reclassificação para ativos mantidos para venda | (754) | (7.389) | (4.038) | (649) | - | - | (183) | - | (12.093) | - | (12.093) |
| Depreciação (a) | (5.356) | (46.968) | (26.022) | (2.734) | - | (33.364) | (1.565) | (928) | (119.005) | - | (119.005) |
| Ajuste de conversão | 138 | 1.548 | 1.170 | 339 | - | - | 810 | - | 4.005 | 1.313 | 5.318 |
| Outros (a) | 885 | 2.732 | (5.293) | 2 | - | (8.212) | - | (2.117) | (13.003) | 16.747 | 2.744 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 25.972 | 230.346 | 85.905 | 72.739 | 20.692 | 182.662 | - | - | 618.316 | 577.407 | 1.195.723 |
| Custo | 74.076 | 629.948 | 237.447 | 87.721 | 20.692 | 575.580 | - | - | 1.625.464 | 577.407 | 2.202.871 |
| Depreciação acumulada | (48.104) | (399.602) | (151.542) | (14.982) | - | (392.918) | - | - | (1.007.148) | - | (1.007.148) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 25.972 | 230.346 | 85.905 | 72.739 | 20.692 | 182.662 | - | - | 618.316 | 577.407 | 1.195.723 |
| Adições | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 808.589 | 808.589 |
| Baixas | (470) | (15.872) | (349) | (7.532) | - | (1.849) | - | - | (26.072) | - | (26.072) |
| Transferências | 7.563 | 323.911 | 35.603 | 6.809 | - | 65.452 | - | - | 439.338 | (439.338) | - |
| Reclassificação entre imobilizado e intangível | - | - | - | - | - | 79.178 | - | - | 79.178 | - | 79.178 |
| Reclassificação para mantido para venda | (1.738) | (18.150) | (9.318) | (288) | - | - | - | - | (29.504) | (24.382) | (53.886) |
| Depreciação | (4.828) | (66.597) | (29.421) | (4.539) | - | (40.967) | - | - | (146.352) | (146.352) | (838) |
| Outros | - | (51) | - | - | - | - | - | - | (51) | (787) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 26.499 | 453.587 | 82.420 | 67.179 | 20.692 | 284.476 | - | - | 934.853 | 921.489 | 1.856.342 |
| Custo | 65.285 | 790.201 | 207.983 | 82.038 | 20.692 | 659.162 | - | - | 1.825.341 | 921.489 | 2.748.830 |
| Depreciação acumulada | (38.766) | (336.614) | (125.563) | (14.859) | - | (374.686) | - | - | (890.488) | - | (890.488) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 26.499 | 453.587 | 82.420 | 67.179 | 20.692 | 284.476 | - | - | 934.853 | 921.489 | 1.856.342 |
| Taxa média anual de depreciação % | | | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2025 | 10 | 14 | 23 | 4 | - | 12 | - | - | - | - | - |

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 149.319 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 41.243 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 8,83% a.a. e 6,86% a.a., respectivamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Reclassificação mediante alienação da CPC. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 26.

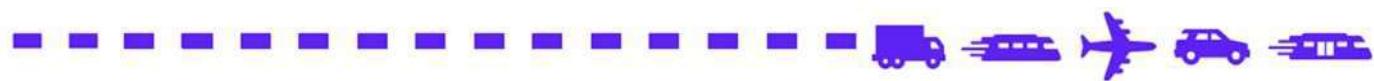
14. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

| Intangível | | | | | | | | | |
|---|--|-------------------------|--|---|--|--------------------------------------|-------------------|------------------------------|---------------------|
| | Exploração da infraestrutura concedida | Sistemas informatizados | Cessão de fibra óptica e conectividade | Transmissão de dados de radiofrequência | Direito da concessão gerado na aquisição de negócios | Sistemas informatizados em andamento | Total em operação | Infraestrutura em construção | Total do intangível |
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | 24.240.595 | 71.022 | - | - | 1.037.133 | 79.601 | 25.428.351 | 5.792.938 | 31.221.289 |
| Adições | | | 106 | 17 | | 113.934 | 114.057 | 6.319.276 | 6.433.333 |
| Baixas | (44.814) | (253) | - | - | | - | (45.067) | - | (45.067) |
| Transferências | 6.153.155 | 20.133 | - | - | | (18.180) | 6.155.108 | (6.155.108) | - |
| Ressarcimento entre imobilizado e intangível | - | - | - | - | | (12.721) | (12.721) | - | (12.721) |
| Ressarcificações para ativos mantidos para venda | (224.069) | 2.305 | - | - | (140.039) | - | (361.803) | - | (361.803) |
| Ressarcificação do contas a receber dos Poderes Concedentes | 325.996 | 919 | - | - | | 1.358 | 328.273 | 226 | 328.499 |
| Ressarcificação para contas a receber dos Poderes Concedentes | (24.087) | (40.187) | (3.406) | (149) | (614) | - | (1.200.181) | (61.642) | (85.729) |
| Amortização (e) | (1.155.825) | - | - | - | - | - | - | - | (1.155.825) |
| Ajuste de conversão | 208.538 | 298 | - | - | 29.145 | - | 237.981 | 48.281 | 286.262 |
| Outros (e) | 30.639 | 83 | 3.300 | 132 | - | (4.382) | 29.772 | (13.793) | 15.979 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 29.510.128 | 54.320 | - | - | 925.825 | 158.610 | 30.649.683 | 5.930.178 | 36.579.861 |
| Custo | 46.754.491 | 444.513 | 3 | - | 2.578.651 | 159.610 | 49.937.268 | 5.930.178 | 55.867.446 |
| Amortização acumulada | (17.244.363) | (390.193) | (3) | - | (1.863.026) | - | (19.287.586) | - | (19.287.586) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 29.510.128 | 54.320 | - | - | 925.825 | 158.610 | 30.649.683 | 5.930.178 | 36.579.861 |
| Adições (c) | 2.781.635 | - | - | - | - | 108.143 | 2.890.778 | 6.613.371 | 9.504.149 |
| Baixas | (2.524) | (134) | - | - | - | - | (2.658) | - | (2.658) |
| Transferências | 5.066.532 | 59.712 | - | - | - | (59.660) | 5.066.584 | (5.066.584) | - |
| Ressarcificação entre imobilizado e intangível | - | - | - | - | - | (79.178) | (79.178) | - | (79.178) |
| Ressarcificação do contas a receber dos Poderes Concedentes | 63.296 | - | - | - | - | - | 63.296 | 400 | 63.696 |
| Ressarcificação para contas a receber dos Poderes Concedentes | - | - | - | - | - | - | - | (19.098) | (19.098) |
| Ressarcificações para manitido para venda | (8.168.385) | (7.851) | - | - | (130.154) | (9.159) | (8.315.549) | (657.214) | (8.972.763) |
| Amortização | (1.236.293) | (37.661) | - | - | (97.185) | - | (1.371.139) | - | (1.371.139) |
| Outros (d) | (173.529) | - | - | - | - | - | (173.529) | (79.294) | (252.823) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 27.840.860 | 68.386 | - | - | 698.286 | 120.756 | 28.728.288 | 6.721.759 | 35.450.047 |
| Custo | 42.779.421 | 452.125 | - | - | 2.101.626 | 120.756 | 45.453.930 | 6.721.759 | 52.175.689 |
| Amortização acumulada | (14.938.561) | (383.739) | - | - | (1.403.342) | - | (16.725.642) | - | (16.725.642) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 27.840.860 | 68.386 | - | - | 698.286 | 120.756 | 28.728.288 | 6.721.759 | 35.450.047 |
| Taxa média anual de amortização % | | | | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2025 | | | (a) | 20 | (b) | (b) | (a) | | |

- (a) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (b) Amortização linear conforme prazo dos contratos;
- (c) Os principais valores de Exploração da Infraestrutura Concedida referem-se aos custos das outorgas da Rota Sorocabana e PRVias;
- (d) Trata-se, principalmente, de ressarcimento recebido do Poder Concedente pela empresa RioSP, referente a sinistro ocorrido na BR-101; e
- (e) Reclassificação mediante alienação da CPC. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 26.

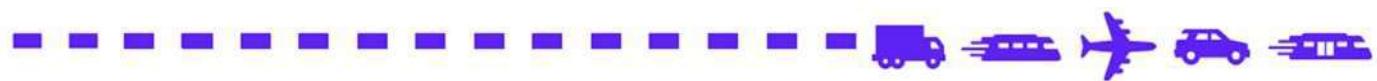
Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:



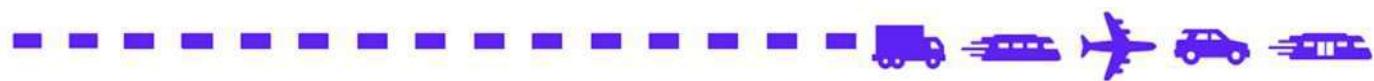
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | |
|----------|---|------------------|
| | RioSP | 1.987.090 |
| | Obras da BR-116 - Serra das Araras | 1.064.555 |
| | Obras da BR-116 - Região Rural de São Paulo | 350.560 |
| | Obras da BR-101 - Duplicação | 138.832 |
| | 1ª intervenção de pavimento | 101.006 |
| | Obras da BR-116 - Região Metropolitana de São Paulo | 81.677 |
| | Obras de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101 e BR-116 | 76.597 |
| | Obras da BR-116 - Região Rural do Rio de Janeiro | 70.681 |
| | Obras de reforço e alargamento de OAE's | 31.118 |
| | Implantação de passarelas | 29.455 |
| | Desocupação da faixa de domínio | 15.683 |
| | Obras de recuperação de terraplenos e estabilização de taludes da rodovia | 14.794 |
| | Obras de edificações | 12.132 |
| | ViaSul | 1.490.362 |
| Rodovias | Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400 | 1.082.681 |
| | Implantação de faixas adicionais e vias marginais | 207.487 |
| | 1ª Intervenção de pavimento | 89.899 |
| | Obras de melhoria na BR-386 | 88.515 |
| | Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações | 21.780 |
| | Rota Sorocabana | 311.791 |
| | 1ª Intervenção de pavimento | 184.792 |
| | Implantação de Sistema Free Flow | 43.533 |
| | Projeto Free Flow | 21.622 |
| | Duplicação da SP-250 | 21.058 |
| | Implantação base de serviço operacional | 11.457 |
| | Implantação posto serviço atendimento | 9.907 |
| | Recuperação e melhorias SP-079 | 7.428 |
| | Implantação de faixas adicionais e vias marginais | 5.381 |
| | Obras de edificações | 3.626 |
| | Reforço e alargamento SP-079 | 2.987 |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | |
|-----------------|---|----------------|
| Rodovias | Pantanal | 297.256 |
| | Execução de obras e melhorias BR-163 | 248.279 |
| | Projetos e licenciamento ambiental | 23.530 |
| | Pavimento flexível | 15.640 |
| | Implantação fornecimento de barreiras | 8.318 |
| | Melhoria na infraestrutura da sede | 1.489 |
| | Via Costeira | 261.075 |
| | Implantação de marginais, adequações de faixas de aceleração e desaceleração, dispositivos de segurança e sinalização, e passarelas | 207.057 |
| | 1ª Intervenção de pavimento | 42.919 |
| | 1ª Intervenção em obras de arte especiais | 4.507 |
| | Alargamento de obras de artes especiais | 4.314 |
| | Implantação de rotatórias | 1.302 |
| | Implantação posto de pesagem | 976 |
| | PRVias | 244.278 |
| | 1ª Intervenção de pavimento | 118.410 |
| | 1ª Intervenção de sinalização, faixa de domínio e obras de arte | 52.058 |
| | Implantação de contorno BR-376 | 18.441 |
| | Implantação de duplicação | 16.627 |
| | Implantação de base operacional | 14.818 |
| | Implantação de praça de pedágio/Free Flow | 8.530 |
| | Melhorias na BR-376 | 7.405 |
| | Recuperação de Sinistro na BR-376 | 2.602 |
| | Melhorias na base operacional | 2.283 |
| | Melhorias na BR-369 | 2.113 |
| | Desocupação de faixa de domínio | 991 |
| | AutoBAn | 63.289 |
| | SP - 330 - 2ª Fase Complexo Jundiaí | 31.677 |
| | Faixa Adicional SP-330 | 22.400 |
| | Implantação caixas produtos perigosos SP-330 | 7.028 |
| | Melhoria na infraestrutura da sede de Jundiaí | 1.860 |
| | Alça de acesso SP-330 km 109 | 324 |
| | RodoAnel Oeste | 31.466 |
| | Implantação e ajustes de caixas de retenção SP-021 | 30.623 |
| | Melhoria na infraestrutura da sede | 843 |
| | SPVias | 15.296 |
| | Duplicação da SP-255, SP-258 e SP-270 | 15.019 |
| | Melhoria na infraestrutura da sede | 277 |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

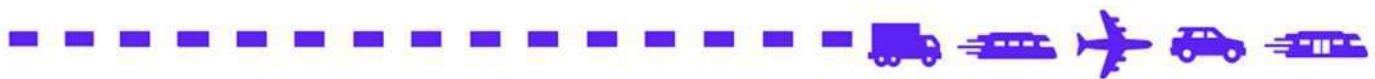
| | | |
|---------|---|----------------|
| Trilhos | ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | 610.118 |
| | Revitalização de trens e estações | 452.235 |
| | Sinalização de ferrovias e Energia (Contrato Siemens) | 133.595 |
| | Aquisições de trens (Contrato Alstom) | 20.824 |
| | Implantação de passarelas | 2.020 |
| | Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens | 1.444 |
| | ViaQuatro | 232.178 |
| | Revitalização de trens e estações | 229.029 |
| | Aquisição de Trens (Fase II) | 3.149 |
| | ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 58.609 |
| | Revitalização de trens e estações | 24.104 |
| | Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens | 13.125 |
| | Remodelação da Estação Santo Amaro | 9.884 |
| | Extensão (Linha 5) | 9.114 |
| | Sistemas para aprimoramento da proteção da informação | 2.382 |
| | Metrô Bahia | 56.427 |
| | Revitalização de trens e estações | 52.160 |
| | Aquisição veículos operacionais | 4.267 |
| | VLT Carioca | 34.801 |
| | Revitalização de trens e estações | 25.630 |
| | Melhorias no Terminal Intermodal Gentileza (TIG) | 6.344 |
| | Regularização de escopo adicional ao contrato de implantação | 1.208 |
| | Melhorias dos ativos e sistemas operacionais | 890 |
| | Melhorias dos ativos e sistemas de rede | 729 |

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 530.743 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 527.318 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 8,83% a.a. e 6,86% a.a., respectivamente.

Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em 31 de dezembro de 2025, foram concluídas as avaliações de recuperabilidade de ativos intangíveis de determinadas concessões da Motiva, que apresentavam indicativos de redução ao valor recuperável. Não foi identificada necessidade de constituição de provisão de perda ao valor recuperável.

O valor recuperável dos ativos intangíveis foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

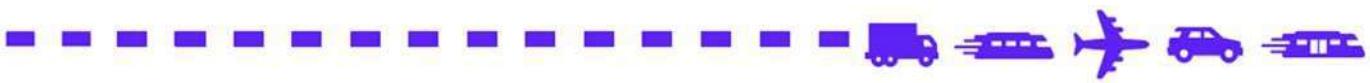
avaliação econômica estimada até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflete as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio.

Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de recuperação e expansão na infraestrutura das concessões, taxas de descontos e direitos de reequilíbrios contratuais.

15. Propriedades para investimento - Consolidado

O saldo de propriedades para investimento compreende o terreno adquirido pela investida SPCP, reclassificado de ativo imobilizado para propriedade para investimento em 2023, e mensurado pelo custo, no montante de R\$ 276.913.

Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse ativo pelo seu valor justo, o saldo apurado seria R\$ 828.700 (nível 3). O valor justo foi apurado pelo método comparativo direto, que envolve a comparação com amostras de características semelhantes.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

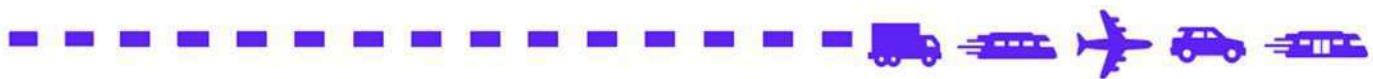
| Empresa | Instituições financeiras | Taxas contratuais (% a.a.) | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Vencimento final | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar | 2025 | 2024 |
|------------------------------|--|-------------------------------|---|-------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|------------------|-------------------------|
| | | | | | | | 2025 | 2024 |
| Aéris (*) | Santander | USD + 4,6% a.a. | N/I | Dezembro de 2025 | - | - | - | 404.862 (g) |
| BH Airport (*) | BNDES (Subcrédito A e B) | TJLP + 2,31% a.a. | 2,3814% (b) | Dezembro de 2035 | 2.164 | - | - | 411.161 (c) (d) (e) (h) |
| Bloco Central (*) | BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos | 6,0323% a.a. | 6,4131% (b) | Julho de 2045 | 230 | - | - | 8.143 (k) |
| Bloco Central (*) | BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos | 6,5594% a.a. | 6,9531% (b) | Julho de 2045 | 3.593 | - | - | 127.194 (k) |
| Bloco Central (*) | BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso) | IPCA + 8,052378% a.a. | 8,4241% (b) | Outubro de 2047 | 1.698 | - | - | 68.690 (d) (e) (j) |
| Bloco Central (*) | BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 2º desembolso) | IPCA + 8,052378% a.a. | 8,4850% (b) | Outubro de 2047 | 1.150 | - | - | - (d) (e) (j) |
| Bloco Sul (*) | BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 1º desembolso) | IPCA + 8,252144% a.a. | 8,7324% (b) | Outubro de 2047 | 4.899 | - | - | 146.685 (d) (e) (j) |
| Bloco Sul (*) | BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 2º desembolso) | IPCA + 8,252144% a.a. | 8,5313% (b) | Outubro de 2047 | 382 | - | - | - (d) (e) (j) |
| CAP(*) | Maduro and Currie's Bank | USD + 4,2% a.a. | N/I | Março de 2032 | - | - | - | 209.059 (e) |
| Metrô Bahia | BNDES - FINEM II (Subcrédito A e B) | TJLP + 3,18% a.a. | 3,4364% (b) | Outubro de 2042 | 43.108 | 19.016 | 2.566.598 | 2.562.914 (c) (e) |
| Metrô Bahia | BNDES (Subcrédito A) | TJLP + 3,18% a.a. | N/I | Outubro de 2042 | - | - | 3.099 | 3.124 (c) (e) |
| Metrô Bahia | BNDES II (Subcrédito E) | TJLP + 4% a.a. | 4,3450% (b) | Outubro de 2042 | 13.085 | 6.641 | 701.770 | 699.264 (c) (e) |
| Metrô Bahia | BNDES (Subcrédito C) | TJLP + 3,4% a.a. | 3,4979% (b) | Outubro de 2042 | 8.871 | 7.955 | 435.472 | 434.775 (c) (e) |
| Pantanal | BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1) | TJLP + 2% a.a. | 2,2338% (b) | Março de 2039 | 17.013 | 6.327 | 520.139 | 544.761 (c) (e) (g) |
| Pantanal | Caixa Econômica Federal | TJLP + 2% a.a. | 2,1918% (b) | Março de 2039 | 2.598 | 995 | 99.126 | 103.836 (c) (e) (g) |
| Pantanal | Caixa Econômica Federal | TJLP + 2% a.a. | 2,4844% (b) | Março de 2039 | 2.671 | 1.034 | 40.667 | 42.541 (c) (e) (g) |
| RioSP | BNDES I (Subcrédito A - 1º desembolso) | 8,684820% a.a. | 9,2597% (b) | Fevereiro de 2047 | 15.027 | 14.917 | 366.263 | - (c) (e) (f) (j) |
| ViaLagos (a) | JPMorgan Chase | USD + 5,88% a.a. | N/I | Junho de 2025 | - | - | - | 92.956 (i) |
| ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | BNDES II (Subcrédito A) | IPCA + 7,91% a.a. | 8,3342% (b) | Dezembro de 2048 | 6.286 | 5.601 | 218.314 | 208.119 (c) (e) (f) (j) |
| ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | BNDES II (Subcrédito A) | IPCA + 7,91% a.a. | 8,3297% (b) | Dezembro de 2048 | 20.218 | 18.021 | 708.049 | 675.009 (c) (e) (f) (j) |
| ViaSul | BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso) | IPCA + 4,60% a.a. | 5,4367% (b) | Dezembro de 2044 | 4.725 | 3.564 | 83.084 | 78.044 (c) (e) (g) |
| ViaSul | BNDES - FINEM (Subcrédito B - 1º desembolso) | IPCA + 4,60% a.a. | 5,2196% (b) | Dezembro de 2044 | 5.125 | 4.014 | 112.639 | 104.733 (c) (e) (g) |
| ViaSul | BNDES - FINEM (Subcrédito B - 2º desembolso) | IPCA + 4,60% a.a. | 5,9391% (b) | Dezembro de 2044 | 5.336 | 4.312 | 55.352 | 51.112 (c) (e) (g) |
| ViaSul | BNDES (Capital giro) | Pré 7,42% a.a. | N/I | Outubro de 2029 | - | - | 120.168 | 127.021 (k) |
| ViaSul | BNDES - FINEM (Subcrédito B - 3º desembolso) | IPCA + 4,598216% a.a. | 5,0599% (b) | Dezembro de 2044 | 1.113 | 1.067 | 32.460 | - (c) (e) (g) |
| ViaSul | BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso) | IPCA + 7,7788% a.a. | 8,2846% (b) | Dezembro de 2043 | 743 | 720 | 21.652 | - (c) (e) (g) |
| ViaSul | BNDES - FINEM (Subcrédito B - 4º desembolso) | IPCA + 4,598216% a.a. | 5,0881% (b) | Dezembro de 2044 | 4.522 | 4.419 | 130.730 | - (c) (e) (g) |
| ViaSul | BNDES - FINEM (Subcrédito A - 2º desembolso) | IPCA + 7,7788% a.a. | 8,2926% (b) | Dezembro de 2043 | 2.969 | 2.922 | 85.933 | - (c) (e) (g) |
| VLT Carioca | BNDES - FINEM I (Subcrédito A e C) | TJLP + 3,44% a.a. | 3,8659% (b) | Novembro de 2035 | 18.490 | 5.214 | 775.010 | 799.994 (c) (d) (e) (f) |
| VLT Carioca | BNDES - FINEM I (Subcrédito B) | 6,14% a.a. | N/I | Novembro de 2035 | - | - | 30.900 | 33.119 (c) (d) (e) (f) |
| Total | | | | | | 106.739 | 7.107.425 | 7.937.116 |

(*) Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda.

| | Consolidado | |
|------------------------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 |
| Circulante | 273.529 | 368.923 |
| Empréstimos e financiamentos | 282.634 | 377.495 |
| Valor justo | - | (4) |
| Custos de transação | (9.105) | (8.568) |
| Não circulante | 6.833.896 | 7.568.193 |
| Empréstimos e financiamentos | 6.931.530 | 7.661.299 |
| Custos de transação | (97.634) | (93.106) |
| Total | 7.107.425 | 7.937.116 |

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 21;
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (c) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (d) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (e) Garantia real;
- (f) Suporte de capital da Motiva (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*;
- (g) 100% aval/fiança corporativa da Motiva;
- (h) Aval/fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (i) Não existem garantias;
- (j) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
- (k) Fiança bancária.

| | Consolidado |
|---|--------------------|
| | 2025 |
| Cronograma de desembolsos (não circulante) | |
| 2027 | 279.891 |
| 2028 | 298.463 |
| 2029 | 315.371 |
| 2030 | 312.062 |
| 2031 em diante | 5.725.743 |
| (-) Custo de transação | (97.634) |
| Total | 6.833.896 |

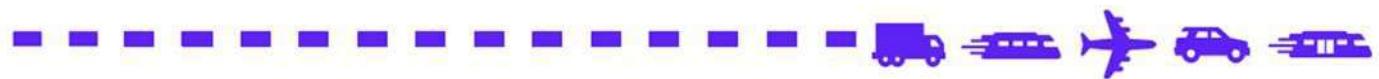


Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

17. Debêntures e notas comerciais

| Empresa | Série | Taxas contratuais | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) | Vencimento final | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar | | 2025 | 2024 |
|-------------------------------|---|---------------------|---|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | | | | | | | | | |
| Motiva | 14º Emissão - Série 2 | IPCA + 4,25% a.a. | (b) | Dezembro de 2028 | 10.167 | - | 350.454 | 439.919 (c) | |
| Motiva | 15º Emissão - Série 1 | IPCA + 4,88% a.a. | (b) | Novembro de 2033 | 18.180 | - | 449.361 | 441.202 (c) | |
| Motiva | 16º Emissão - Série 2 | IPCA + 6,4370% a.a. | 6,9460% (a) | Janeiro de 2036 | 33.785 | 24.762 | 918.908 | 876.759 (c) | |
| Motiva | 16º Emissão - Série 2 | IPCA + 6,4370% a.a. | (b) | Janeiro de 2036 | 38.337 | - | 1.060.972 | 1.001.535 (c) | |
| Motiva | 17º Emissão - Série única | CDI + 7,75% a.a. | 0,8308% (a) | Julho de 2029 | 7.109 | 4.617 | 2.407.796 | 2.361.551 (c) | |
| Motiva | 18º Emissão - Série única | CDI + 0,57% a.a. | 0,6270% (a) | Mai de 2030 | 3.477 | 3.129 | 1.339.787 | - (c) | |
| Motiva | 19º Emissão - Série 1 | CDI + 0,47% a.a. | 0,5150% (a) | Outubro de 2032 | 1.433 | 1.397 | 511.588 | - (c) | |
| Motiva | 19º Emissão - Série 2 | IPCA + 6,6497% a.a. | 7,1455% (a) | Outubro de 2037 | 14.510 | 14.365 | 391.948 | - (c) | |
| Motiva | 19º Emissão - Série 2 | IPCA + 6,6497% a.a. | (b) | Outubro de 2037 | - | - | 963.528 | - (c) | |
| | | | | | | Subtotal | Controladora | 48.270 | 8.394.342 |
| | | | | | | | | | 5.120.966 |
| AutoBAn (m) | 14º Emissão - Série única | CDI + 2,14% a.a. | 2,3194% (a) | Junho de 2028 | 20.402 | - | - | 2.650.343 (c) | |
| AutoBAn | 15º Emissão - Série única | CDI + 0,44% a.a. | 0,4903% (a) | Novembro de 2030 | 5.402 | 4.424 | 2.039.258 | 2.009.002 (c) | |
| AutoBAn | 16º Emissão - Série 1 | CDI + 0,50% a.a. | 0,5534% (a) | Julho de 2032 | 4.755 | 4.455 | 1.486.291 | - (c) | |
| AutoBAn | 16º Emissão - Série 2 | IPCA + 7,0457% a.a. | (b) | Julho de 2037 | - | - | 1.181.726 | - (c) | |
| Bloco Central (l) | 3º Emissão - Série única | IPCA + 6,98% a.a. | 7,0561% (a) | Outubro de 2047 | 6.876 | - | - | 850.498 (e) (f) (g) (j) | |
| Bloco Sul (l) | 3º Emissão - Série 1 | IPCA + 6,99% a.a. | 7,0784% (a) | Outubro de 2047 | 20.532 | - | - | 2.659.379 (e) (f) (g) (j) | |
| Bloco Sul (l) | 3º Emissão - Série 2 | IPCA + 6,99% a.a. | 7,2953% (a) | Outubro de 2047 | 16.410 | - | - | 695.960 (e) (f) (g) (j) | |
| Pampulha (m) (l) | 2º Emissão - Série única (Nota Comercial) | CDI + 1,10% a.a. | 1,3075% (a) | Junho de 2026 | - | - | - | 49.945 (d) | |
| PRVias | 1º Emissão - Série única | IPCA + 7,60% a.a. | (b) | Fevereiro de 2030 | - | - | 1.097.165 | - (d) | |
| RioSP | 2º Emissão - Série 1 | IPCA + 6,90% a.a. | 6,9791% (a) | Junho de 2047 | 3.783 | 3.604 | 530.139 | 507.546 (e) (f) (g) (h) (k) | |
| RioSP | 2º Emissão - Série 2 | IPCA + 6,90% a.a. | 6,9791% (a) | Junho de 2047 | 15.131 | 14.415 | 2.120.557 | 2.030.183 (e) (f) (g) (h) (k) | |
| RodoAnel Oeste | 8º Emissão - Série única | IPCA + 5,95% a.a. | 6,4342% (a) | Abri de 2031 | 9.465 | 7.173 | 438.819 | 418.696 (c) | |
| RodoAnel Oeste | 9º Emissão - Série única | CDI + 0,50% a.a. | 0,6058% (a) | Novembro de 2028 | 407 | 261 | 132.363 | 131.617 (c) | |
| Rota Sorocabana | 2º Emissão - Série única | IPCA + 7,78% a.a. | (b) | Fevereiro de 2033 | - | - | 2.253.233 | - (d) | |
| SPVias (m) | 12º Emissão - Série única | CDI + 1,70% a.a. | 2,1880% (a) | Março 2028 | 2.575 | - | - | 127.879 (c) | |
| SPVias | 13º Emissão - Série única | CDI + 1,30% a.a. | 1,5477% (a) | Março 2028 | 1.022 | 531 | 245.331 | 242.321 (c) | |
| SPVias | 14º Emissão - Série única | CDI + 0,47% a.a. | 0,6142% (a) | Maio de 2029 | 2.171 | 1.370 | 549.492 | 641.251 (c) | |
| ViaCosteira | 1º Emissão - Série única | CDI + 0,47% a.a. | 0,5861% (a) | Setembro de 2027 | 1.031 | 604 | 311.959 | 307.566 (d) | |
| ViaCosteira | 2º Emissão - Série única | CDI + 0,38% a.a. | 0,4458% (a) | Setembro de 2028 | 723 | 663 | 386.921 | - (d) | |
| ViaLagos | 7º Emissão - Série única | CDI + 0,60% a.a. | 0,6895% (a) | Dezembro de 2031 | 1.217 | 1.049 | 200.916 | 199.749 (c) | |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 2º Emissão - Série única | 9,76% a.a. | (b) | Abri de 2030 | 20.919 | - | 428.597 | 425.673 (e) (f) (g) (j) | |
| ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | 3º Emissão - Série única | IPCA + 6,4544% a.a. | 6,5219% (a) | Outubro de 2048 | 19.901 | 17.193 | 2.818.850 | 2.698.458 (e) (f) (g) (i) (h) (k) | |
| ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 | 4º Emissão - Série única | IPCA + 7,25% a.a. | 7,9038% (a) | Janeiro de 2042 | 53.672 | 46.872 | 1.345.269 | 1.282.646 (e) (f) (g) (i) (h) (k) | |
| ViaQuatro | 5º Emissão - Série 1 | CDI + 2,30% a.a. | 2,5373% (a) | Março de 2028 | 10.072 | 815 | 325.069 | 429.440 (e) (f) (g) | |
| ViaQuatro | 5º Emissão - Série 2 | IPCA + 7,0737% a.a. | 7,2943% (a) | Março de 2028 | 5.534 | 516 | 299.117 | 383.997 (e) (f) (g) | |
| ViaQuatro | 6º Emissão - Série única | CDI + 1,10% a.a. | 1,1493% (a) | Junho de 2031 | 2.629 | 2.015 | 944.153 | 942.249 (c) | |
| ViaSul | 1º Emissão - Série única | IPCA + 6,70% a.a. | 6,6699% (a) | Fevereiro de 2045 | 6.286 | 4.628 | 1.078.216 | 1.003.268 (f) (g) (h) | |
| VLT Carioca | 2º Emissão - Série única (Nota Comercial) | CDI + 2,50% a.a. | 3,4151% (a) | Setembro de 2026 | 1.263 | 336 | 65.909 | 55.774 (d) | |
| VLT Carioca | 3º Emissão - Série única (Nota Comercial) | CDI + 0,75% a.a. | 0,8791% (a) | Mai de 2025 | 92 | - | - | 77.221 (d) | |
| VLT Carioca | 4º Emissão - Série única (Nota Comercial) | CDI + 0,32% a.a. | 0,5696% (a) | Mai de 2026 | 188 | 79 | 83.264 | - (d) | |
| | | | | | | Total | | 167.943 | 30.133.266 |
| | | | | | | | | | 25.941.627 |



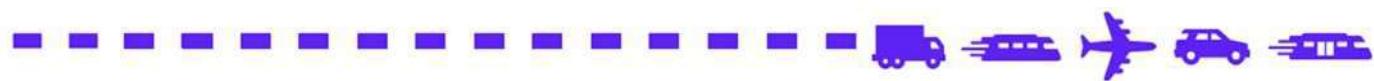
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Circulante | 501.197 | 365.360 | 1.583.484 | 1.082.007 |
| Debêntures e notas comerciais | 425.412 | 325.783 | 1.398.665 | 988.588 |
| Valor justo | 82.100 | 43.865 | 204.353 | 116.306 |
| Custos de transação | (6.315) | (4.288) | (19.534) | (22.887) |
| Não circulante | 7.893.145 | 4.755.606 | 28.549.782 | 24.859.620 |
| Debêntures e notas comerciais | 8.230.887 | 5.126.677 | 29.121.389 | 25.545.360 |
| Valor justo | (295.787) | (341.690) | (423.198) | (499.125) |
| Custos de transação | (41.955) | (29.381) | (148.409) | (186.615) |
| Total | 8.394.342 | 5.120.966 | 30.133.266 | 25.941.627 |

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à Taxa Interna de Retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 22;

Garantias:

- (c) Não existem garantias;
- (d) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (e) Garantia real;
- (f) Alienação fiduciária;
- (g) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (h) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- (i) Fiança bancária até a constituição das garantias reais de projeto;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

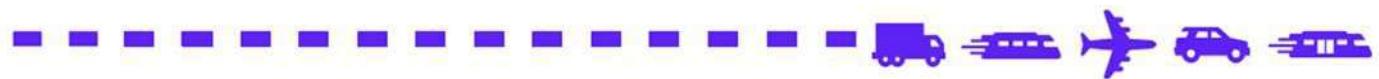
- (j) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*;
- (k) Suporte de capital da Motiva (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*;
- (l) Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda; e
- (m) Liquidada antecipadamente.

| Cronograma de desembolsos (não circulante) | 2025 | |
|---|---------------------|--------------------|
| | Controladora | Consolidado |
| 2027 | 896.567 | 1.885.196 |
| 2028 | 1.006.580 | 2.125.040 |
| 2029 | 878.905 | 2.813.371 |
| 2030 | 1.454.502 | 4.523.914 |
| 2031 em diante | 3.994.333 | 17.773.868 |
| Valor justo | (295.787) | (423.198) |
| (-) Custo de transação | (41.955) | (148.409) |
| Total | 7.893.145 | 28.549.782 |

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixem de pagar valores devidos em outros contratos por elas firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures e notas comerciais.

18. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais – Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

| | Cíveis, Administrativos e outros | Trabalhistas e previdenciários | Tributários | Contratuais (a) | Total |
|--|--|-----------------------------------|---------------|-----------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 103.085 | 150.930 | 60.560 | 71.167 | 385.742 |
| Constituição | 81.992 | 68.432 | 10.941 | 295 | 161.660 |
| Reversão | (43.339) | (48.917) | (11.497) | (70.596) | (174.349) |
| Pagamentos | (91.312) | (54.769) | (15.004) | (118) | (161.203) |
| Atualização de bases processuais e monetária | 9.667 | 15.605 | 2.518 | - | 27.790 |
| Transferência para mantidos para venda | - | (34.443) | - | - | (34.443) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 60.093 | 96.838 | 47.518 | 748 | 205.197 |

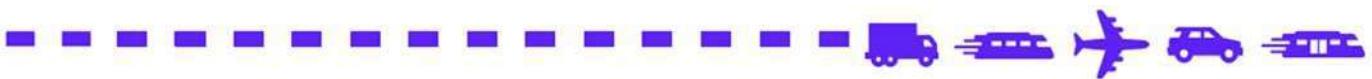
(a) Da reversão de R\$ 70.596, o valor de R\$ 68.790 está relacionado à quitação não litigiosa de multas contratuais por meio da realização de investimentos, em função da assinatura do Termo Aditivo n.º 1 da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, conforme detalhado na nota explicativa n.º 1.1.1.a.

18.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

| | 2025 | 2024 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Tributários (a) (b) (c) | 1.497.839 | 1.591.276 |
| Cíveis, administrativos e outros (d) | 171.545 | 246.186 |
| Trabalhistas e previdenciários | 101.913 | 103.311 |
| Total | 1.771.297 | 1.940.773 |

Os principais processos relativos às questões tributárias são:

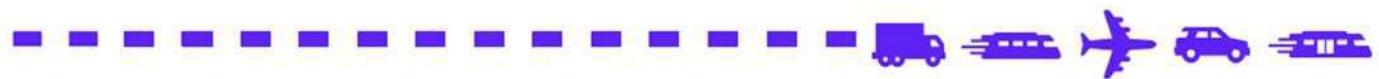


Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) R\$ 451.061 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 395.336 em 31 de dezembro de 2024) por supostos débitos de IRPJ e CSLL, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que para fins de garantia da parcela controvertida dos anos-calendários de 2014 a 2017, houve a apresentação de seguro, atualmente no valor de R\$ 215.750 (R\$ 202.255 em 31 de dezembro de 2024), e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objetos de depósito judicial, no valor total de R\$ 235.310 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 193.080 em 31 de dezembro de 2024). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal;
- (b) R\$ 235.298 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 217.126 em 31 de dezembro de 2024) por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas, reduzido para R\$ 181.823 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 168.183 em 31 de dezembro de 2024). Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 25 de junho de 2024, a PGFN interpôs recurso especial e, em 10 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou suas contrarrazões. Em 9 de setembro de 2025, o recurso foi rejeitado. Aguarda-se notificação;
- (c) R\$ 368.099 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 465.733 em 31 de dezembro de 2024) por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 26 de junho de 2024, a PGFN interpôs recurso especial e, em 1º de abril de 2025, a Companhia apresentou suas contrarrazões. Em 9 de setembro de 2025, o recurso foi rejeitado. Aguarda-se notificação; e

No que tange aos processos relativos às questões cíveis, administrativas e outros:

- (d) O saldo em 31 de dezembro de 2025, é composto, substancialmente, por (i) autos de infração da RDN sobre discussões de atendimento aos níveis mínimos dos serviços de operação, conservação e manutenção, (ii) indenização por responsabilidade civil contra as concessionárias do grupo, e (iii) processos pulverizados de diversas naturezas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 21.175 (R\$ 20.216 em 31 de dezembro de 2024).

19. Provisão de manutenção - Consolidado

| | Circulante | Não circulante | Total |
|--|----------------|----------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 511.472 | 553.935 | 1.065.407 |
| Constituição | 327.619 | 191.674 | 519.293 |
| Ajuste a valor presente | 34.994 | 54.533 | 89.527 |
| Transferências | 373.724 | (373.724) | - |
| Realização | (884.185) | - | (884.185) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 363.624 | 426.418 | 790.042 |

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

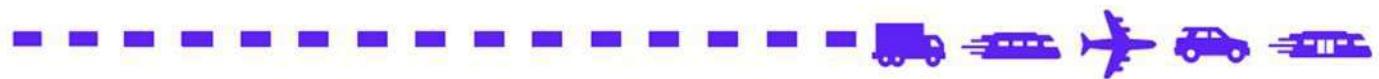
O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.126.100, composto por 2.020.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

20.2. Custos de captação

Nesta rubrica foram reconhecidos os custos de transação relativos aos processos de oferta pública de ações ocorridos em 2009 e 2017.

20.3. Transação com sócios

Refere-se a ganho em transação com sócios decorrentes de cessão de opção de compra de terreno e aquisição de mútuos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.4. Ágio em transição de capital

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos decorrentes das mudanças na participação societária da controladora sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

20.5. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20.6. Reserva para equalização de dividendos e investimentos

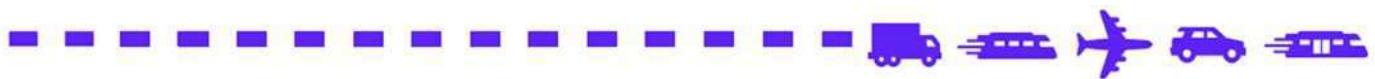
Reserva prevista no Estatuto Social da Companhia, tem como finalidade garantir recursos para (i) pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas; e (ii) realização de investimentos em seus negócios, de suas sociedades controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital.

20.7. Reserva de lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar constituída sobre o valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

20.8. Reserva de retenção de lucros

Constituída nos termos do artigo n.º 196 da Lei n.º 6.404/76. Essa retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CA), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2026, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

20.9. Dividendos

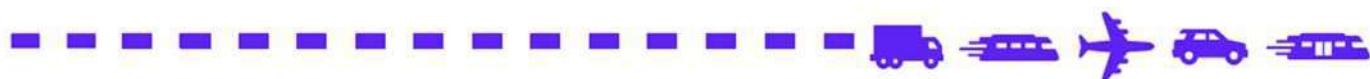
Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 23 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) o pagamento de dividendos adicionais do exercício de 2024, no montante de R\$ 319.928, correspondentes a R\$ 0,159141232 por ação ordinária em circulação, à conta do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. O pagamento foi realizado em 6 de maio de 2025.

Em 30 de julho de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2025, no montante de R\$ 360.575, correspondentes a R\$ 0,179347034 por ação ordinária em circulação, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2025 e 30 de junho de 2025. O pagamento foi realizado em 15 de agosto de 2025.

Em 5 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2025, no montante de R\$ 294.244, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2025. O pagamento foi realizado em 19 de dezembro de 2025.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:



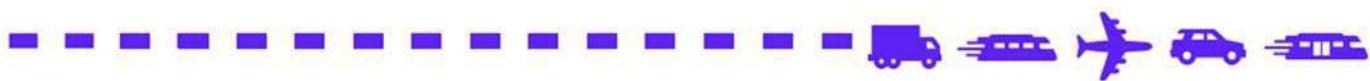
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | |
|---|------------------|
| Lucro líquido do exercício (controladora) | 3.279.585 |
| (-) Constituição de reserva legal | <u>(163.978)</u> |
| Lucro líquido ajustado | <u>3.115.607</u> |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado | 778.902 |
| Dividendo mínimo aprovado e pago | <u>(654.819)</u> |
| Complemento do destaque de dividendo mínimo obrigatório | <u>(124.083)</u> |

20.10. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- Hedge de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.11. Lucro por ação básico e diluído

| Controladora e Consolidado | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | (Reapresentado) |
| Numerador | | | | 2024 |
| Lucro das operações continuadas | 3.010.487 | 1.120.328 | 2.904.235 | 1.024.160 |
| Lucro das operações descontinuadas | 269.098 | 128.367 | 375.350 | 224.535 |
| Lucro líquido do exercício | 3.279.585 | 1.248.695 | 3.279.585 | 1.248.695 |
| Denominador (em milhares) | | | | |
| Média ponderada de ações - básico | 2.010.408 | 2.015.237 | 2.010.408 | 2.015.237 |
| Média ponderada de ações - diluído | 2.020.000 | 2.020.000 | 2.020.000 | 2.020.000 |
| Lucro líquido por ação - básico | 1,63130 | 0,55593 | 1,63130 | 0,61963 |
| Lucro das operações continuadas | 1,49745 | 0,55593 | 1,44460 | 0,50821 |
| Lucro das operações descontinuadas | 0,13385 | - | 0,18670 | 0,11142 |
| Lucro líquido por ação - diluído | 1,62356 | 0,55462 | 1,62356 | 0,61817 |
| Lucro das operações continuadas | 1,49034 | 0,55462 | 1,43774 | 0,50701 |
| Lucro das operações descontinuadas | 0,13322 | - | 0,18582 | 0,11116 |
| Lucro líquido por ação - básico e diluído | 3,25486 | 1,11055 | 3,25486 | 1,23780 |

20.12. Ações em Tesouraria - Recompra de Ações

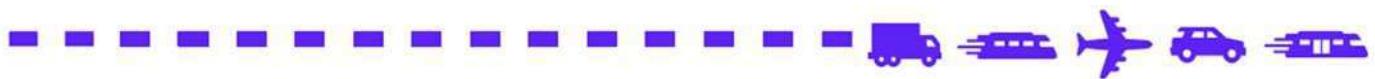
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 9.512.335 ações ordinárias de sua própria emissão mantidas em tesouraria, sendo que destas, 2.000 ações são anteriores aos programas de recompra mencionados acima.

20.13. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em 16 de abril de 2025, houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 2.308.697 ações, sendo 1.747.868 ações do plano regular e 560.829 ações do plano extraordinário;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

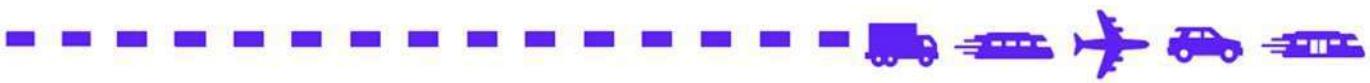
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59;
- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58, já para o plano extraordinário R\$ 10,06;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e
- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1^a parcela, 3 anos de *vesting* para a 2^a parcela e 4 anos de *vesting* para a 3^a parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 2.308.697 ações, sendo 1.747.868 ações do plano regular e 560.829 ações do plano extraordinário, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em exercícios anteriores mantêm as mesmas características divulgadas nas notas explicativas dos respectivos exercícios, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 434.763 ações, o cancelamento de 367.273 ações em razão de desligamentos e a retenção de 56.211 ações para fins de recolhimento de IRRF, restando 3.525.302 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 32.403, relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.



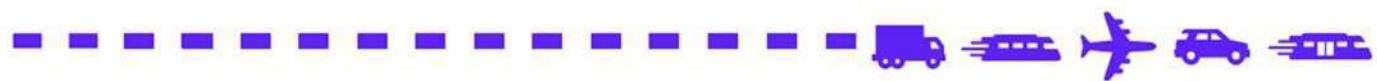
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receitas operacionais líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------------------|----------------------|-------------------|-------------------|
| | 2024 (Reapresentad o) | | 2024 | |
| | 2025 | 2025 (Reapresentado) | 2025 | 2024 |
| Receita bruta | 92.926 | 77.167 | 19.768.343 | 18.992.695 |
| Receitas de pedágio | - | - | 9.673.167 | 8.975.150 |
| Receitas de construção (ICPC 01 R1) | - | - | 4.960.113 | 5.705.197 |
| Receitas metroviárias | - | - | 2.616.550 | 2.449.720 |
| Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes | - | - | 661.576 | 588.041 |
| Receitas acessórias | 1.419 | 1.242 | 308.194 | 286.357 |
| Receitas aquaviárias | - | - | 11.309 | 100.420 |
| Receitas de serviços de fibra óptica | - | - | 3.148 | 26.698 |
| Receitas de contraprestação pecuniária variável | - | - | 99.545 | 95.204 |
| Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas | 91.507 | 75.925 | 3.564 | 4.223 |
| Receita de reequilíbrio - ViaQuatro | - | - | 933.413 | 247.637 |
| Receita de reequilíbrio - SPVias | - | - | 63.296 | - |
| Reequilíbrio de isenções judiciais - RioSP | - | - | 20.094 | - |
| Receita de reequilíbrio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | - | - | - | 18.628 |
| Receitas de contraprestação pecuniária - parcela B | - | - | 45.023 | 35.749 |
| Mitigação de risco de demanda projetada | - | - | 369.351 | 459.671 |
| Deduções das receitas brutas | (11.927) | (16.069) | (917.698) | (876.762) |
| Impostos sobre receitas | (11.927) | (8.962) | (903.367) | (863.298) |
| Abatimentos | - | (7.107) | (14.331) | (13.464) |
| Receita operacional líquida | 80.999 | 61.098 | 18.850.645 | 18.115.933 |

22. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|
| | 2024 | | 2024 | |
| | 2025 | 2025 (Reapresentado) | 2025 | 2024 |
| Despesas financeiras | (1.255.493) | (1.401.299) | (4.805.007) | (3.972.053) |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais | (656.142) | (478.826) | (3.270.224) | (2.580.714) |
| Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais | (136.949) | (154.173) | (792.532) | (535.733) |
| Variação cambial sobre empréstimos | - | - | (138) | (23.538) |
| Juros e variações monetárias | (1.323) | (351) | (9.425) | (39.003) |
| Perda com operações de derivativos | (261.729) | (617.283) | (622.393) | (714.563) |
| Juros sobre impostos parcelados, contribuições e multa com os Poderes Concedentes | - | - | (1.637) | (1.463) |
| Ajuste a valor presente da provisão de manutenção | - | - | (89.527) | (85.126) |
| Capitalização de custos dos empréstimos | - | - | 680.062 | 396.863 |
| Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures | (147.852) | (107.092) | (385.193) | (112.169) |
| Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros | (646) | (651) | (4.926) | (8.561) |
| Ajuste a valor presente - arrendamento | (161) | (174) | (1.715) | (3.593) |
| Taxas, comissões e outras despesas financeiras | (50.691) | (42.749) | (307.359) | (264.453) |
| Receitas financeiras | 643.590 | 1.065.646 | 1.680.923 | 1.502.984 |
| Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos | 36 | - | 9.971 | 3.403 |
| Juros e variações monetárias | 196.002 | 193.356 | 28.923 | 30.151 |
| Ganho com operações de derivativos | 268.700 | 298.837 | 575.039 | 344.295 |
| Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures | 63.715 | 428.480 | 221.216 | 490.440 |
| Ajuste a valor presente - contratos | - | - | 2.055 | 1.181 |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 97.079 | 129.636 | 776.039 | 578.076 |
| Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros | 296 | 622 | 551 | 2.809 |
| Juros e outras receitas financeiras | 17.762 | 14.715 | 67.129 | 52.629 |
| Resultado financeiro líquido | (611.903) | (335.653) | (3.124.084) | (2.469.069) |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros

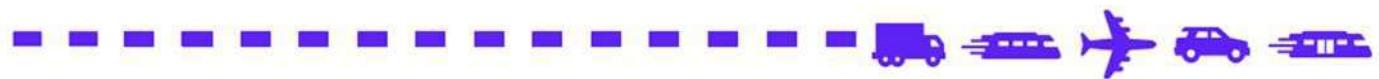
23.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

| Ativo | Nível | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------------------|--------------------|---------------------|---------------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Valor justo através do resultado | | | | | |
| Caixa e bancos | Nível 2 | 354 | 457 | 60.200 | 405.619 |
| Aplicações financeiras | Nível 2 | 2.292.210 | 1.900.613 | 7.606.889 | 5.986.668 |
| Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva | Nível 2 | - | 7.727 | 427.164 | 530.707 |
| Contas a receber de operações com derivativos | Nível 2 | 217.096 | 81.507 | 234.777 | 101.543 |
| Valor justo através do resultado abrangente | | | | | |
| Contas a receber de operações com derivativos | Nível 2 | - | - | 408 | 1.728 |
| Custo amortizado | | | | | |
| Contas a receber das operações | | 120 | 114 | 923.310 | 1.147.810 |
| Contas a receber dos Poderes Concedentes | | - | - | 6.838.812 | 6.689.612 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 415.729 | 330.919 | 2.503 | 65.710 |
| Mútuos com partes relacionadas | | 669.803 | 1.344.543 | 152.585 | 241.753 |
| Títulos e valores mobiliários | | - | - | 20.373 | - |
| AFAC - partes relacionadas | | 42.810 | 161.039 | 2.159 | 403 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio | | 1.250.798 | 865.685 | - | - |
| Passivo | Nível | (8.825.160) | (5.363.122) | (39.377.352) | (38.959.848) |
| Valor justo através do resultado | | | | | |
| Debêntures e notas comerciais (a) | Nível 2 | (3.028.942) | (2.030.181) | (8.114.488) | (2.637.259) |
| Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (a) | Nível 2 | (2.824.315) | (1.882.656) | (7.785.036) | (2.308.329) |
| Contas a pagar de operações com derivativos | Nível 2 | (204.627) | (147.525) | (329.452) | (235.974) |
| Custo amortizado | | | | | |
| Debêntures e notas comerciais (a) | | (5.796.218) | (3.332.941) | (31.262.864) | (36.322.589) |
| Empréstimos e financiamentos (a) | | (5.570.027) | (3.238.310) | (22.348.230) | (23.633.298) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | | (96.578) | (89.198) | (1.378.712) | (1.639.490) |
| Mútuos com partes relacionadas | | - | - | - | (230.591) |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | | (4.048) | (3.954) | (17.194) | (45.468) |
| AFAC - partes relacionadas | | (1.196) | (1.196) | (1.196) | (1.196) |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | | (124.369) | (283) | (398.763) | (167.002) |
| Obrigações com os Poderes Concedentes | | - | - | (11.344) | (2.761.384) |
| Total | | (3.936.240) | (670.518) | (23.108.172) | (23.788.295) |

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado - A controlada ViaLagos captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), remunerado à variação do



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

USD + 5,88% a.a., tendo sido contratado swap trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por CDI + 1,60% a.a.. A Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Em 26 de junho de 2025, ocorreu a liquidação do contrato de empréstimo.

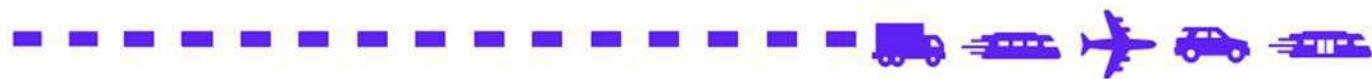
Empréstimos, debêntures e notas comerciais mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| | Valor contábil | Valor justo |
| Empréstimos (a) | - | - | - | - | - | - | 127.021 | 103.841 |
| Debêntures e notas comerciais (a) | 5.618.297 | 5.483.139 | 3.271.979 | 3.156.226 | 22.516.173 | 21.264.731 | 23.842.800 | 22.121.488 |

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados spreads contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como spread a curva de crédito ANBIMA triple A na data-base.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) – A Companhia e suas controladas captaram recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados swaps trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 8.003.881 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.691.148 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Empresa | Série | Taxa contratual da divida | Taxa contratual - Swap | Custo amortizado (a) |
|-------------------------------|---------------------------------------|---------------------------|---|----------------------|
| Motiva | Debêntures - 14ª Emissão - Série 2 | IPCA + 4,25% a.a. | CDI + 1,76% a.a. | 387.911 |
| Motiva | Debêntures - 15ª Emissão - Série 1 | IPCA + 4,8791% a.a. | CDI + 1,3763% a.a. | 557.621 |
| Motiva | Debêntures - 16ª Emissão - Série 2 | IPCA + 6,4370% a.a. | CDI + 0,90% a.a. / 107,2% CDI a.a. / CDI + 0,85% a.a. / 105,78% CDI a.a. | 2.092.470 |
| AutoBAn | Debêntures - 16ª Emissão - Série 2 | IPCA + 7,0457% a.a. | CDI - 0,80% / CDI - 0,805% / CDI - 0,815% | 1.144.276 |
| PRVias | Debêntures - 1ª Emissão - Série única | IPCA + 7,60% a.a. | CDI + 0,07% a.a. (<i>string</i>) / CDI + 0,08% a.a. (<i>string</i>) | 1.107.708 |
| Rota Sorocabana | Debêntures - 2ª Emissão - Série única | IPCA + 7,78% a.a. | CDI + 0,0375% a.a. (<i>string</i>) / CDI + 0,0151% a.a. (<i>fluxo capitalizado</i>) | 2.239.580 |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | Debêntures - 2ª Emissão - Série única | 9,76% a.a. | CDI + 1,44% a.a. | 474.315 |
| Total | | | | 8.003.881 |

(a) Valores brutos dos custos de transação.

23.2. Instrumentos financeiros derivativos

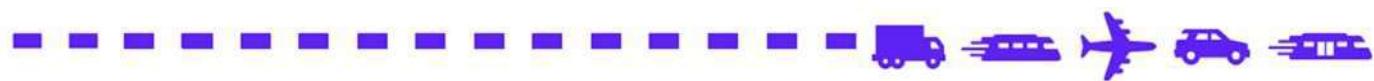
As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025 têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Motiva contratou operações de *swap* para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira, riscos de inflação/juros de emissões de debêntures, e *NDF* (*Non-Deliverable Forward*) para proteção de riscos cambiais dos contratos com fornecedores estrangeiros. Abaixo estão detalhadas as operações vigentes em 31 de dezembro de 2025:

| Empresa | Risco | Risco coberto |
|-------------------------------|------------------------|---|
| AutoBAn | Swap - riscos de juros | 100% Debêntures - 16ª Emissão - Série 2 |
| Motiva | Swap - riscos de juros | 100% Debêntures - 14ª Emissão - Série 2 |
| Motiva | Swap - riscos de juros | 100% Debêntures - 15ª Emissão - Série única |
| Motiva | Swap - riscos de juros | 58,28% Debêntures - 16ª Emissão - Série 2 |
| Motiva | Swap - riscos de juros | 69,23% Debêntures - 19ª Emissão - Série 2 |
| PRVias | Swap - riscos de juros | 100% Debêntures - 1ª Emissão - Série única |
| Rota Sorocabana | Swap - riscos de juros | 100% Debêntures - 2ª Emissão - Série única |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | Swap - riscos de juros | 100% Debêntures - 2ª Emissão - Série única |

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Operação | Data de vencimento | Valor de referência (Nacional) | | Valores brutos contratados e liquidados | | Efeito acumulado | | Resultado | |
|-------------------------------|--------------------|--------------------------------|-----------|---|-----------------------------|------------------|-----------|----------------------------|---------------------------------------|
| | | Moeda local | | Moeda local Recebidos / (Pagos) | Valores a receber / a pagar | 2025 | 2024 | Ganho (Perda) em resultado | Ganho (Perda) em resultado abrangente |
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Swap - riscos cambiais | | - | 15.000 | 7.932 | (2.828) | - | 19.939 | (12.007) | 17.599 |
| ViaLagos | 2025 | - | 15.000 | 7.932 | (2.828) | - | 19.939 | (12.007) | 17.599 |
| Swap - riscos de juros | | 7.736.310 | 2.704.980 | (95.569) | (61.042) | (94.675) | (154.370) | (35.874) | (387.867) |
| AutoBAn | 2037 | 1.100.000 | - | - | - | 16.616 | - | 16.616 | - |
| Motiva | 2023 a 2037 | 2.876.310 | 2.004.980 | (71.516) | (46.858) | 12.469 | (66.018) | 6.971 | (318.446) |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 2030 | 700.000 | 700.000 | (24.053) | (15.309) | (52.892) | (88.352) | 11.407 | (69.477) |
| RodoAnel Oeste | 2024 | - | - | - | 1.125 | - | - | - | 56 |
| Rota Sorocabana | 2033 | 2.050.000 | - | - | - | (37.108) | - | (37.108) | - |
| PRVias | 2030 | 1.010.000 | - | - | - | (33.760) | - | (33.760) | - |
| NDF - riscos cambiais | | 432.300 | 235.094 | 505 | (8.714) | 408 | 1.728 | 527 | - |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 | 2023 a 2025 | - | 14.658 | 505 | 66 | - | 1.728 | 527 | - |
| ViaQuatro | 2026 a 2031 | 432.300 | - | - | - | 408 | - | - | 408 |
| CPC | 2024 | - | 220.436 | - | (8.780) | - | - | - | (8.780) |
| Total | | 8.168.610 | 2.955.074 | (87.132) | (72.584) | (94.267) | (132.703) | (47.354) | (370.268) |
| | | | | | | | | (1.342) | (6.693) |

23.3. Análise de sensibilidade

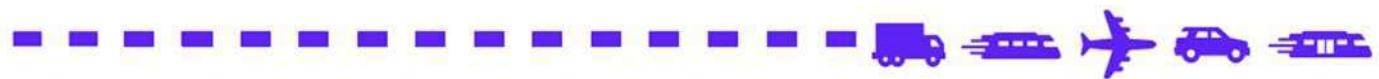
As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

23.3.1. Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes à variação cambial sobre dívidas e contratos com fornecedores estrangeiros e NDF sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data destas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.



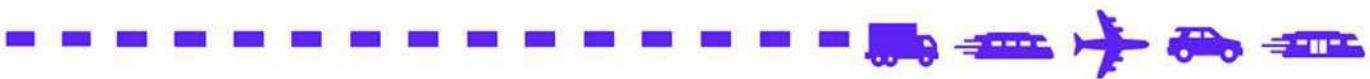
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Operação | Risco | Exposição em moeda estrangeira ⁽¹⁾ | Consolidado - Efeito em R\$ no resultado e no resultado abrangente | | |
|--|----------------------|---|--|----------------|----------------|
| | | | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| Compromissos com fornecedores estrangeiros | Dólar / Euro | (12.068) | - | (3.017) | (6.034) |
| Total do efeito de perda | | | - | (3.017) | (6.034) |
| Moedas em 31/12/2025: | | | | | |
| | Dólar ⁽²⁾ | | 5.5024 | 6.8780 | 8.2536 |
| | Euro ⁽²⁾ | | 6.4692 | 8.0865 | 9.7038 |

- (1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação; e
- (2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2025, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

23.3.2. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais, mútuos, obrigações parceladas e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Risco | Exposição em R\$ (7) (8) | Consolidado - Efeito em R\$ no resultado | | |
|--|-----------------------------|--|--------------------|--------------------|
| | | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| CDI | (18.761.022) | (2.768.759) | (3.442.083) | (4.115.160) |
| IPC-A | (13.045.304) | (1.459.454) | (1.606.161) | (1.752.869) |
| TJLP | (5.570.243) | (703.021) | (828.423) | (953.858) |
| USD | (164.285) | - | - | - |
| Pré | 323.247 | - | - | - |
| SOFR diária | (476.833) | (23.941) | (34.049) | (45.806) |
| Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e notas comerciais | | (4.955.175) | (5.910.716) | (6.867.692) |
| CDI | (168.066) | (24.656) | (28.232) | (31.834) |
| Efeito sobre os mútuos | | (24.656) | (28.232) | (31.834) |
| Selic over | (14.016) | (2.088) | (2.611) | (3.133) |
| Efeito sobre as obrigações parceladas | | (2.088) | (2.611) | (3.133) |
| CDI | 10.769.956 | 1.248.907 | 1.472.853 | 1.695.770 |
| Efeito sobre as aplicações financeiras | | 1.248.907 | 1.472.853 | 1.695.770 |
| Total do efeito líquido de ganhos / perdas | | (3.733.012) | (4.468.704) | (5.206.889) |

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

| | | | |
|-------------------------------|----------|----------|----------|
| Aumento do CDI ⁽²⁾ | 14,9000% | 18,6250% | 22,3500% |
| IPC-A ⁽³⁾ | 4,2600% | 5,3250% | 6,3900% |
| TJLP ⁽⁴⁾ | 9,1900% | 11,4875% | 13,7850% |
| Selic over ⁽⁵⁾ | 15,0000% | 18,7500% | 22,5000% |
| SOFR diária ⁽⁶⁾ | 3,7200% | 4,6500% | 5,5800% |
| Redução do CDI ⁽²⁾ | 14,9000% | 11,1750% | 7,4500% |

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

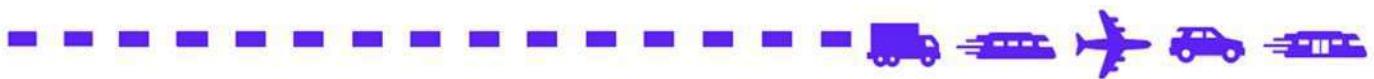
Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3. Nas investidas em que os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, foi considerado o aumento da taxa CDI para calcular os cenários de estresse. Nas investidas em que as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, foi considerada a diminuição da taxa do CDI para calcular os cenários de estresse;

(3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;

(4) Taxa de 31/12/2025, divulgada pelo BNDES;

(5) Taxa de 31/12/2025, divulgada pelo Banco Central do Brasil;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (6) Taxa SOFR, divulgada diariamente pelo Federal Reserve, em 31/12/2025;
- (7) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (8) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP, IPCA Selic e SOFR).

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão - Consolidado

24.1. Compromissos com o Poder Concedente

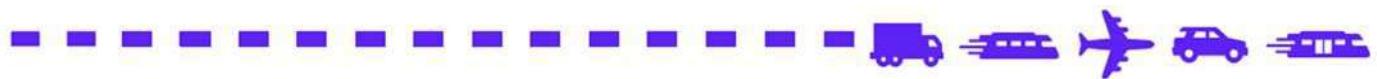
| Outorga variável | % Base | Valor pago no exercício | | Circulante | |
|-------------------------------|--|-------------------------|----------------|---------------|---------------|
| | | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Outorga variável | % Base | 219.167 | 244.875 | 11.344 | 50.972 |
| AutoBAn | 1,5 Receita bruta | 60.304 | 56.234 | 5.198 | 4.669 |
| BH Airport (*) | 5,0 Receita bruta (a) | 20.455 | 16.290 | - | 23.522 |
| Curaçao Airport (CAP) (*) | 16,0 Receita aeronáutica e não aeronáutica | 83.061 | 88.781 | - | 14.751 |
| Pampulha (*) | 5,0 Receita bruta | 702 | - | - | 702 |
| RodoAnel Oeste | 3,0 Receita bruta | 14.689 | 13.524 | 1.280 | 1.128 |
| Rota Sorocabana | 2,0 Receita bruta | 21 | - | 1.089 | - |
| SPViás | 1,5 Receita bruta | 18.756 | 17.381 | 1.739 | 1.500 |
| ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 | 1,0 Receita bruta | 5.774 | 5.789 | 2.038 | 734 |
| VOE | 3,0 Receita bruta | 15.405 | 46.876 | - | 3.966 |
| Ônus de fiscalização | | 695 | - | 1.569 | - |
| Rota Sorocabana | 3,0 Receita bruta | 695 | - | 1.569 | - |
| Total | | 219.862 | 244.875 | 12.913 | 50.972 |

(*) Classificado como ativo mantido para venda.

- (a) Receita bruta, deduzida de 26,42% sobre as receitas tarifárias (incorporação do ATAERO às receitas reguladas), líquido de Pis e Cofins.

24.2. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos Índices de Reajuste Tarifário (IRT) de cada concessionária, portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

| Empresa | 2025 | 2024 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| AutoBAn | 2.631.949 | 3.044.183 |
| Pantanal | 12.082.501 | - |
| PRVias | 10.719.282 | - |
| RioSP | 13.907.512 | 14.812.092 |
| RodoAnel Oeste (a) | 451.303 | 437.258 |
| Rota Sorocabana | 8.545.565 | - |
| SPVias | 1.571.829 | 1.134.742 |
| ViaCosteira | 1.084.001 | 1.479.666 |
| ViaLagos | 63.117 | 62.040 |
| ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (a) | 34.273 | 118.299 |
| ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (a) | 1.084.686 | 1.062.245 |
| ViaQuatro (a) (b) | 879.802 | 750 |
| ViaSul | 3.090.465 | 3.960.670 |
| Total | 56.146.285 | 26.111.945 |

(a) Os valores representam 100% da concessionária; e

(b) O aumento refere-se a investimentos adicionais de R\$ 3.898.964, contratados com o Poder Concedente por meio do Termo Aditivo n.º 10, líquido de R\$ 2.982.399 referentes a aportes públicos a serem recebidos.

Além dos itens citados no quadro, a VOE possui saldo de compromissos de investimentos de R\$ 518.707.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes (exceto para Rota Sorocabana, Pantanal e PRVias, que existem contingências contempladas desde a conquista dos ativos), de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

25.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Efeito no caixa líquido das atividades operacionais | (42.771) | (2.212) | (122.088) | (2.212) |
| Ganhos de capital na alienação de investimentos | - | (2.212) | - | (2.212) |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros e Indenizações | - | - | (122.088) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (42.771) | - | - | - |
| Variações nos ativos e passivos | (297.504) | 2.212 | 173.907 | 397.039 |
| Contas a receber dos Poderes Concedentes | - | - | 19.098 | 85.729 |
| Contas a receber de partes relacionadas | (6.891) | - | 5.785 | (38.499) |
| Tributos a recuperar | (46.658) | - | (3.099) | 8.023 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos | (273.955) | - | - | - |
| Despesas antecipadas e outros créditos | - | 104.913 | - | 104.913 |
| Alienação Samm | - | (102.701) | - | (102.701) |
| Fornecedores | - | - | 122.123 | - |
| Ativo financeiro | - | - | - | 339.574 |
| Outras obrigações | 30.000 | - | 30.000 | - |
| Efeito no caixa líquido das atividades de investimento | 340.275 | - | (28.097) | (428.646) |
| Mútuos com partes relacionadas | (1.200.939) | - | - | - |
| Transação com sócios | 213.598 | - | (30.000) | - |
| Outros ativo imobilizado e intangível | - | - | (21.819) | (428.646) |
| Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos | 1.445.845 | - | 23.722 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas | (118.229) | - | - | - |
| Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento | - | - | (23.722) | 33.819 |
| Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores | - | - | (23.722) | - |
| Mútuo com partes relacionadas | - | - | - | 33.819 |

25.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

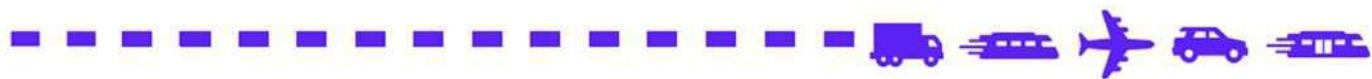
| Controladora | Debêntures e notas comerciais | Dividendos e juros sobre capital próprio | Operações com derivativos | Passivo de arrendamento | Ações em tesouraria | Total |
|---|-------------------------------|--|---------------------------|-------------------------|---------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | (5.120.966) | (283) | (66.018) | (1.165) | 120.491 | (5.067.941) |
| Variações dos fluxos de caixa de financiamento | (2.396.184) | 974.747 | 71.516 | 1.755 | - | (1.348.166) |
| Captações (líquidas dos custos de transação) | (3.100.580) | - | - | - | - | (3.100.580) |
| Pagamentos de principal | 151.624 | - | - | 1.755 | - | 153.379 |
| Pagamentos de juros | 552.772 | - | - | - | - | 552.772 |
| Dividendos pagos a Acionistas da Controladora | - | 974.747 | - | - | - | 974.747 |
| Liquidação de operações com derivativos | - | - | 71.516 | - | - | 71.516 |
| Outras variações que não afetam caixa | (877.192) | (1.098.833) | 6.971 | (3.107) | (17.375) | (1.989.536) |
| Despesas com juros, variação monetária e cambial | (793.055) | - | - | - | - | (793.055) |
| Resultado das operações com derivativos e valor justo | (84.137) | - | 6.971 | - | - | (77.166) |
| Ajuste a valor presente | - | - | - | (161) | - | (161) |
| Dividendos | - | (1.098.833) | - | - | - | (1.098.833) |
| Ações em tesouraria liquidadas | - | - | - | - | (17.375) | (17.375) |
| Adições | - | - | - | (2.946) | - | (2.946) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | (8.394.342) | (124.369) | 12.469 | (2.517) | 103.116 | (8.405.643) |

| Consolidado | Empréstimos e financiamentos | Debêntures e notas comerciais | Mútuos com partes relacionadas | Dividendos e juros sobre capital próprio | Participação dos acionistas não controladores | Operações com derivativos | Passivo de arrendamento | Ações em tesouraria | Total |
|--|------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|--|---|---------------------------|-------------------------|---------------------|---------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | (7.937.116) | (25.941.627) | (230.591) | (167.002) | (393.195) | (132.703) | (23.377) | 120.491 | (34.705.120) |
| Variações dos fluxos de caixa de financiamento | 1.584.065 | (729.113) | - | 974.747 | (5.479) | 87.132 | 22.339 | - | 1.933.591 |
| Captações (líquidas dos custos de transação) | (627.654) | (12.514.507) | - | - | - | - | - | - | (13.142.161) |
| Pagamentos de principal | 276.893 | 5.387.534 | - | - | - | - | 16.790 | - | 5.681.217 |
| Pagamentos de juros | 559.031 | 2.142.078 | - | - | - | - | - | - | 2.701.109 |
| Dividendos pagos | - | - | - | 974.747 | 54.005 | - | - | - | 1.028.752 |
| Integralização de capital e plano de incentivo de longo prazo, líquidável em ações | - | - | - | - | (63.962) | - | - | - | (63.962) |
| Liquidação de operações com derivativos | - | - | - | - | - | 87.132 | - | - | 87.132 |
| Operações descontinuadas | 1.375.795 | 4.255.782 | - | - | 4.478 | - | 5.549 | - | 5.641.604 |
| Outras variações que não afetam caixa | (754.374) | (3.462.526) | 230.591 | (1.206.508) | (92.511) | (48.696) | (25.880) | (17.375) | (5.377.279) |
| Despesas com juros, variação monetária e cambial | (754.370) | (3.298.553) | 154.220 | - | - | (48.696) | - | - | (3.898.703) |
| Resultado das operações com derivativos e valor justo | (4) | (163.973) | - | - | - | - | (24.202) | - | (212.673) |
| Resultado de contratos de arrendamento | - | - | - | - | - | - | - | - | (24.202) |
| Resultado do exercício de acionistas não controladores | - | - | - | - | (223.912) | - | - | - | (223.912) |
| Dividendo a pagar | - | - | - | (1.206.508) | 107.679 | - | - | - | (1.098.829) |
| Impostos sobre mútuo | - | - | (23.129) | - | - | - | - | - | (23.129) |
| Ajuste a valor presente | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.678) |
| Redução de capital | - | - | - | - | 23.722 | - | - | - | 23.722 |
| Ações em tesouraria líquidas | - | - | - | - | - | - | - | (17.375) | (17.375) |
| Cessão de direitos creditórios | - | - | 99.500 | - | - | - | - | - | 99.500 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | (7.107.425) | (30.133.266) | - | (398.763) | (491.185) | (94.267) | (26.918) | 103.116 | (38.148.708) |

26. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a ASUR, por meio do qual, a Companhia obrigou-se a vender e a ASUR obrigou-se a adquirir, a totalidade das ações da CPC, *holding* que concentra as participações da Companhia em ativos aeroportuários no Brasil e no exterior. O valor do patrimônio líquido da CPC foi avaliado em R\$ 5.000.000, sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A efetivação da operação depende do cumprimento de condições suspensivas, incluindo aprovações regulatórias no Brasil (ANAC) e no exterior, além de autoridades concorrentiais. Espera-se que até junho de 2026 se conclua a transação de venda.

Dessa forma, a CPC atendeu aos critérios de classificação como “ativo mantido para venda” e de “operações descontinuadas” simultaneamente, em conexão com o plano estratégico da Administração,



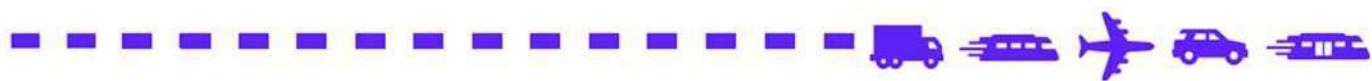
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprovado pelos órgãos de governança da Companhia. Como parte da classificação de um grupo de ativos como ativo mantido para venda, a Companhia mensurou este grupo de ativos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Não foi identificado indicativo de perda por redução ao valor recuperável no momento do reconhecimento inicial da classificação da controlada CPC como ativo mantido para venda, pois foram mensurados com base nos saldos contábeis existentes, os quais se aproximavam substancialmente de seus respectivos valores justos.

O segmento de aeroportos não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa do período comparativo estão sendo reapresentadas para divulgar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

26.1. Resultado líquido de operações descontinuadas

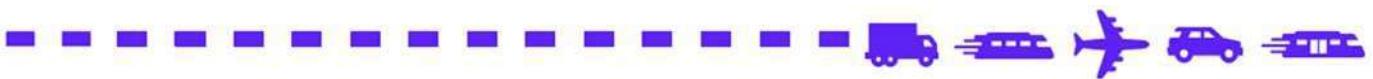
| | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|
| | 2025 | 2024 |
| Receitas | 2.805.341 | 3.667.858 |
| Custos | (1.612.429) | (2.801.302) |
| Lucro Bruto | 1.192.912 | 866.556 |
| Despesas Gerais e Administrativas | (214.721) | (244.494) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 8.051 | 13.257 |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 231.009 | 175.582 |
| Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos | 1.217.251 | 809.960 |
| Resultado financeiro líquido | (825.485) | (623.321) |
| Lucro antes dos impostos | 391.766 | 186.639 |
| Impostos sobre o lucro | (34.477) | 4.533 |
| Resultado líquido de operações descontinuadas | 357.289 | 191.172 |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2. Principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------|
| | 2025 | 2024 |
| Ativos mantidos para venda | 12.497.890 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa | 830.898 | - |
| Aplicações financeiras | 270.742 | - |
| Contas a receber das operações | 271.590 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 825.441 | - |
| Investimentos | 516.121 | - |
| Imobilizado | 53.886 | - |
| Intangível e infraestrutura em construção | 8.972.763 | - |
| Outros | 756.449 | - |
| Passivos mantidos para venda | 9.458.995 | - |
| Fornecedores | 167.631 | - |
| Obrigações fiscais | 92.245 | - |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 80.996 | - |
| Outras obrigações | 2.987.259 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 1.416.159 | - |
| Debêntures | 4.687.463 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 27.242 | - |



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

| | |
|---------------------------------------|---|
| Miguel Nuno Simões Nunes F. Setas | Diretor Presidente |
| André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes | Diretor Vice-Presidente de Negócios |
| Eduardo Siqueira Moraes Camargo | Diretor Vice-Presidente de Negócios |
| Pedro Paulo Archer Sutter | Diretor Vice-Presidente de Inovação, Tecnologia, Risco e Sustentabilidade |
| Roberto Penna Chaves Neto | Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais |
| Rodrigo Araujo Alves | Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores |
| Waldo Edwin Perez Leskovar | Diretor Vice-Presidente de Capex, SupplyChain e Serviços Compartilhados |
| Raquel Cardoso da Silva | Diretora Vice-Presidente de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional |

Composição do Conselho de Administração

| | |
|--|----------------------------------|
| João Henrique Batista de Souza Schmidt | Membro Efetivo (Presidente) |
| Claudio Borin Guedes Palaia | Membro Efetivo (Vice-Presidente) |
| Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna | Membro Efetivo |
| Eduardo Bunker Gentil | Membro Efetivo Independente |
| Eliane Aleixo Lustosa de Andrade | Membro Efetivo Independente |
| José Guimarães Monforte | Membro Efetivo Independente |
| Leonardo de Mattos Galvão | Membro Efetivo |
| Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Júnior | Membro Efetivo |
| Mateus Gomes Ferreira | Membro Efetivo |
| Roberto Egydio Setúbal | Membro Efetivo |
| Vicente Furletti Assis | Membro Efetivo |

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Conselho Fiscal

Leda Maria Deiro Hahn
Maria Cecília Rossi
Piedade Mota da Fonseca

Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos

Jorge Roberto Manoel
Coordenador

Eduardo Bunker Gentil
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
José Guimarães Monforte



MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ Nº. 02.846.056/0001-97

NIRE Nº. 35.300.158.334

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2026 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”) e do artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2026, no valor de R\$ 8.339.000.000,00 (oito bilhões e trezentos e trinta e nove milhões de reais) conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada nesta data.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 8.339.000.000,00

Aplicações

| | |
|--|----------------------|
| Investimento consolidado planejado para 2026 nos projetos atualmente detidos pela Companhia | R\$ 8.339.000.000,00 |
|--|----------------------|

Origens/Fontes de Financiamento

| | |
|--|----------------------|
| Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2025 | R\$ 2.356.365.240,04 |
| Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros | R\$ 5.982.634.759,96 |

São Paulo/SP, 9 de fevereiro de 2026.

Assinado por:

João Henrique Batista de Souza Schmidt

A326CAC47FAE454...

JOÃO HENRIQUE BATISTA DE SOUZA SCHMIDT
Presidente do Conselho de Administração

Certificado de Conclusão

Identificação do envelope: C02E0ECB-D0E5-4D0B-A72C-E26BE7577E68

Status: Concluído

Assunto: Motiva - Proposta Orçamento Capital 2026 - VF - Assinatura solicitada

Unidade proprietária do documento: CCR S.A

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1 Assinaturas: 1

Certificar páginas: 4 Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com EnvelopeID (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:

Rafael Valente Latorre

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães

Pellegrini

nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro

Jundiaí/SP, SP 13.209-500

rafael.latorre@motiva.com.br

Endereço IP: 158.95.44.140

Rastreamento de registros

Status: Original

09/02/2026 15:28:26

Portador: Rafael Valente Latorre

rafael.latorre@motiva.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

João Henrique Batista de Souza Schmidt

joao.schmidt@votorantim.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

 Assinado por:
João Henrique Batista de Souza Schmidt
A320CAC47FAE454...

Registro de hora e data

Enviado: 09/02/2026 15:29:52

Visualizado: 09/02/2026 15:36:25

Assinado: 09/02/2026 15:36:35

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 179.160.141.8

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/02/2026 15:36:25

ID: 233d9b60-a4ed-4830-be17-9a669aff1e13

Nome da empresa: GBS

| Eventos do signatário presencial | Assinatura | Registro de hora e data |
|--|------------------------|-------------------------|
| Eventos de entrega do editor | Status | Registro de hora e data |
| Evento de entrega do agente | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega intermediários | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega certificados | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de cópia | Status | Registro de hora e data |
| Eventos com testemunhas | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos do tabelião | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos de resumo do envelope | Status | Carimbo de data/hora |
| Envelope enviado | Com hash/criptografado | 09/02/2026 15:29:52 |
| Entrega certificada | Segurança verificada | 09/02/2026 15:36:25 |
| Assinatura concluída | Segurança verificada | 09/02/2026 15:36:35 |
| Concluído | Segurança verificada | 09/02/2026 15:36:35 |
| Eventos de pagamento | Status | Carimbo de data/hora |
| Termos de Assinatura e Registro Eletrônico | | |



MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ Nº. 02.846.056/0001-97

NIRE Nº. 35.300.158.334

- PARECER DO CONSELHO FISCAL -

Os membros do Conselho Fiscal da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras”), do orçamento de capital e da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à proposta de orçamento de capital e de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo/SP, 06 de fevereiro de 2026.

DocuSigned by:

Piedade Mota da Fonseca
0A0341A02473492...
PIEDADE MOTA DA FONSECA

DocuSigned by:

Leda Maria Deiro Hahn
519DF91452FC42A...
LEDA MARIA DEIRO HAHN

DocuSigned by:

Maria Cecilia Rossi
F304800322524D4...
MARIA CECILIA ROSSI

Certificado de Conclusão

Identificação do envelope: 795B4C73-B149-4070-99DB-D2AA79BC3A56

Status: Concluído

Assunto: Motiva - Parecer Conselho Fiscal - DFs 2025 - assinatura solicitada

Unidade proprietária do documento: CCR S.A

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1

Assinaturas: 3

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Rafael Valente Latorre

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães

Selo com EnvelopeID (ID do envelope): Ativado

Pellegrini

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro

Jundiaí/SP, SP 13.209-500

rafael.latorre@motiva.com.br

Endereço IP: 158.95.110.63

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Rafael Valente Latorre

Local: DocuSign

06/02/2026 11:55:41

rafael.latorre@motiva.com.br

Eventos do signatário

Leda Maria Deiro Hahn

ledahahn@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura


DocuSigned by:
Leda Maria Deiro Hahn
519DF91452FC42A...

Registro de hora e data

Enviado: 06/02/2026 11:58:56

Visualizado: 06/02/2026 12:07:34

Assinado: 06/02/2026 12:07:45

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/02/2026 12:07:34

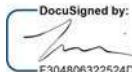
ID: a1c64270-b638-4050-9bb5-8fa2ab300520

Nome da empresa: GBS

Maria Cecilia Rossi

cecilia@interlinkconsultoria.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)


DocuSigned by:
F304806322524D4...

Enviado: 06/02/2026 11:58:57

Visualizado: 06/02/2026 12:03:23

Assinado: 06/02/2026 12:03:30

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/02/2026 12:03:23

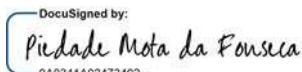
ID: e173a883-7959-49e8-95ee-2c06469f38d7

Nome da empresa: GBS

Piedade Mota da Fonseca

piedademfonseca@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)


DocuSigned by:
Piedade Mota da Fonseca
0A0341A02473492...

Enviado: 06/02/2026 11:58:56

Visualizado: 06/02/2026 13:18:11

Assinado: 06/02/2026 13:18:23

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/02/2026 13:18:11

ID: 23cc7a1b-a77a-4e1a-8f58-b68eb135758d

Nome da empresa: GBS

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

| | | |
|---|------------------------|--------------------------------|
| Eventos de entrega do editor | Status | Registro de hora e data |
| Evento de entrega do agente | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega intermediários | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega certificados | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de cópia | Status | Registro de hora e data |
| Eventos com testemunhas | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos do tabelião | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos de resumo do envelope | Status | Carimbo de data/hora |
| Envelope enviado | Com hash/criptografado | 06/02/2026 11:58:57 |
| Entrega certificada | Segurança verificada | 06/02/2026 13:18:11 |
| Assinatura concluída | Segurança verificada | 06/02/2026 13:18:23 |
| Concluído | Segurança verificada | 06/02/2026 13:18:23 |
| Eventos de pagamento | Status | Carimbo de data/hora |
| Termos de Assinatura e Registro Eletrônico | | |

Relatório Anual do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Companhia” ou “Motiva”) - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos (“CAC”) da Motiva¹ é órgão de caráter permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração cujos objetivos, entre outros, incluem supervisionar as atividades dos auditores independentes relativamente à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; monitorar a qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras e dos mecanismos de controles internos utilizados; avaliar e monitorar a exposição de riscos considerando a política de riscos adotada; monitorar a adequação do *compliance* em relação às políticas e normas estabelecidas e que a forma de gerenciamento empreendida esteja em consistência com as diretrizes estratégicas da Motiva.

Responsabilidades e formação atual do Comitê

O CAC, no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão e monitoramento definidas a partir da legislação aplicável, do Estatuto Social da Companhia, assim como das disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração da Motiva e seus Comitês de Assessoramento, baseia suas análises e avaliações para formar seu julgamento e suas opiniões considerando, principalmente, (i) as informações recebidas da Diretoria Executiva e dos Gestores, incluindo, entre outros os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras; (ii) a estrutura de *Compliance*, de Riscos e Controles Internos e de Segurança Corporativa e Resiliência Empresarial; (iii) os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia (incluindo os projetos conduzidos por auditores terceirizados); e (iv) os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

O CAC é composto por quatro membros independentes, sendo três membros conselheiros de administração e um coordenador externo e atende os requisitos de manutenção de um membro com experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme requerido pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021.

Atividades do CAC

O CAC possui Plano de Trabalho definido anualmente, com agenda temática preparada considerando os temas de maior relevância. A agenda do CAC incorpora, ao longo do ano, as solicitações advindas do Conselho de Administração, como, também, outras situações que se requeiram, segundo a dinâmica e circunstâncias dos negócios da Companhia.

Ao longo do período de janeiro de 2025 até a data deste relatório, o CAC se reuniu em 20 (vinte) ocasiões, considerando as reuniões ordinárias e extraordinárias, (i) com diretores e

¹ Alteração da mudança de marca e da denominação social da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de abril de 2025, que passou de “CCR S.A.” para “MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.”.

colaboradores das várias unidades e áreas de negócios da Motiva; (ii) com a área de Auditoria Interna da Companhia, para discutir o funcionamento das respectivas áreas sob auditoria, eventuais deficiências e recomendações efetuadas para aprimoramento dos processos de trabalho dessas áreas, relativamente aos seus sistemas de controles internos, os planos de ação e seus respectivos desenvolvimentos; (iii) com os auditores independentes para conhecimento do escopo de trabalho, dos principais assuntos de auditoria, discussão dos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e as recomendações de controles internos efetuadas; (iv) com a área de *Compliance*, para acompanhamento dos trabalhos executados; (v) com a área de riscos e controles internos para análise e discussões relacionadas aos principais riscos identificados e das recomendações propostas para melhoria desses controles internos; e (vi) com outras áreas da Companhia, para discussão de temas específicos. Adicionalmente, os membros do CAC interagiram com os representantes das Unidades de Negócio da Companhia e visitaram a AutoBAn e Centro de Serviços Compartilhados.

Auditoria Interna:

O processo para elaboração do Plano de Auditoria Interna, proposto para o ano findo em 31 de dezembro de 2025, considera o mapeamento de temas prioritários da matriz de riscos corporativos, o planejamento estratégico, o universo auditável considerando a rotação de ênfase aprovada, o resultado dos trabalhos anteriormente executados, a identificação de principais riscos emergentes, além da avaliação e sinergia dos trabalhos realizados pelas áreas de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, Segurança Corporativa e Resiliência Empresarial, bem como discussões mantidas com os executivos das áreas de negócio da Companhia.

O plano proposto foi analisado e debatido com os membros do CAC que recomendaram a sua aprovação ao Conselho de Administração que, após revisão e considerações efetuadas, aprovou em 27 de novembro de 2024.

Referido Plano foi substancialmente concluído durante o ano de 2025 e foi composto por projetos englobando processos relevantes, tais como: Gestão de Metas, Gestão do Contrato de Concessão, Planejamento da Operação, Reequilíbrio Econômico Financeiro, Gestão de Licenças, Gestão dos Processos de Meio Ambiente, Gestão de Projetos de Engenharia e Qualidade, Aquisição de Contratação de Terceiros, Gestão de Almoxarifado/Estoques, Cibersegurança para OT – “*Operation Technology*”, Gestão de Segurança do Trabalho de Terceiros, Receitas Tarifárias para as Plataformas Rodovias e Trilhos, Gestão de Crises e Continuidade de Negócios da Linhas 8 e 9, Gestão Estratégica para ESG, Processamento da Folha de Pagamento.

O CAC revisou os assuntos relevantes classificados nesses relatórios com ênfase naqueles classificados como de risco muito alto e alto com a Auditoria Interna da Companhia que, como parte da execução de seus trabalhos, discutiu os resultados diretamente com os diretores e gestores das respectivas Plataformas de Negócio das entidades, assim como monitorou o andamento dos planos de ação elaborados para a correção das deficiências identificadas.

Compliance:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes temas:

- Monitoramento periódico do atendimento de *Compliance* referente às políticas e práticas da Companhia
- Resultados dos testes transacionais efetuados, suas conclusões e principais recomendações para aprimoramento de controles internos e planos de ação decorrentes
- Indicadores em geral, bem como os relatos de maior relevância do Canal Confidencial da Motiva
- Análise das conclusões de principais investigações e as medidas de remediação propostas
- Cronograma de atividades, análise crítica e resultados de auditorias referentes a extensão e manutenção das Certificações da ABNT NBR ISO 37001:2017 (Sistema de Gestão Antissuborno) e da ABNT NBR ISO 37301:2021 (Sistema de Gestão de *Compliance*) com foco em ESG, para a *Holding*, CSC e Plataformas de Negócios da Motiva
- Cronograma de atividades e monitoramento da evolução dos Pilares do Programa de Integridade da Motiva, incluindo:
 - atualização de políticas
 - riscos de suborno
 - cronograma de comunicação e treinamentos
 - *due diligence* de fornecedores, parceiros e beneficiários
 - embaixadores de *Compliance* declarações anuais obrigatórias
 - melhoria contínua, com automatizações e uso de inteligência artificial
- Monitoramento de Fornecedores Estratégicos, com a avaliação de riscos de *Compliance*, implementação de mitigadores e finalização da qualificação *Hands on ESG & Integridade*
- Principais indicadores quantitativos e qualitativos das Unidades que a Motiva detém participação societária compartilhada com outros sócios

Riscos e Controles:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes principais temas:

- Matriz de Riscos
- Plano Operacional de Gestão de Riscos e Controles Internos
- Agenda Temática de Riscos e Controles
- Metodologia de especificação de riscos: ativos com riscos predefinidos, sendo os principais: Ativos e Passivos Regulatórios, Variação de CAPEX, Clima
- Metodologia de rating risco-retorno para classificação dos ativos do portfólio

No contexto da agenda temática de Riscos e Controles da Companhia e de sua relevância, foram também discutidos com o CAC assuntos relacionados com: Gestão de Terceiros, Mudanças Regulatórias e Políticas, Segurança da Informação, Gestão de Ativos (Estruturas), Gestão de Licenças Operacionais, Responsabilidades

Contratuais, Implantações (CAPEX), Clima, Inadimplências, Gestão de Almoxarifado, Planejamento de Materiais, Segurança Ocupacional, Gestão de Ativos (Equipamentos) e Reputação, bem como aspectos econômicos - financeiros associados ao ambiente geral dos negócios.

Segurança Corporativa e Resiliência Empresarial:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes principais temas:

- Planos Operacionais de Resiliência Climática estruturados para todos os ativos, contemplando mitigação, adaptação e valoração
- Implementação da Gestão de Crises e Continuidade de Negócios – BIA – *Business Impact Analysis* – relacionada aos ativos classificados como críticos da Motiva
- Capacitação decorrente da Inclusão do Treinamento de Resiliência Empresarial no Sistema de Controles de Treinamentos
- Planos Operacionais de Resiliência Climática estruturados para todos os ativos, contemplando mitigação, adaptação e valoração
- Gestão de Seguros Corporativos
- Obtenção da Certificação ISO 22301 (Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios - SGCN) e do selo *Resilient Enterprise* emitido pelo DRI (*Disaster Recovery Institute*)
- Segurança Corporativa: Implementação do projeto de segurança orgânica na Nova Sede da *Holding*, bem como Projetos de Segurança em Rodovias (RioSP, ViaSul e VíaCosteira, Rota Sorocabana, PRVias) e em Trilhos (Linhas 4, 5 e 17, 8 e 9) incluindo aspectos tecnológicos
- Treinamentos relacionados à disseminação da Cultura de *Ciber Segurança Digital*

Outros temas:

Adicionalmente, o CAC (i) analisou as principais transações contratadas pela administração com Partes Relacionadas; (ii) recomendou ao Conselho de Administração a aprovação (a) do Código de Conduta Ética e Declaração de Direitos Humanos; (b) da POL 017 - Política do Sistema de Gestão de *Compliance*; (c) da POL 001 - Política da Empresa Limpa e Combate à Corrupção e ao Suborno; (e) do Orçamento da área de Riscos e Controles, *Compliance*, Auditoria Interna e do CAC; (iii) interagiu com a Companhia sobre o Plano de Resiliência Empresarial.

Auditoria Independente:

O CAC se reuniu em 10 (dez) ocasiões, entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026, com sócios e equipes da KPMG Auditores Independentes.

Os Auditores Independentes apresentaram ao CAC o escopo dos trabalhos planejados, os principais procedimentos de auditoria realizados e os pontos identificados como relevantes durante os trabalhos de auditoria para o fechamento das demonstrações financeiras trimestrais e anual relativas ao exercício findo em 31

de dezembro de 2025, incluindo os principais assuntos de auditoria (PAA) destacados pelo auditor independente em seu relatório com a descrição das principais atividades realizadas.

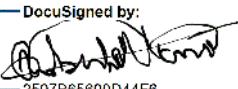
Em particular, foram também discutidos, com a presença da administração da Companhia, os principais reequilíbrios contratuais contabilizados, bem como os principais assuntos relacionados às transações do ano.

Os auditores independentes confirmaram ao CAC sua avaliação de independência em relação à Companhia. Adicionalmente, não veio ao conhecimento do Comitê nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes, tampouco de quaisquer divergências relevantes entre o posicionamento da administração e dos auditores independentes com respeito às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

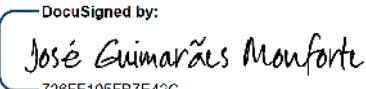
Recomendação referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Motiva - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2025

Os membros do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Motiva” ou “Companhia”) no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia e do Regimento Interno do Conselho de Administração da Motiva e seus Comitês de Assessoramento, procederam à análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, com base nos trabalhos efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, por unanimidade, recomendam ao Conselho de Administração da Motiva a aprovação dessas Demonstrações Financeiras para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2026.

DocuSigned by:

2597B65600D44F6...

Jorge Roberto Manoel
Coordenador do Comitê

DocuSigned by:

726FF105FB7E42C...

José Guimarães Monforte

DocuSigned by:

58E0307269B74C3...

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

Signed by:

77DC49853C284B1...

Eduardo Bunker Gentil

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 33A44813-D9BF-4F3A-9D04-C8F562C976C0

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Relatório Anual do CAC - VERSÃO FINAL - datada.docx

Unidade proprietária do documento: CCR S.A

Envelope fonte:

Documentar páginas: 5

Assinaturas: 4

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 16

Sara Cristina Cesar Xavier

Assinatura guiada: Ativado

Selo com EnvelopeID (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

AV CHEDID JAFET, 222, BLOCO B ANDAR 5, VILA

OLIMPIA, SAO PAULO - SP

São Paulo, SP 04551-065

sara.xavier@motiva.com.br

Endereço IP: 158.95.110.63

Rastreamento de registros

Status: Original

06/02/2026 07:13:47

Portador: Sara Cristina Cesar Xavier

sara.xavier@motiva.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Assinatura

Eduardo Bunker Gentil

eduardo@ebgconselhos.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)



77DC49853C284B1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 199.83.101.246
Assinado com o uso do celular

Registro de hora e data

Enviado: 06/02/2026 10:33:16

Reenviado: 09/02/2026 09:42:45

Visualizado: 09/02/2026 09:52:10

Assinado: 09/02/2026 09:52:34

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/02/2026 09:52:10

ID: 5d0cc2d3-d920-497d-8314-ab0e048c3f87

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

eliane.lustosa@elmoiminho.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)



58E0307269B74C3...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP:
2804:18:4877:b479:f477:1db8:e157:96bb
Assinado com o uso do celular

Enviado: 06/02/2026 10:33:15

Reenviado: 09/02/2026 10:45:06

Visualizado: 09/02/2026 12:46:13

Assinado: 09/02/2026 12:46:23

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/02/2026 12:46:13

ID: a7d9813a-8185-4120-8028-9296c202a51a

JORGE ROBERTO MANOEL

jorge.r.manoel@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)



2597B656000D44F6...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
Usando endereço IP: 200.245.117.52

Enviado: 06/02/2026 10:33:15

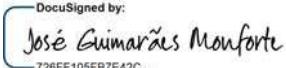
Visualizado: 06/02/2026 10:35:02

Assinado: 06/02/2026 10:49:14

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/02/2026 10:35:02

ID: 2952489a-e24e-47a2-be6f-4e4709fbff7

| Eventos do signatário | Assinatura | Registro de hora e data |
|--|--|---|
| José Guimarães Monforte jgmonforte@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) | <p>DocuSigned by:  726FF105FB7E42C...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 2804:7f0:bf43:36cb:c9ec:7e28:ffc8:c2 Assinado com o uso do celular</p> | Enviado: 06/02/2026 10:33:15 Visualizado: 09/02/2026 09:41:09 Assinado: 09/02/2026 09:41:27 |
| Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: | | |
| Aceito: 09/02/2026 09:41:09 ID: ef25392e-5445-4916-b7f0-7c624f867025 | | |
| Eventos do signatário presencial | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega do editor | Status | Registro de hora e data |
| Evento de entrega do agente | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega intermediários | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de entrega certificados | Status | Registro de hora e data |
| Eventos de cópia | Status | Registro de hora e data |
| Eventos com testemunhas | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos do tabelião | Assinatura | Registro de hora e data |
| Eventos de resumo do envelope | Status | Carimbo de data/hora |
| Envelope enviado | Com hash/criptografado | 06/02/2026 10:33:16 |
| Envelope atualizado | Segurança verificada | 09/02/2026 09:42:45 |
| Entrega certificada | Segurança verificada | 09/02/2026 09:41:09 |
| Assinatura concluída | Segurança verificada | 09/02/2026 09:41:27 |
| Concluído | Segurança verificada | 09/02/2026 12:46:23 |
| Eventos de pagamento | Status | Carimbo de data/hora |
| Termos de Assinatura e Registro Eletrônico | | |



MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ Nº. 02.846.056/0001-97

NIRE Nº. 35.300.158.334

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo/SP, 9 de fevereiro de 2026.

DocuSigned by:

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

43D5753A7BB049D...

**MIGUEL NUNO SIMÕES
NUNES FERREIRA SETAS**
DIRETOR PRESIDENTE

Assinado por:

Rodrigo Araujo Alves

43E022ADB5344D9...

RODRIGO ARAUJO ALVES

DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS E DE
RELACIONES COM INVESTIDORES

DocuSigned by:

Waldo Edwin Pérez Uslanov

6E4DE73F1B21424...

WALDO PEREZ
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE CAPEX,
SUPPLY CHAIN E SERVIÇOS COMPARTILHADOS

DocuSigned by:

Roberto Penna Chaves Neto

B55D13392E464D6...

ROBERTO PENNA CHAVES NETO

DIRETOR VICE-PRESIDENTE JURÍDICO, DE
GOVERNANÇA, COMPLIANCE E RELAÇÕES
GOVERNAMENTAIS

Assinado por:

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes

E315895BAB7547A...

**ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO
TEIXEIRA MENDES**
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

Assinado por:

Raquel Cardoso da Silva

5FF58E11A19D432...

RAQUEL CARDOSO DA SILVA

DIRETORA VICE-PRESIDENTE DE PESSOAS,
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E
SUSTENTABILIDADE

DocuSigned by:

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

3334903B626B4C4...

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

Certificate Of Completion

Envelope Id: E3D746E6-90A7-49D9-89F6-C777C2828D65

Status: Completed

Subject: Motiva - Declaração da Diretoria - DFs 2025(00118135.3) - Assinatura solicitada

Unidade proprietária do documento: CCR S.A

Source Envelope:

Document Pages: 1

Signatures: 7

Envelope Originator:

Certificate Pages: 9

Initials: 0

Juridico Societario

AutoNav: Enabled

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães

Enveloped Stamping: Enabled

Pellegrini

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro

Jundiaí/SP, SP 13.209-500

ds-jur.societario@grupocr.com.br

IP Address: 54.232.57.236

Record Tracking

Status: Original

2/9/2026 8:49:35 AM

Holder: Juridico Societario

ds-jur.societario@grupocr.com.br

Location: DocuSign

Signer Events

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes

andre.salcedo@motiva.com.br

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Signature


Assinado por:
E315685BAB7547A...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 158.95.44.140

Timestamp

Sent: 2/9/2026 8:52:10 AM

Resent: 2/9/2026 1:50:14 PM

Viewed: 2/9/2026 2:45:10 PM

Signed: 2/9/2026 2:45:21 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 2/9/2026 2:45:10 PM

ID: 5a952eae-c040-4e36-84c1-89ec571754bd

Company Name: GBS

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

eduardo.camargo@motiva.com.br

CCR

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

DocuSigned by:


Eduardo Siqueira Moraes Camargo
3334903B626B4C4...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 162.10.244.252

Sent: 2/9/2026 8:52:10 AM

Viewed: 2/9/2026 8:54:59 AM

Signed: 2/9/2026 8:55:14 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 2/9/2026 8:54:59 AM

ID: c5f7867b-924f-45f5-89d8-3f93a2afda09

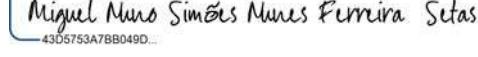
Company Name: GBS

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

miguel.setas@motiva.com.br

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

DocuSigned by:


Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
43D5753A7BB049D...

Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address:
2804:18:487e:71b1:c0e6:83c3:95f5:c419
Signed using mobile

Sent: 2/9/2026 8:52:09 AM

Resent: 2/9/2026 1:50:14 PM

Viewed: 2/9/2026 2:38:04 PM

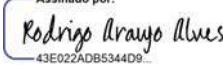
Signed: 2/9/2026 2:38:28 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 2/9/2026 2:38:04 PM

ID: 10ada186-09f2-4e5c-a98c-95d17b37bd02

Company Name: GBS

| Signer Events | Signature | Timestamp |
|---|---|--|
| Raquel Cardoso da Silva raquel.cardoso@motiva.com.br Security Level: Email, Account Authentication (None) | <p>Assinado por:</p>  <p>5FF58E11A19D432...</p> | Sent: 2/9/2026 8:52:09 AM Viewed: 2/9/2026 8:53:49 AM Signed: 2/9/2026 8:54:01 AM |
| Electronic Record and Signature Disclosure: | | |
| Accepted: 2/9/2026 8:53:49 AM ID: de64d02d-242b-4a85-a68f-95bfa5ef60ca Company Name: GBS | Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 158.95.44.140 | |
| Roberto Penna Chaves Neto roberto.penna@motiva.com.br Diretor Vice Presidente Security Level: Email, Account Authentication (None) | <p>DocuSigned by:</p>  <p>BB5D13392E464D6...</p> | Sent: 2/9/2026 8:52:09 AM Resent: 2/9/2026 1:50:15 PM Viewed: 2/9/2026 2:11:45 PM Signed: 2/9/2026 2:11:52 PM |
| Electronic Record and Signature Disclosure: | | |
| Accepted: 2/9/2026 2:11:45 PM ID: 725d0b5d-99ad-4171-ae8f-e72461b88027 Company Name: GBS | Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 46.193.11.130 | |
| Rodrigo Araujo Alves rodrigoaraujo.alves@motiva.com.br Security Level: Email, Account Authentication (None) | <p>Assinado por:</p>  <p>43E022ADB5344D9...</p> | Sent: 2/9/2026 8:52:10 AM Viewed: 2/9/2026 8:52:50 AM Signed: 2/9/2026 8:53:17 AM |
| Electronic Record and Signature Disclosure: | | |
| Accepted: 2/9/2026 8:52:50 AM ID: c1b8f1ad-4ded-47dd-813f-4b3fcbc29537 Company Name: GBS | Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 158.95.110.62 | |
| Waldo Edwin Pérez Leskovar waldo.perez@motiva.com.br Diretor Security Level: Email, Account Authentication (None) | <p>DocuSigned by:</p>  <p>8E4DE73F1B21424...</p> | Sent: 2/9/2026 8:52:09 AM Viewed: 2/9/2026 8:54:04 AM Signed: 2/9/2026 8:54:20 AM |
| Electronic Record and Signature Disclosure: | | |
| Accepted: 2/9/2026 8:54:04 AM ID: e57f8015-a47b-49a7-9b86-26ce11f317c3 Company Name: GBS | Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 158.95.110.63 | |
| In Person Signer Events | Signature | Timestamp |
| Editor Delivery Events | Status | Timestamp |
| Agent Delivery Events | Status | Timestamp |
| Intermediary Delivery Events | Status | Timestamp |
| Certified Delivery Events | Status | Timestamp |
| Carbon Copy Events | Status | Timestamp |
| Witness Events | Signature | Timestamp |

| Notary Events | Signature | Timestamp |
|--|------------------|---------------------|
| Envelope Summary Events | Status | Timestamps |
| Envelope Sent | Hashed/Encrypted | 2/9/2026 8:52:10 AM |
| Certified Delivered | Security Checked | 2/9/2026 8:54:04 AM |
| Signing Complete | Security Checked | 2/9/2026 8:54:20 AM |
| Completed | Security Checked | 2/9/2026 2:45:21 PM |
| Payment Events | Status | Timestamps |
| Electronic Record and Signature Disclosure | | |